

UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA

AGROECOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: Condições de trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)

Sílvia Pereira Silva Bomfim
Magister Scientiae

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

SÍLVIA PEREIRA SILVA BOMFIM

AGROECOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: Condições de trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

Orientadora: Cristiane N. de Souza

**VIÇOSA - MINAS GERAIS
2025**

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade
Federal de Viçosa - Campus Viçosa**

T

B695a Bomfim, Sílvia Pereira Silva, 2000-
2025 Agroecologia no capitalismo dependente: condições de
trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário
(Visconde do Rio Branco/MG) / Sílvia Pereira Silva Bomfim. –
Viçosa, MG, 2025.

1 dissertação eletrônica (118 f.): il. (algumas color.).

Inclui anexos.

Inclui apêndices.

Orientador: Cristiane Natalício de Souza.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Viçosa,
Departamento de Serviço Social, 2025.

Referências bibliográficas: f. 97-102.

DOI: <https://doi.org/10.47328/ufvbbt.2025.513>

Modo de acesso: World Wide Web.

1. Trabalhadoras rurais - Visconde do Rio Branco (MG).
2. Mulheres - Atividades políticas. 3. Agroecologia. I. Souza,
Cristiane Natalício, 1975-. II. Universidade Federal de Viçosa.
Departamento de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação
em Política Social. III. Título.

CDD 22. ed. 307.72082

SÍLVIA PEREIRA SILVA BOMFIM

AGROECOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: Condições de trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Viçosa, como parte das exigências do Programa de Pós-Graduação em Política Social, para obtenção do título de *Magister Scientiae*.

APROVADA: 27 de março de 2025.

Assentimento:

Sílvia Pereira Silva Bomfim
Autora

Cristiane Natalicio de Souza
Orientadora

Essa dissertação foi assinada digitalmente pela autora em 15/08/2025 às 10:03:11 e pela orientadora em 15/08/2025 às 10:47:36. As assinaturas têm validade legal, conforme o disposto na Medida Provisória 2.200-2/2001 e na Resolução nº 37/2012 do CONARQ. Para conferir a autenticidade, acesse <https://siadoc.ufv.br/validar-documento>. No campo 'Código de registro', informe o código **AOM4.LUI3.XE46** e clique no botão 'Validar documento'.

Aos meus pais, Terezinha e laudo.
Ao meu padrinho Luiz Barbosa (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Este trabalho foi realizado com o apoio das seguintes agências de pesquisa brasileiras: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Este trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig).

A Deus, por ter me sustentado ao longo desses dois anos.

A mim, por ter persistido quando tudo parecia tão doloroso e no fundo, ciente de que seria capaz de escrever um trabalho tão lindo.

Aos meus pais, Terezinha e laudo, pelo incentivo de sair do meu estado e me ajudarem a realizar o sonho de alcançar o título de mestre. Estes, que por muitas vezes negligenciaram a si mesmos para que eu pudesse ter uma educação de qualidade, que seguraram a barra financeira e emocionalmente, em meio a centenas de fotos, vídeos e chamadas de vídeo, viram minhas lágrimas e ânsia de voltar para meu lar, Alagoas.

À minha orientadora, Cristiane Natalício, que nunca me permitiu desistir do programa de pós-graduação. Aquela que com muito amor, cuidou de mim, me fornecendo asas para voar e chão para me sentir segura em um local pouco (ou nada) conhecido.

Ao meu amigo Pedro Cedrola, que despretensiosamente me enviou um link de seleção, carinhosamente me cedeu a casa, me incluiu na vida viçosense, sempre prezando pelo meu futuro. Aos meus amigos Marianne Ribeiro e Victor Scutari, que me deram o privilégio da confiança, amizade, carinho, parceria e me abraçaram nos momentos mais complexos desse percurso. Com menção especial a Mari(nanne), que conheci no primeiro dia de aula do PPG e nem imaginava que nossa amizade se tornaria tão sólida, sendo tão crucial para que eu conseguisse finalizar esse ciclo.

Aos outros amigos que consegui ao longo desse ciclo, distribuindo-se em grupos/tribos diferentes, cada um com suas peculiaridades e às minhas companheiras de casa, que com muita confiança, me receberam e dividiram o espaço comigo – em especial Ana Alice, com quem tive o privilégio de construir uma linda amizade. Sem esquecer de mencionar meus amigos de Alagoas, que mesmo estando distantes mais de 1.800 km, mantínhamos contato constante. No dia a dia, a presença virtual da Thamires, com quem dividi os anseios desde a graduação em Serviço Social, o estágio e vida, sempre nos apoiando e torcendo uma pela outra. Ao assentamento Olga Benário, Valdinei e sua família, Dona Luzia que me

levou às casas, aos homens que se disponibilizaram com os transportes dentro do assentamento, às mulheres do assentamento que se disponibilizaram a responder a entrevista e me receberam com tanto carinho em suas casas. De longe, os dias que eu pude estar no assentamento foram os melhores dias durante o mestrado.

A todos aqueles que estavam comigo desde a inscrição no processo seletivo até a finalização do mestrado, torcendo e desejando o melhor para mim.

À Universidade Federal de Viçosa (UFV), pela oportunidade de realizar a pós-graduação.

Ao Departamento de Serviço Social (DES).

Ao Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), pela concessão da bolsa de estudos. Sem o financiamento da instituição, não seria possível dar continuidade a este estudo.

Mulher, interiorana, alagoana e, agora, mestra em Política Social.

“A educação é um ato revolucionário, que ler e escrever é enxergar o mundo através das letras, é autonomia, amor próprio de muitas mulheres.”
(Aline Oliveira, educadora do MST em Alagoas)

RESUMO

BOMFIM, Sílvia Pereira Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, março de 2025. **AGROECOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: Condições de trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)**. Orientadora: Cristiane Natalicio de Souza.

O presente estudo investiga as condições de trabalho e vida das mulheres que produzem e comercializam alimentos agroecológicos no Assentamento Olga Benário, localizado em Visconde do Rio Branco/MG. A pesquisa parte da hipótese de que a organização política influencia diretamente no trabalho e nas condições econômicas dentro da produção agroecológica. Com abordagem qualitativa e fundamentação no método histórico-dialético marxista, a análise foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação participante e análise documental. O avanço da produção de alimentos orgânicos é reconhecido em todo o mundo, com ênfase ao Brasil, cabendo destacar que a agroecologia surge com uma abordagem de novos formatos, oferecendo fundamentos essenciais para o manejo sustentável do solo. Nessa perspectiva, novas estratégias de resistência de enfrentamento à lógica do capital serão acionadas, apontando este modo de produção como um símbolo de luta e inclusão produtiva, com limites dentro deste mesmo sistema. Portanto, torna-se relevante realizar um estudo evidenciando as vivências, resistências e lutas dessas mulheres em seus espaços. Os resultados mostram que a agroecologia representa não apenas uma alternativa sustentável de produção, mas também um meio de fortalecimento da identidade feminina no campo, promovendo autonomia econômica e participação política. Além disso, é importante destacar que a divisão sexual do trabalho persiste como um desafio, limitando o reconhecimento e a valorização das mulheres na produção agrícola. Apesar das dificuldades impostas pelo modelo capitalista dependente, a agroecologia tem se consolidado como um espaço de resistência e luta para essas trabalhadoras.

Palavras-chave: Palavras-chave: organização política; trabalho feminino; divisão sexual do trabalho.

ABSTRACT

BOMFIM, Sílvia Pereira Silva, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, March, 2025.
AGROECOLOGY IN DEPENDENT CAPITALISM: Working and living conditions of women in the Olga Benário Settlement (Visconde do Rio Branco, MG).
Adviser: Cristiane Natalicio de Souza.

This study investigates the working and living conditions of women who produce and sell agroecological food in the Olga Benário Settlement, located in Visconde do Rio Branco/MG. The research is based on the hypothesis that political organization directly influences work and economic conditions within agroecological production. With a qualitative approach and based on the Marxist historical-dialectical method, the analysis was carried out through semi-structured interviews, participant observation and documentary analysis. The advance of organic food production is recognized worldwide, with emphasis on Brazil, and it is worth noting that agroecology emerges with an approach of new formats, offering essential foundations for sustainable soil management. From this perspective, new resistance strategies to confront the logic of capital will be activated, pointing to this mode of production as a symbol of struggle and productive inclusion, with limits within this same system. Therefore, it becomes relevant to conduct a study highlighting the experiences, resistance and struggles of these women in their spaces. The results show that agroecology represents not only a sustainable production alternative, but also a means of strengthening female identity in the countryside, promoting economic autonomy and political participation. Furthermore, it is important to highlight that the sexual division of labor persists as a challenge, limiting the recognition and appreciation of women in agricultural production. Despite the difficulties imposed by the dependent capitalist model, agroecology has consolidated itself as a space of resistance and struggle for these workers.

Keywords: Keywords: political organization; women's labor; sexual division of labor.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
MATERIAIS E MÉTODOS	13
1 TRABALHO E PADRÃO EXPORTADOR DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE	17
1.1 As teses sobre o imperialismo e o padrão exportador de reprodução do capital	18
1.2 Trabalho e padrão exportador de reprodução do capital no capitalismo dependente	28
1.3 Desenvolvimento do agronegócio	45
2 PROCESSO DE TRABALHO, AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO FEMININO	56
2.1 Agroecologia em uma perspectiva dialética	56
2.2 Agricultura familiar e divisão sexual do trabalho	62
2.3 Agroecologia e divisão sexual do trabalho no Assentamento Olga Benário	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS	93
REFERÊNCIAS	97
APÊNDICES	103

INTRODUÇÃO

A presente dissertação intitulada “Agroecologia no capitalismo dependente: Condições de trabalho e vida das mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco/MG)” tem como objetivo entender os impactos da organização política nas condições de trabalho e na vida das mulheres que produzem e/ou comercializam produtos agroecológicos no referido assentamento.

Buscou-se caracterizar especificamente o perfil socioeconômico de mulheres desse assentamento que produzem e/ou comercializam produtos agroecológicos; identificar a história de envolvimento dessas mulheres com a agroecologia; contextualizar a participação política dessas trabalhadoras; discorrer sobre o trabalho realizado por essas mulheres; e discutir sobre a participação delas no processo de produção e comercialização de produtos agroecológicos.

Essa proposta foi desenvolvida considerando a realidade de produtores e comerciantes do Assentamento Olga Benário, fundado na cidade de Visconde do Rio Branco/MG, no ano de 2005. O Assentamento desenvolve ações com o objetivo de consolidar as experiências pautadas na agroecologia, abrangendo a produção e venda de alimentos agroecológicos *in natura* ou processados. Nesse espaço são comercializados itens oriundos da agricultura familiar produzidos em base agroecológica. Além disso, são desenvolvidas atividades que buscam promover e valorizar a cultura local e regional.

A agroecologia surge como uma abordagem multidisciplinar com novos formatos para o cultivo de alimentos e a inclusão social. Esse modelo de produção valoriza o material orgânico para manter a fertilidade e produtividade do solo por mais tempo que o modelo de agricultura convencional. Ademais, oferece os fundamentos ecológicos essenciais para manejar ecossistemas sustentáveis. Países da América Latina, como Brasil e México, têm destaque no desenvolvimento dessas tecnologias (Boaventura; Júnior; Vaz, s/d).

Alimentos orgânicos e agroecológicos estão ganhando espaço na mesa e no consumo da população (Lourenço; Gazolla; Schneider, 2023). Segundo a Federação Internacional de Movimentos da Agricultura Orgânica (IFOAM), a produção de

alimentos orgânicos vem crescendo em todo o mundo. O Brasil é um dos maiores produtores da América Latina e aumentou essa produção em 92% nos últimos 10 anos. Entretanto, é importante frisar os empecilhos para obter exatidão nesses dados estatísticos em decorrência da dificuldade de a população diferenciar a produção de alimentos orgânicos¹ e agroecológicos² (Lourenço; Gazolla; Schneider, 2023).

A produção e o comércio de produtos agroecológicos têm funcionado como importante estratégia para os trabalhadores rurais no Brasil, os quais enfrentam desafios como falta de acesso a direitos e serviços básicos, baixos salários e condições precárias de trabalho. Essa força de trabalho segue sendo a mais penalizada com as mudanças no mercado agrícola provocadas pela expansão das fronteiras do agronegócio, uma vez que esse modelo de produção depende de grandes extensões de terras para continuar exportando *commodities* agrícolas e minerais. O controle do mercado brasileiro pelo capital estrangeiro pelas vias do agronegócio vai precarizar as condições do trabalhador brasileiro e, principalmente, do trabalhador rural. Afinal, a expansão do agronegócio precisa contar com financiamentos para a compra de insumos, maquinários agrícolas, tecnologias e infraestrutura essenciais para a produção e comercialização desses produtos.

Diante de poucas oportunidades no mercado de trabalho e restrição de direitos sociais, estratégias como a agroecologia serão acionadas como medida de resistência dos trabalhadores para “enfrentar a lógica perversa do capital e a dimensão regressiva que assumiu a questão agrária” no Brasil (Mafort, 2021), buscando amenizar a luta diária dos trabalhadores.

Alguns estudos enfatizam a potencialidade e a organização política familiar quando envolvidas na produção agroecológica. Nesse debate estão os apontamentos que destacam a participação das mulheres como importantes protagonistas das lutas e resistências. Esses estudos reforçam a agroecologia como

¹ A agricultura orgânica é um sistema de produção agrícola que proíbe o uso de pesticidas sintéticos, fertilizantes químicos, organismos geneticamente modificados (OGMs) e outros insumos artificiais. Os alimentos orgânicos são certificados por órgãos que verificam se os produtores seguem as regulamentações estabelecidas para a produção orgânica (FAO, 2018).

² A agroecologia é um campo de estudo e uma abordagem que se baseia nos princípios da ecologia para desenvolver sistemas agrícolas sustentáveis e resilientes. Os agricultores agroecológicos podem ou não buscar certificação para seus produtos, e suas práticas podem variar amplamente com base nas condições locais e nas preferências individuais (FAO, 2018).

alternativa para resistir ao avanço do capitalismo nas formas de cultivo e para fortalecer a organização política nas suas comunidades rurais. Além disso, atua como oportunidade de potencializar e expandir a participação da mulher, confrontando as barreiras impostas pela divisão sexual do trabalho que historicamente as coloca em posição subalterna em atividades produtivas e públicas (Silva, 2020).

Os direcionamentos do Estado burguês, submetido às contradições e insustentabilidades do capitalismo, dificultam o acesso dos trabalhadores em geral. As dificuldades de acesso aos financiamentos e incentivos da agricultura de menor porte estão presentes no cotidiano do pequeno agricultor, especialmente as mulheres. O volume significativo de crédito bancário disponível ao agronegócio alcança em pequena escala os pequenos agricultores, que dificilmente conseguem pagar pelas elevadas taxas de juros, pelas próprias orientações das políticas públicas neoliberais, que tendem a favorecer aos interesses do grande capital (Silva, 2020).

Programas criados com o objetivo de incentivar o crescimento da agricultura familiar possuem uma via de mão dupla. Esses programas propõem priorizar os atendimentos às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar e residentes nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Dentro destas legislações estão aquelas que concedem prioridade para esse nicho de produção, a exemplo da Lei Nº 12.188, de 11 de janeiro de 2010, que dentre outros princípios da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) defende “a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (Brasil, 2010).

A despeito de assumir compromisso legal com a agricultura familiar, praticada por mulheres, o Estado patrimonialista mantém práticas obsoletas baseadas na modernização conservadora, ineficiente e inadequada diante dos esforços dos modelos da produção agroecológica. Modelo esse que penaliza os trabalhadores, principalmente as mulheres, para privilegiar a elite agrária subserviente ao capital financeiro, que controla grande parte da produção brasileira destinada à exportação. Nessa direção, as questões de gênero ainda permanecem

como um desafio para as políticas públicas, especialmente na inclusão das mulheres enquanto sujeitos políticos de direitos.

Além de fonte de renda, a produção e o comércio de produtos agroecológicos aumentam possibilidades de resistência dos trabalhadores rurais, com mais oportunidades de manter e disseminar técnicas e conhecimentos tradicionais da produção mais sustentável. A luta desses trabalhadores pode ganhar maior alcance com a organização política desses sujeitos dispostos a enfrentar dificuldades do capitalismo em permanente crise. Com a ascensão de novas tendências e contradições, as relações sociais capitalistas são reorganizadas implicando na divisão internacional do trabalho no mercado mundial e a hierarquização do poder entre as formações econômicas sociais. O que segundo Luce (2023) engendra, de tempos em tempos, um novo caráter para a dependência do capitalismo periférico, mais subserviente à expansão acelerada do capital fictício no mercado de créditos e títulos e à integração dos sistemas de máquinas sobre as cadeias globais de valor.

Assim, este estudo parte da seguinte hipótese: de que as formas de organização política e econômica na produção e comercialização de alimentos agroecológicos têm impacto nas condições de vida e trabalho dessas mulheres. Portanto, essa proposta de pesquisa guia-se pelas seguintes questões: quais os impactos da produção e comercialização desses alimentos para as mulheres do Assentamento Olga Benário? Quais têm sido as estratégias econômicas e políticas dessas mulheres na agroecologia? As formas de trabalho desenvolvidas no assentamento impactam na vida dessas mulheres?

Desse modo, trata-se de um estudo que se volta a essa realidade específica do assentamento, sem perder de vista particularidades da formação sócio-histórica do Brasil e suas articulações à totalidade das relações sociais capitalistas.

MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho trata-se de um estudo qualitativo o qual investigará as condições de vida e trabalho de mulheres que participam da produção e, ou

comercialização de alimentos agroecológicos no Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário (Visconde de Rio Branco/MG). A análise será fundamentada a partir do método histórico-dialético marxista, seguindo etapas pré-determinadas descritas abaixo.

A avaliação é um processo investigatório sobre determinado assunto e tem como função a transformação dos objetos de estudo. Ideologicamente, trata-se de um processo de aprendizagem, uma ferramenta para o planejamento, e eticamente age como uma direção para as mudanças necessárias à sociedade (Minayo, 2005).

Dentro do processo de avaliação encontra-se a triangulação de métodos, a qual integra a análise de processos, resultados, relações, interpretações, visão dos autores sobre o tema em questão. Os envolvidos não são apenas objetos de análise, mas sujeitos da autoavaliação. A integração envolve um processo de análise através de vários instrumentos, uma vez que o método de forma isolada não possui elementos para findar uma dúvida ou investigação específica. Utilizada como recurso para uma avaliação, a triangulação se realiza através do diálogo de diferentes métodos, fontes e pesquisadores, otimizando o processo de conhecimento e enriquecendo a construção teórica a partir dos dados coletados, possibilitando visualizar a realidade por diversos ângulos, aproximando a teoria e aprofundando a discussão, dentro dos limites e possibilidades das perspectivas analíticas adotadas a fim de chegar nos resultados desejados (Minayo, 2005).

Desse modo, foi realizada a triangulação de métodos a partir de registros em caderno de campo, entrevista semiestruturada e observações. Todos os procedimentos adotados durante a coleta de dados foram registrados em forma de texto e imagens e foram anexados ao fim desta pesquisa em forma de apêndice. A entrevista semiestruturada contou com questões abertas e fechadas e foi aplicada pela pesquisadora, a fim de captar as informações de maior relevância e interesse dos fins desta pesquisa. Ao todo, foram realizadas cinco entrevistas apenas com o público de mulheres maiores de 18 anos no Assentamento Olga Benário.

Além dessa coleta, foi realizada a observação participante considerando também as percepções particulares, de modo que a pesquisadora foi integrada à comunidade estudada, possibilitando o alcance de maiores informações. Para análise documental, foram consultados registros, documentos e produções

acadêmicas, a fim de reunir dados importantes que colaboraram com o desenvolvimento da pesquisa.

Para o tratamento dos dados, foram realizadas análise e interpretação do material construído ao longo dos meses, de modo que foram identificados conceitos relevantes e categorias analíticas importantes.

Por fim, foi necessário selecionar e organizar os resultados da análise, apresentando-os ao final desta pesquisa, e também articular a devolutiva à comunidade para contribuir com as mulheres participantes desta pesquisa.

Os dados coletados a partir de registros em caderno de campo, entrevista semiestruturada e observações, foram organizados, categorizados e analisados conforme as dimensões da problemática enfocada e o contexto social, histórico, cultural, econômico e político da proposta da pesquisa. A análise dos dados adota como referência a perspectiva crítica de totalidade, fundamentada na lógica processual e dialética das relações sociais capitalistas e na lógica que estabiliza a ordem burguesa para manter a realização do valor.

A pesquisa foi desenvolvida junto às mulheres produtoras e/ou comerciantes de produtos agroecológicos do Assentamento Olga Benário criado em Visconde do Rio Branco/MG, no ano de 2005. Dentre os objetivos do assentamento estão: promoção da reforma agrária; desenvolvimento rural sustentável; fortalecimento da comunidade; participação social; e preservação ambiental. Além disso, buscam consolidar experiências pautadas na agroecologia, promover a agricultura familiar, valorização da cultura local e regional.

As etapas deste estudo percorreram, a princípio, a busca por trabalhos que foram realizados nas cidades próximas a Viçosa/MG, aprofundando e direcionando a leitura bibliográfica para o estudo das feiras orgânicas e agroecológicas. Nesse momento, foram analisados artigos, trabalhos de finalização de curso, dissertações e teses que mencionam a produção agroecológica e o envolvimento da mulher com o comércio dos alimentos. Essas informações foram reunidas a partir da realização de uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), no Portal Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) e em sites de instituições de ensino localizadas na Zona da Mata de Minas Gerais.

Em seguida, foram realizadas visitas ao assentamento para acompanhar a dinâmica desses grupos. Para isso, buscou-se realizar contato com as lideranças e, posteriormente, visitas aos domicílios das mulheres. Após o contato direto com o público-alvo (mulheres envolvidas na produção e/ou comercialização de alimentos agroecológicos), foi realizada a coleta de dados através de entrevistas com roteiros semiestruturadas. As entrevistas foram conduzidas de forma a explorar experiências, percepções, desafios e oportunidades relacionados às atividades realizadas por elas nesse contexto. Além dos instrumentos e técnicas citadas anteriormente, utilizando caderno de anotações e registro fotográfico, respeitando as decisões das pessoas envolvidas.

O Assentamento Olga Benário, localizado em Visconde do Rio Branco/MG, foi estabelecido em 2005 como parte da reforma agrária na região. O nome do assentamento homenageia Olga Benário, uma militante comunista alemã de origem judaica que atuou no Brasil ao lado de Luís Carlos Prestes na década de 1930. Olga foi presa pelo governo brasileiro e entregue ao regime nazista na Alemanha, onde foi executada em 1942. Sua trajetória de luta e resistência tornou-se símbolo de coragem e dedicação às causas sociais, razão pela qual movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) escolhem seu nome para batizar projetos de assentamento (Pereira; Cardoso, 2019).

A área onde o assentamento foi implantado corresponde à antiga Fazenda Santa Helena, uma propriedade de 760 hectares que, antes da ocupação pelo MST, encontrava-se improdutiva. Historicamente, a fazenda foi uma grande produtora de café e leite e abrigou mais de 300 pessoas escravizadas durante o período colonial. Após a abolição da escravatura, recebeu trabalhadores imigrantes italianos e alemães. A ocupação da fazenda pelo MST ocorreu de forma pacífica, com o objetivo de promover a reforma agrária e oferecer condições dignas de trabalho e moradia para as famílias assentadas. O assentamento foi planejado para abrigar 30 famílias, oriundas principalmente da região metropolitana de Belo Horizonte, que anteriormente viviam em acampamentos e enfrentaram diversos despejos antes de serem assentadas (Pereira; Cardoso, 2019).

Desde sua criação, o Assentamento Olga Benário tem se dedicado à produção agrícola sustentável e à preservação ambiental, contribuindo para o

desenvolvimento rural e a melhoria da qualidade de vida das famílias assentadas. Além disso, iniciativas como o plantio de bosques e a promoção de eventos comunitários fortalecem os laços entre os moradores e a integração com a comunidade local (Bernadete, 2023).

1 TRABALHO E PADRÃO EXPORTADOR DE REPRODUÇÃO DO CAPITAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE

O presente capítulo abordará as teses sobre o imperialismo e o padrão exportador de reprodução do capital, destacando como a expansão do capitalismo consolidou a dependência econômica dos países periféricos. A partir do século XIX, o imperialismo fortaleceu a divisão internacional do trabalho, com os países centrais dominando a produção industrial e tecnológica, enquanto os periféricos se especializaram na exportação de matérias-primas. Além disso, há contextualização do papel dos Estados Unidos na industrialização e financeirização do capital, além das crises cíclicas do sistema capitalista diante do contexto de dependência econômica o qual se intensificou com o avanço do agronegócio, consolidando a superexploração da força de trabalho e ampliando desigualdades.

1.1 As teses sobre o imperialismo e o padrão exportador de reprodução do capital

Para entender o agronegócio no capitalismo dependente, buscou-se retomar o conceito de imperialismo, inicialmente associado à expansão europeia que ocorreu entre o final do século XIX e o início do século XX, mediante colonização e domínio de territórios a partir do uso da força militar e de outras formas de controle.

As discussões em torno do imperialismo ocupam posição central na crítica ao desenvolvimento histórico do modo de produção capitalista. A partir do final do século XIX, com o avanço da concentração do capital e o surgimento de novas formas de dominação econômica, o imperialismo trata-se não apenas de uma política expansionista dos Estados nacionais, mas atua como um fundamento estrutural do capitalismo em sua fase monopolista. Dessa forma, representa a expressão da crise do capital diante da saturação dos mercados internos e da necessidade contínua de valorização do valor (Lenin, 1917, p. 88).

Lenin (1917, p. 88) define o imperialismo como o estágio monopolista do capitalismo, caracterizado por cinco traços essenciais: a concentração da produção

e do capital que leva à formação de monopólios; a fusão do capital bancário com o capital industrial, dando origem ao capital financeiro; a predominância da exportação de capitais sobre a exportação de mercadorias; a formação de associações internacionais de capitalistas; e, por fim, a partilha territorial do mundo entre as grandes potências. Desse modo, o imperialismo emerge como uma resposta à crise da superprodução, à escassez de mercados e à necessidade dos monopólios por matérias-primas, escoamento de mercadorias e investimentos rentáveis. Assim, as guerras (Primeira e Segunda Guerra Mundial) travadas por grandes potências capitalistas tornam-se consequência inevitável da disputa por áreas de influência econômica e geopolítica.

Desse modo, imperialismo corresponde a uma expressão da insuficiência dos mercados internos capitalistas para absorver a produção gerada pelo processo de acumulação. Assim, a expansão imperialista representa uma busca por mercados não capitalistas, nos quais seja possível realizar o mais-valor, usando a violência para exercer as formas de dominação. O capital mantém o movimento de expansão continuamente, a fim de alcançar novos espaços econômicos ainda não dominados.

A expansão do imperialismo europeu não pode ser compreendida de forma dissociada do desenvolvimento histórico do capitalismo. Embora a Revolução Industrial, iniciada entre 1760 e 1840, tenha impulsionado a demanda por matérias-primas e a busca por novos mercados consumidores, o imperialismo, em seu sentido pleno – conforme caracterizado por Lenin (2017) como a fase superior do capitalismo – somente se consolida na segunda metade do século XIX.

Nesse período, observa-se a transição do capitalismo concorrencial para o capital monopolista, o qual redefine as formas de dominação econômica, política e militar sobre territórios periféricos. Trata-se, portanto, de um novo estágio do capital, em que grandes conglomerados econômicos e potências imperialistas impõe sua hegemonia globalmente. Nesse sentido, o imperialismo vai ser determinante da dependência dos países periféricos em relação aos centrais, na medida em que o imperialismo contribui para definir os padrões mundiais de reprodução do capital, bem como estabelecer o padrão industrial de produtor de tecnologias, o padrão exportador de produtos agrícola e minérios, as relações financeiras e os controles de infraestrutura e serviços e outros (Santos, 1973).

Para compreender as condições do capitalismo na América Latina³ e as condições de dependência dos países desse continente torna-se necessário, também, discorrer sobre o imperialismo associado à história econômica dos Estados Unidos e como este país foi transformado em uma nação⁴. As treze colônias britânicas que deram origem aos Estados Unidos, com a independência desse país, em 1783⁵, desenvolveram, na década de 1750, ao sul, atividades econômicas associadas à agricultura escravagista, e ao norte, atividades econômicas vinculadas ao desenvolvimento manufatureiro. O reconhecimento da independência dos Estados Unidos, também em 1783, permitiu ao novo país expandir seu comércio e se desenvolver economicamente (Karnal *et al.*, 2007).

A partir de 1870, com o avanço da industrialização e urbanização dos Estados Unidos, a expansão tecnológica nesse país tornou-se ainda mais fortalecida. Para essas mudanças, o país contou com a extração de recursos naturais de outros países, o que o transformou em uma potência industrial. Esse processo de industrialização foi crucial para a transição da mais-valia absoluta

³ No Livro “Formação Econômica do Brasil”, Celso Furtado refuta as estruturas construídas por europeus e as consequências dessas estruturas para a inserção dos territórios no mercado internacional como fornecedor de matérias primas. Para Furtado (2005, pp. 235-356), a expressão “América Latina”, vulgarizada nos Estados Unidos, foi utilizada apenas como sentido geográfico para indicar os países situados ao sul do continente, sem que houvesse cuidado em identificar o que havia de comum entre elas, mesmo com o esforço das nações para dar ênfase às suas características próprias. Somente a partir da Segunda Guerra Mundial, o desenvolvimento econômico e social ganhou novos olhares, especialmente sobre a inexistência de vínculos econômicos entre os países, mesmo tendo como característica comercial, a exportação de matéria prima e importação de manufaturados. Essa consciência foi resultante das relações com os EUA, uma vez que eles detinham o controle dos vínculos de dependência através de atividades comerciais e investimentos.

⁴ Ao discutir o contexto dos Estados Unidos, Leandro Karnal, retoma aspectos históricos, culturais e ideológicos. Para Karnal *et al.* (2007), os EUA são o maior exemplo de construção nacional baseada em mitos fundadores e narrativas que sustentam seu poder político e cultural.

⁵ A Declaração de Independência dos Estados Unidos, instituída no dia 4 de julho de 1776, trata-se de um documento necessário à formalização da separação das Treze Colônias Britânicas da América do Norte do domínio britânico. Redigida principalmente por Thomas Jefferson, expôs as razões pelas quais os colonos buscavam a independência, listando as insatisfações diante do governo britânico. Para além da separação das colônias, foram estabelecidos os princípios fundamentais para a governabilidade dos EUA, incluindo a ideia de governo limitado, direitos individuais e a soberania popular (Zinn, 2021).

No entanto, apenas em 1783, houve o reconhecimento oficial da independência, com a assinatura do Tratado de Paris. Nesse acordo, a Inglaterra reconheceu a soberania dos Estados Unidos sobre o território que ia até o rio Mississippi, encerrando formalmente a Guerra de Independência (1775-1783) (Karnal *et al.*, 2007). A independência não representou uma ruptura total com a configuração interna, a qual continuava prevalecendo e perpetuando as desigualdades entre os territórios do sul – marcado pela estrutura agrária, escravocrata e exportadora, especialmente baseada na produção de algodão, tabaco e arroz e o norte – com uma economia mais voltada para o comércio e manufaturas com núcleos urbanos crescentes (Zinn, 2021).

(Marx, 2013, pp. 263-264)⁶ à mais-valia relativa⁷, quando a produção industrial passou a incorporar tecnologias. O valor excedente produzido pela força de trabalho e apropriado pelos capitalistas, como lucro, mediante aumento de jornada e intensidade do trabalho deu lugar à expropriação da força de trabalho pelo incremento de tecnologia, aumento de produtividade e redução nos custos gerais da produção (Karnal *et al.*, 2007). A expansão do imperialismo, ao substituir trabalho vivo por trabalho morto, intensificando o desemprego estrutural, dificultando a realização das mercadorias e provocando tendências à superprodução e saturação dos mercados. Esses elementos acentuam as crises cíclicas, que são inerentes ao modo de produção capitalista e se tornam ainda mais profundas na etapa imperialista (Lenin, 2017).

Essas modificações nas formas de produção e trabalho, ou seja, nos padrões de reprodução do capital americano, impulsionaram a busca ainda mais acirrada desse país por recursos naturais essenciais. Esse movimento fortaleceu a expansão do imperialismo já que impulsionou a busca permanente por controle econômico e político de novos mercados. Os Estados Unidos passaram de um país agrário e colonial para uma potência industrial e global que, sucessivamente, definiria os padrões de dependência dos países da América Latina.

Em 1870, mudanças econômicas e tecnológicas significativas, nas nações europeias, nos Estados Unidos e no Japão, transformaram as dinâmicas de produção e exploração no sistema capitalista mundial. Esses países buscaram expandir seus territórios coloniais na África, Ásia e outras partes do mundo, impondo estruturas econômicas que favorecessem seus interesses e a exploração de recursos naturais e mão de obra das colônias. Na América Latina, a ação

⁶Segundo Marx (2013, 117), a mais-valia absoluta consiste na extração de mais-valia por meio da ampliação da jornada de trabalho, sem a correspondente elevação do salário. No modo de produção capitalista, o trabalhador continua recebendo apenas o valor equivalente à sua força de trabalho, mas é submetido a uma carga horária maior, o que permite ao capitalista apropriar-se de uma quantidade maior de excedente (mais-valia).

⁷ Segundo Marx (2013, 117), a mais-valia relativa consiste na extração de mais-valia por meio do aumento da produtividade do trabalho, sem que haja elevação proporcional do salário. Esse aumento de produtividade é possibilitado pela introdução de tecnologias e pela reorganização do processo produtivo, o que reduz o tempo necessário para que o trabalhador produza o equivalente ao valor de sua força de trabalho. Nesse sentido, a jornada de trabalho permanece a mesma, mas há uma diminuição do tempo destinado à reprodução do salário e, por consequência, uma ampliação do tempo de trabalho excedente, aumentando o lucro do empregador.

imperialista norte-americana gerenciava seus domínios através do processo de monopolização e financeirização do capital, para controlar mercados.

As contradições do capitalismo e suas permanentes crises conduzem à busca incessante por novos mercados e fontes de matérias-primas ao mesmo tempo que limita a capacidade de desenvolvimento das economias colonizadas. O imperialismo se fortalece com a divisão internacional do trabalho, a inserção dos países periféricos como exportadores de matérias-primas e o padrão industrial de reprodução do capital, nos países centrais (Marini, 2012).

O padrão industrial de reprodução do capital nos Estados Unidos vai experimentar uma grande crise em 1929, com o colapso da Bolsa de Valores de Nova York, quando o sistema produtivo mundial foi diretamente associado à monopolização e financeirização do capital. Nesse contexto, John Maynard Keynes desenvolveu uma teoria econômica que defendia a intervenção do Estado, com ênfase nos gastos sociais e empregos públicos, em busca de evitar futuras crises. Assim, o Estado assumiu compromisso com o bem-estar social para manter um padrão de vida mínimo para a população através de políticas sociais. Com o intuito de gerar mais renda, ampliar lucros⁸ e estabilizar o capitalismo em contexto de pleno emprego.

O pleno emprego mobilizado pelo fordismo⁹ elevou o fundo público, formado pelo pagamento de impostos e administrado pelo Estado, que passou a garantir direitos sociais para manter o capitalismo e suas contradições. Já esses direitos contribuíram para elevar o poder de compra dos trabalhadores, incentivar a realização das mercadorias e aumentar o lucro no capital. Além disso, o estado de bem-estar social possibilita mostrar um capitalismo mais humanizado nesse contexto de Guerra Fria, ou seja, de disputa do capitalismo com o socialismo, tornando os

⁸ Em linhas gerais, lucro é o excedente financeiro obtido após subtrair custos e despesas do total de receita arrecadado (Brigham; Houston, 2004). Para Marx (2013), lucro é uma parte da riqueza gerada pelo trabalhador e não é paga a ele em salários, mas sim apropriada pelo capitalista. O lucro é originado através da produção de valor para além do que é pago aos trabalhadores. O lucro é a remuneração do empresário pelo risco e organização dos meios de produção (Smith, 1983, p. 147). O lucro corresponde à diferença entre o valor produzido pelo trabalhador e o valor pago para ele em salários (Ricardo, 1982, p. 28).

⁹ Segundo Santos (2009, p. 2), “o fordismo-taylorismo se espalhou para todo o sistema produtivo como forma de organização da produção e do trabalho, que teve como elementos básicos a linha de montagem, produção em massa, produtos homogêneos, consumo de massa, controle do tempo e movimentos do operário, existência do trabalho parcelado, separação entre elaboração e execução no processo produtivo e desqualificação do trabalhador.

trabalhadores, organizados politicamente, mais adeptos ao sistema capitalista (Bering; Boschetti, 2007). Para Martins (2011, p. 51),

as contradições entre as novas formas de poder e as estruturas de poder da economia mundial são parte do desenvolvimento internacional da luta de classe e expressam o choque entre o socialismo e o capitalismo como modos de produção universais.

O Estado de bem-estar social, também conhecido como “Welfare State”, emerge no contexto do capitalismo monopolista no século XX como uma tentativa de mediação entre as contradições do capital e as demandas da classe trabalhadora organizada. Trata-se de um arranjo institucional baseado na ampliação das funções sociais do Estado, com o objetivo de garantir proteção social mínima à população, assegurando direitos como saúde, educação, previdência e assistência social. No entanto, sua conformação histórica apresenta variações significativas conforme o contexto político, econômico e ideológico de cada país. (Esping-Andersen, 1991)

Na Europa Ocidental, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, emerge o modelo de “Welfare State”, que combina crescimento econômico, políticas de pleno emprego e expansão dos direitos sociais. Países como Suécia, Noruega, Reino Unido e Alemanha estruturam sistemas universais de seguridade social, pautados na lógica da cidadania social. Esse modelo europeu, especialmente nas suas versões socialdemocratas, visava promover a redução das desigualdades sociais, garantindo o acesso universal e público aos serviços essenciais, financiados por uma ampla base tributária e sustentados por pactos corporativos entre Estado, capital e trabalho. (Esping-Andersen, 1991)

Nos Estados Unidos, por outro lado, o desenvolvimento das políticas sociais segue uma trajetória distinta. A resposta estatal à Crise de 1929 foi o conjunto de reformas conhecidas como New Deal, implementado durante o governo de Franklin D. Roosevelt. O New Deal introduziu medidas de regulação econômica e provisão social, fortalecimento de obras públicas e a proteção do emprego. No entanto, diferentemente do modelo europeu, a experiência norte-americana caracterizou-se por um Estado de bem-estar mais restrito, com políticas focalizadas, descentralizadas e frequentemente baseadas em critérios de elegibilidade. A lógica liberal e a centralidade do mercado moldaram um sistema menos universalista e

mais segmentado, ancorado na filantropia, nas iniciativas privadas e na responsabilidade individual.

A experiência brasileira, por sua vez, insere-se no contexto do capitalismo dependente, conforme as perspectivas de Florestan Fernandes e Ruy Mauro Marini. O Brasil não experimentou plenamente o modelo do Welfare State clássico, em virtude das especificidades de sua formação econômica e social. As políticas sociais foram historicamente marcadas pela seletividade, focalização e subordinação ao ciclo político e à lógica do clientelismo. Mesmo durante o ciclo de industrialização por substituição de importações e a constituição de um Estado desenvolvimentista nas décadas de 1930 a 1980, o acesso aos direitos sociais permaneceu restrito a setores formalmente inseridos no mercado de trabalho.

A Constituição Federal de 1988 representou um marco importante ao instituir no plano normativo o princípio da universalidade da seguridade social, englobando saúde, previdência e assistência social. Contudo, a implementação efetiva de um sistema universal foi obstaculizada pelas reformas neoliberais que se intensificaram na década de 1990. O neoliberalismo, ao reposicionar o papel do Estado como garantidor da estabilidade macroeconômica e gestor da pobreza extrema, desarticulou a ideia de cidadania social ampla, substituindo-a por políticas focalizadas, condicionalidades e parcerias com o setor privado. Programas de combate à pobreza não configuram um sistema de bem-estar social nos moldes clássicos, mas, sim, uma política compensatória, que opera dentro dos limites da lógica fiscalista e da contenção de gastos sociais.

Assim, o Brasil nunca consolidou plenamente um Estado de bem-estar social. A combinação entre a dependência estrutural do capital externo, a fragilidade fiscal do Estado e a hegemonia das formas neoliberais de regulação social impediu a universalização efetiva dos direitos sociais. A política social brasileira, nesse contexto, foi marcada pela descontinuidade, fragmentação e subfinanciamento crônico, reforçando as desigualdades históricas e regionais que caracterizam a formação social brasileira.

A lógica expansionista reflete nas relações dos países periféricos e países centrais, de modo que a inserção da América Latina, da África e de partes da Ásia no sistema capitalista mundial ocorreu sob a forma de economias subordinadas ao

padrão exportador de bens primários, corroborada pela dependência tecnológica, financeira e comercial, junto a dinâmica da superexploração (Marini, 2011).

A burguesia local se aliou ao capital internacional, sendo funcional à lógica do imperialismo e favorável ao padrão exportador de reprodução do capital, tornando-se uma engrenagem essencial da dominação imperialista.

No plano internacional, o século XX foi marcado por uma série de conflitos armados. A Primeira Guerra Mundial (1914-1918) configura-se como uma disputa entre as potências imperialistas europeias – em especial Inglaterra, França e Alemanha – pelo controle de mercados e colônias, em um contexto de crescente rivalidade econômica. Já a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reforça e intensifica essas disputas, envolvendo novamente os grandes centros capitalistas em busca de uma reconfiguração das esferas de dominação. Com o fim da Segunda Guerra e o início da Guerra Fria, os Estados Unidos emergem como a principal potência imperialista, assumindo uma posição hegemônica na nova ordem mundial. Através de mecanismos de controle sobre os equipamentos financeiros internacionais (Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial) e intervenções militares diretas e indiretas, os EUA consolidam um novo tipo de imperialismo – econômico, financeiro e militar. Essa fase contemporânea do imperialismo, embora reconfigurada, mantém as mesmas lógicas de dominação econômica, exploração da força de trabalho e expropriação de riquezas das regiões periféricas. Assim, traduz as contradições do capital em expansão e revela como a acumulação exige, cada vez mais, o controle violento de territórios, populações e recursos naturais. O padrão exportador das economias periféricas, por sua vez, trata-se de uma necessidade à lógica de reprodução desigual e combinada do capital em escala global.

Nesse período, houve um crescimento econômico norte-americano no qual a classe média expandia-se e beneficiava-se com o incremento de produtos oriundos da indústria de automóveis e eletrodomésticos (Bering; Boschetti, 2007). Crescimento interrompido pela crise de fins da década de 1950, com a instabilidade do capital no pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos¹⁰ assumem mais efetivamente o controle dos países periféricos.

¹⁰ Segundo Martins (2011), o livro de Dos Santos traz a crise da hegemonia estadunidense, onde reformula a crítica ao keynesianismo, teoria de desenvolvimento e pensamento político da guerra fria.

O padrão exportador de reprodução do capital tem permanecido no Brasil como setor de maior peso dessa economia, mesmo com o desenvolvimento da indústria brasileira. Inclusive, a indústria brasileira só expandiu a partir dos anos de 1930, com a crise do padrão exportador brasileiro, em decorrência da Grande Crise de 1929¹¹, quando o Brasil teve dificuldades de exportar café como principal produto de exportação nesse período. O desenvolvimento da indústria brasileira, mais fortalecida na década de 1930, vai ter a sua maior expansão a partir do final da década de 1940, o que se realizou às custas de capitais gerados do setor exportador, bem como de capital financeiro, tecnologias e monopólios, transferidos dos EUA aos países periféricos.

A transferência de capital dos Estados Unidos à Europa e aos países latino-americanos torna-se mais intensa a partir de 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, quando se iniciou a Guerra Fria, quando os EUA e a URSS passaram a competir pelo domínio militar e tecnológico, incluindo o controle de armas nucleares. A transferência massiva de capital, sob a forma de empréstimos, foi mantida, mesmo encontrando resistência de alguns segmentos da burguesia nacional e do movimento popular. Essa transferência de capital internacional altera a dinâmica do ciclo do capital, nos países periféricos cria dívidas, transfere valores, importa tecnologias defasadas, que provocam subemprego e desemprego urbano, maior concentração de renda e endividamento externo (Santos, 1973). Muitos desses investimentos nos países periféricos foram empreendidos pelas próprias empresas estrangeiras, que passaram a produzir no interior dessas economias.

A produção industrial no Brasil e México cresceu ao lado do avanço do padrão exportador, determinante da industrialização nesses países, bem como da

¹¹ A "Grande Crise de 1929" ou "Quebra da Bolsa de Nova York" corresponde a uma das grandes crises econômicas do século XX e iniciada nos Estados Unidos da América. A "Crise de 29" tem como causas: a elevada especulação financeira (com o elevado crescimento da bolsa de valores, muitos investidores compraram ações e contraíram dívidas com dinheiro emprestado); superprodução industrial e agrícola (o aumento da produção não foi acompanhado do crescimento do consumo, forçando a diminuir os preços dos produtos); desigualdade de renda (redução do poder de compra instabilidade do mercado) e a fragilidade do sistema bancário (elevado números de empréstimos ativos e elevada especulação). Assim, entre os dias 24 de outubro de 1929 e 29 de outubro de 1929, houve queda na venda de ações e perda de valores dessas ações na Bolsa de Valores de Nova York, bem como a falência de empresas, bancos e aumento do desemprego. Como consequência da Crise de 29 houve a queda da produção industrial e desemprego em massa, dentro e fora dos EUA. Nesse processo, o governo norte americano sob comando do presidente Franklin D. Roosevelt adotou medidas de intervenção do Estado na economia através de políticas públicas para a recuperação da economia (Furtado, 2005).

reprodução do padrão industrial de reprodução do capital nos países centrais (Osório, 2012). No Brasil, a mineração e a agricultura continuam a abastecer o mercado externo dos países centrais. Inclusive, esse novo padrão exportador coincide com a Terceira Revolução Industrial nos países centrais.

A condição de exportador de produtos primários reforça, nos países latino-americanos e caribenhos, o atraso tecnológico desses países em comparação com os centros industrializados. Como exportador de produtos primários e importador de tecnologias estrangeiras defasadas, o Brasil vai transferir valores aos países hegemônicos e, com isso, precisar contar com capital financeiro (fictício). Então, o padrão exportador e a distribuição transnacional das nossas riquezas explicam, em grande medida, o endividamento externo dos países periféricos e as desigualdades ainda mais expressivas nesses territórios (Osório, 2012).

A produção de produtos primários com baixa incorporação de tecnologia aumentou o potencial de matérias-primas nos países centrais, alavancou a produtividade¹² nessas economias, elevou a oferta de alimentos para a reprodução com custo mais reduzido da força de trabalho e incentivou o consumo da população assalariada dos mercados exteriores. Então, esse movimento do capital nos países centrais foi alavancado mediante protagonismo do novo padrão exportador na América Latina, quando a América Latina ocupou o posto de região com maior avanço de crescimento de exportação das últimas décadas.

Ao se especializarem na exportação de bens e serviços de alto conteúdo tecnológico e de capital, os países centrais intensificam os padrões parasitários típicos das potências imperialistas. A expansão do capitalismo central, atravessado por contradições, cria uma divisão entre um capitalismo dominante e um capitalismo dependente (Santos, 1973).

¹² Os produtos primários destinavam-se à comercialização no mercado externo e tendo uma pequena parcela consumida internamente, mas, somente por aqueles com alto poder de consumo. A parcela da população com menor poder de compra, em grande maioria formada por trabalhadores, não participa do processo de consumo destes produtos.

O padrão exportador, sustentado na superexploração¹³ da força de trabalho, vai ser reproduzido nos países de capitalismo dependente para manter o fundo de acumulação da burguesia nacional e, prioritariamente, da burguesia estrangeira, originado do fundo de consumo dos trabalhadores. Segundo Osório (2012, p. 129), “não há campo da vida laboral e social do mundo dos trabalhadores em que não se apresente a devastação alcançada pelo novo padrão exportador em andamento” que faz avançar a pobreza relativa. Para Osório (2012), a pauperização decorrente das condições de dependência da América Latina vai ser ainda mais impulsionada por políticas e gestões fragilizadas desse capitalismo em que predomina o padrão exportador.

Com a ascensão do neoliberalismo a partir dos anos de 1990, os países subdesenvolvidos passaram a priorizar ainda mais a introdução de inovações tecnológicas para investir no padrão exportador de produtos primários em busca de atender à produtividade internacional (Santos, 1973). O crescimento dos bens exportados, proporcional aos investimentos do grande capital, ao mesmo tempo que intensificou a concentração de riqueza, impediu a expansão de políticas sociais e salários mais justos, acirrando as desigualdades econômicas, sociais e políticas nos países de capitalismo dependente. Segundo Osório (2012, p. 120), “o que se concentra é superior ao que ‘jorra’ para a população com menores recursos quando tais políticas existem”.

1.2 Trabalho e padrão exportador de reprodução do capital no capitalismo dependente

Esta parte da dissertação discute trabalho no modo de produção capitalista condicionado à formação de dois tipos de economia: dependentes e centrais, ambas com funções específicas na divisão internacional do trabalho. Tendo em vista que as

¹³ Segundo Osório (2012) e Marini (2011), o conceito marxista de superexploração do trabalho está vinculado ao contexto do subdesenvolvimento e da dependência econômica. Esse conceito evidencia que os países periféricos são explorados de maneira mais intensa que os países centrais e recebem salários abaixo do valor necessário para a sua reprodução da força de trabalho. E associado a este baixo salário, Osório argumenta que a superexploração ocorre por três mecanismos: Intensificação do trabalho, aumentando a produtividade sem que haja um real aumento salarial; prolongamento da jornada de trabalho, expandindo a carga horária sem que há o aumento proporcional da remuneração e a depreciação do salário, com pagamentos abaixo do necessário para a sobrevivência.

atividades com maior inserção tecnológica tendem a se concentrar nos países centrais e a exportação de produtos primários, nos países periféricos. De acordo com Dos Santos (1973), as contradições da totalidade do capitalismo, que articula hegemonia e dependência, refletem a internacionalização das forças produtivas.

Para a satisfação das necessidades da sociedade – sendo de seres humanos ou não –, é necessário que haja interação e transformação dos meios naturais, sendo esse fenômeno denominado trabalho. Para essa transformação, utiliza-se de mecanismos e instrumentos, de modo que habilidades e conhecimentos são projetados e passados adiante, alcançando outros públicos e ascendendo outras necessidades (Netto; Braz, 2006).

Essas características do trabalho não são próprias das atividades determinadas pela natureza; elas configuram, em relação à vida natural, um novo tipo de atividade exclusivo de uma espécie animal, só por ela praticado – espécie que, precisamente por essa prática, diferencia-se e distancia-se da natureza (Netto; Braz, 2006, p. 18).

O que caracteriza a ação como trabalho e não atividade natural corresponde a uma relação entre o sujeito e o objeto/instrumento, configurando uma mediação na relação. Tais instrumentos são criações menos sofisticadas do próprio homem, para que este possa então realizar uma atividade mais elaborada. O trabalho, por sua vez, gera a idealização da finalidade na mente do próprio sujeito, projetando previamente o resultado da sua ação antes de realizar a atividade, portanto, “é importante ressaltar que o trabalho é uma atividade projetada, teleologicamente direcionada, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito” (Netto; Braz, 2006, p. 19). Assim, o trabalho realiza-se quando a ideação se objetiva e há transformação da matéria. Tal objetivação dá-se pela relação do subjetivo na mente do sujeito e a transformação real da matéria (Netto; Braz, 2006).

O trabalho não se resume ou se realiza nele mesmo, muito menos de maneira isolada de alguma espécie, é preciso transmitir essas representações para outros, demandando um sistema de comunicação com linguagem articulada, expressando suas representações. O trabalho, portanto, é uma atividade coletiva e denominada como social, logo “essa inserção exige não só a coletivização de conhecimentos, mas sobretudo implica convencer ou obrigar outros à realização de

atividades, organizar e distribuir tarefas, estabelecer ritmos e cadências etc.” (Netto; Braz, 2006, p. 19).

O trabalho transforma a matéria em razão das ações entre o sujeito, mas envolve uma interação e organização social. O ser social surge por meio de um processo histórico no qual há a possibilidade de transformar a natureza para a criação de riqueza (Netto; Braz, 2006).

A existência da sociedade está condicionada à natureza, uma vez que esta pode ser transformada para a satisfação das suas necessidades, mas essa relação alterou-se ao longo do curso da história. O homem surgiu como um novo ser, dotado de uma complexidade elevada diante dos demais, tornando-se, portanto, um ser social. Assim, “o trabalho é fundante do ser social, precisamente porque é de ser social que falamos quando falamos de humanidade (sociedade)” (Netto; Braz, 2006, p. 22).

A construção do ser social está vinculada ao processo de humanização em razão da atividade teleologicamente orientada, e seu desenvolvimento produz objetificação, assim “O trabalho aparece como a objetivação primária e ineliminável do ser social, a partir da qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e as possibilidades de novas objetivações” (Netto; Braz, 2006, p. 24). O ser social é resultante de um conjunto de determinações, mas somente ele é capaz de projetar as finalidades e antecipar em seu consciente a atividade, criando instrumentos, comunicações e pensamentos que tornam a atividade um resultado da sua reflexão. Possui a capacidade de sociabilização e através da sua liberdade pode escolher teleologicamente fenômenos e universalizá-los (Netto; Braz, 2006).

Para além do trabalho e da objetificação, o ser social é constituído da práxis, sendo o homem o resultado da sua criação e autoatividade, permitindo o reconhecimento como autoprodutores. Nesse processo, há o fenômeno da alienação, o qual insere-se nas relações sociais, onde a sociedade regula a divisão social do trabalho e a propriedade dos meios de produção mediante a expropriação do trabalhador, exercendo a exploração do homem pelo homem (Netto; Braz, 2006).

Manifestando-se primariamente nas relações de trabalho (entre o trabalhador, seus instrumentos de trabalho e seus produtos), a alienação marca as

expressões materiais e ideais de toda a sociedade; esta e seus membros movem-se numa cultura alienada que envolve a todos e a tudo: as objetivações humanas, alienadas, deixam de promover a humanização do homem e passam a estimular regressões do ser social (Netto; Braz, 2006, p. 26). Cada estágio realizado pelo homem comporta um degrau de humanização e interação, sendo o ser social comum a todos e existindo na totalidade da objetificação, desenvolvendo-se e complexificando-se (Netto; Braz, 2006).

Segundo Netto e Braz (2006, p. 26), a mercadoria é um objeto externo ao homem que tem como função a satisfação do homem, e a partir das suas propriedades, ela ganha um valor de uso. A mercadoria tem seu valor de uso a partir da possibilidade de reprodução, destinando-se a terceiros para a troca e/ou venda. Para que aconteça essa produção e posterior reprodução, é necessária a divisão social do trabalho, de modo que haja articulação com a propriedade privada dos meios de produção.

Nessa mercadoria, é empregada uma quantidade média de trabalho e horas de produção, a qual determinará o valor da mercadoria, e através da troca dessa mercadoria, o seu valor é expresso. Com o avanço da produção mercantil, a mercadoria passou a ter seu valor padronizado e universal, permitindo o surgimento e circulação de mais mercadorias com propriedades específicas. Segundo Netto e Braz, “o dinheiro, pois, é a mercadoria especial na qual todas as outras expressam o seu valor. O valor de uma mercadoria, expresso em dinheiro, é o seu preço” (Netto; Braz, 2006, p. 56).

Desse modo, a mercadoria torna-se uma expressão das relações entre os homens, de modo que é regulada por suas vontades, e essas relações são espelhadas nessas mercadorias. Dentro do modo de produção capitalista, suas produções são regradas pelo fetichismo de mercadoria¹⁴ – expressão marxista –

¹⁴ No interior da tradição marxista, o fetichismo da mercadoria é compreendido como um processo no qual as relações sociais de produção, sob o capitalismo, assumem uma forma objetivada, invertida e mistificada, de modo que os produtos do trabalho humano passam a aparentar possuir um valor intrínseco e natural. Segundo Yamamoto, o fetichismo opera como um modo de aparecimento das relações sociais, ou seja, uma forma específica pela qual a realidade social se apresenta aos sujeitos sob o capitalismo. Nele, as relações entre pessoas são mediadas por coisas – mercadorias, dinheiro, capital – que parecem ter vontade própria, autonomia e poder. Esse processo inverte a relação entre sujeito e objeto, fazendo com que os produtos sociais (as mercadorias) ocultem as relações de exploração e dominação de classe que lhes deram origem. A autora evidencia que, no contexto da reestruturação produtiva e da mundialização do capital, o fetichismo ganha contornos ainda mais

onde, segundo os autores, “O fetichismo daquela mercadoria especial que é o dinheiro, nessas sociedades, é talvez a expressão mais flagrante de como as relações sociais são deslocadas pelo seu poder ilimitado” (Netto; Braz, 2006, p. 55).

A relação entre o homem e a natureza permite que seja a produção de elementos que perpetuará e manterá a vida, transformando o elemento natural e transformando a si. O trabalho do homem se diferencia dos demais animais da natureza em razão da produção de elementos que propiciem a sua reprodução. Com a ascensão do sistema capitalista, dá-se uma nova modalidade de relações de trabalho, onde este torna-se abstrato, elemento central da reprodução humana e mediado pela mais valia.

A distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato é fundamentada na ótica que o trabalho concreto refere-se à atividade produtiva específica e útil – que resulta em valores de uso; já o trabalho abstrato corresponde ao trabalho humano em geral, indiferenciado, medido em tempo e considerado unicamente como dispêndio de força de trabalho, independentemente de sua forma útil particular. É o trabalho abstrato, portanto, que constitui a substância do valor da mercadoria (Marx, 2013).

Esse tipo de trabalho não é exclusivo do modo de produção capitalista, pois, segundo Marx (2013), a existência de mercadorias e de dinheiro antecede historicamente o capitalismo. Ele se refere a essas formas como pré-capitalistas, ou seja, presentes em sociedades onde o comércio existia de maneira limitada, restrita a esferas periféricas da vida social como as que se realizavam nas rotas comerciais. Nessas formações sociais, o trabalho abstrato existe, pois há troca de mercadorias, e, portanto, valor.

A peculiaridade do capitalismo está na generalização e centralidade do trabalho abstrato, para além dos produtos; a força do trabalho se torna mercadoria, demandando aos indivíduos a venda da sua força de trabalho em troca de remuneração. Assim, elege uma forma de valor que determina as relações sociais e de poder. Dessa forma, o trabalho abstrato torna-se a mediação social fundamental,

agudos, à medida que se amplia a subsunção da vida social à lógica mercantil. Os sujeitos passam a se relacionar com o mundo e com os outros mediados por mercadorias, serviços e indicadores econômicos, o que reforça a alienação e dificulta a apreensão crítica da totalidade social (Iamamoto, 2015).

um “fetiche”, pois as relações entre pessoas aparecem como relações entre coisas. Nas palavras de Marx, o capitalismo realiza uma inversão completa: “as determinações sociais do trabalho assumem a forma de propriedades sociais das coisas” (Marx, 2013, p. 89). Esse fetichismo da mercadoria não é um simples erro de percepção, mas expressão real da estrutura social capitalista, em que a lógica do valor rege a reprodução social.

Portanto, o trabalho abstrato não nasce com o capitalismo, mas encontra nele seu grau máximo de desenvolvimento e generalização. O capitalismo se distingue por fazer do valor a forma universal da riqueza, substituindo outras formas históricas (como o uso, a posse tradicional ou religiosa da terra ou a produção voltada ao consumo direto). Como resultado, as relações sociais são progressivamente subordinadas às exigências da valorização do valor, e o trabalho abstrato deixa de ser um momento ocasional da troca para tornar-se a forma dominante da sociabilidade.

A partir da necessidade de satisfação material e de reprodução social, a existência humana é condicionada na transformação do natural, utilizando os próprios elementos naturais a partir da sua consciência humana. Para Gois (2017, p. 2), “portanto, infere-se que o trabalho possui um caráter ontológico, fundando assim o ser social e retirando o indivíduo de sua condição meramente biológica”. Assim, a natureza torna-se imprescindível para a existência humana, levando o homem a confrontá-la para que suas necessidades sejam alcançadas, moldando a si e adquirindo novas habilidades.

Para alcançar a concretude dos seus atos, os homens precisam, portanto, pôr em movimento, através do trabalho e superando seus limites naturais. No sistema capitalista, o trabalho satisfaz em primeiro plano as necessidades de autovalorização do capital, abdicando da prioridade de satisfazer a realização particular e humana. Em segundo plano, estão as necessidades do trabalhador, que, por sua vez, são atendidos apenas mecanismos de sobrevivência na sociedade, degradando o seu corpo como uma mercadoria que produzirá outras mercadorias.

Segundo Marx, (2010), o trabalho se divide em produtivo e improdutivo. Do ponto de vista do processo de trabalho em geral, apresentava-se como produtivo aquele trabalho que se realizava num produto, concretamente numa mercadoria. Do

ponto de vista do processo capitalista de produção, junta-se uma determinação mais precisa: é produtivo aquele trabalho que valoriza diretamente o capital, o que produz mais-valia¹⁵, ou seja, que se realiza numa mais-valia (Marx, 2010, p. 109).

Assim, o trabalho pode ser dividido em abstrato e concreto, improdutivo e produtivo. No caso do trabalho abstrato, trata-se de uma forma de valor que está associado às diversas formas de sociabilidade, pois expressa a capacidade humana de produzir mercadorias passíveis de valor de troca. Ou seja, a mercadoria tem um valor associado em razão do trabalho abstrato nela investido. O trabalho concreto, por sua vez, corresponde àquele que produz valor de uso nas atividades realizadas por alguém, satisfazendo as necessidades humanas e utilizando conhecimento técnico. Já o trabalho improdutivo corresponde às atividades que não estão gerando mais-valia, mas são atividades socialmente necessárias. E por fim, o produtivo, o qual existirá apenas em sociedades capitalistas, pois é definido pelas formas particulares de relação social que regem esse sistema. Ele não se refere apenas à utilidade do trabalho ou à sua concretude, mas à sua capacidade de gerar mais-valia – isto é, valor excedente apropriado pelo capitalista – e de contribuir para a valorização do capital. Nesse processo, as mercadorias produzidas devem possuir valor de uso, a fim de serem vendidas no mercado, mas sua produção está subordinada à lógica da acumulação. Assim, sua principal função não é a satisfação das necessidades humanas, mas a reprodução ampliada do capital. A força de trabalho, comprada como mercadoria, é explorada de tal modo que gera mais valor do que aquele equivalente ao seu custo de reprodução, sendo esse excedente apropriado pelo capitalista sob a forma de lucro. Trata-se, assim, de uma relação em que o trabalhador, ainda que produza bens úteis, está inserido num processo produtivo cujo objetivo central é a expansão do capital e não a realização de suas próprias necessidades.

No modo de produção capitalista, a produção não tem como objetivo principal a satisfação das necessidades humanas, mas, sim, a autovalorização do capital. Conforme exposto por Marx, em *O Capital*, a lógica que orienta a dinâmica da produção é a conversão de dinheiro em mais dinheiro, por meio da extração de

¹⁵ Segundo Marx (2013, pp. 263-264), mais-valia trata-se do valor excedente produzido pelo trabalhador além do necessário para custear a força de trabalho. Este valor é apropriado pelo capitalista em forma de lucro.

mais-valia. O capitalista adquire força de trabalho e meios de produção com o intuito de gerar mercadorias que ao serem vendidas no mercado resultem em um valor superior ao originalmente investido. A fórmula da circulação do capital – D - M - D (Dinheiro - Mercadoria - Mais Dinheiro) – expressa, de forma sintética, esse movimento. (Marx, 2013)

Nesse contexto, a produção de valores de uso (bens úteis) é secundária; ela só é relevante enquanto meio para a geração de mais-valia. A produção de mercadorias, portanto, ocorre não porque há uma necessidade social a ser satisfeita, mas porque há a expectativa de retorno financeiro sobre o capital investido. Marx (2013) é enfático ao afirmar que o objetivo imediato da produção capitalista não é a produção de mercadorias, mas a produção de mais-valia. Assim, a lógica produtiva capitalista subordina as necessidades humanas aos imperativos da valorização do valor.

As necessidades do trabalhador, nesse sistema, são atendidas apenas na medida em que garantem a reprodução de sua força de trabalho, ou seja, sua capacidade de continuar vendendo sua energia laboral ao capital. O consumo operário, portanto, não é um fim em si, mas um meio para que o processo de produção de mais-valia possa se perpetuar. Como observa Marx, o trabalhador é visto, na perspectiva do capital, como “mero meio de valorização do valor existente” (Marx, 2013).

Essa lógica se expressa de forma particularmente aguda em situações em que a produção continua ocorrendo mesmo diante da não absorção de bens pela população trabalhadora, como nos casos de fome em países exportadores de alimentos. A produção permanece voltada ao mercado externo e à geração de lucros, mesmo que as necessidades internas mais básicas não sejam supridas. Esse fenômeno evidencia que, no capitalismo, a produção está orientada prioritariamente pela rentabilidade do capital, e não pela satisfação das necessidades sociais.

O que determina a produtividade do trabalho no capitalismo é a forma como ele está organizado, produzindo a mais-valia para o capitalista e criando seu próprio produto como capital. Nesse movimento, o mesmo tipo de trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, a depender do modo que ele se encontra organizado, sob

a forma capitalista de produção (Marx, 2013, pp. 108-113). Não está em julgamento na análise do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo a natureza dos processos de trabalho ou a utilidade do trabalho para a sociedade, mas interessa o papel que este trabalho exerce no capitalismo (Gois, 2017, p. 4).

O trabalho produtivo, portanto, está condicionado à forma como a qual este se processa, sendo independente da produção de bens materiais ou sua origem – física e intelectual –, importando somente a forma como ele se apresenta no modo de produção capitalista. Essa diferenciação o distancia de outras espécies de trabalho. Já o trabalho improdutivo, embora necessário e socialmente útil, não gera mais valor diretamente, mesmo quando remunerado – como no caso de serviços pessoais, administrativos, estatais ou domésticos pagos (Marx, 2013).

A precarização do trabalho tende a se acirrar no capitalismo dependente. Em razão da própria condição de dependência entre economias dos dois países, orientados pela divisão internacional do trabalho. Uma economia regida por monopólios e uma economia que se molda em razão de interesses e necessidades de países centrais e do grande capital internacional. Então, a dependência não diz respeito apenas aos países periféricos, mas à relação entre economias hierarquizadas que organizam a totalidade do capitalismo mundial. A relação é controlada mais diretamente pelas burguesias dos países centrais e periféricos, mediante leis que incidem de maneiras diferentes nas regiões, conforme poder econômico e potencial de competitividade dessas economias (Martins, 2011).

A divisão internacional do trabalho e a conseqüente subordinação da economia periférica à economia mundial aprofundam, nas economias dependentes, as contradições do capitalismo. A subordinação da economia periférica eleva as forças produtivas na economia mundial e impulsiona o desenvolvimento do sistema científico-tecnológico nos países centrais, o que acelera a disseminação de conhecimentos e tecnologias (Santos, 1973).

Já o desenvolvimento do capitalismo nos países periféricos, como o Brasil, pode ser compreendido a partir de, pelo menos, três etapas históricas. A primeira delas corresponde ao período colonial, marcado pelo trabalho escravizado e por uma forma particular de acesso à terra. Embora houvesse grandes extensões de terra sob o regime de capitânicas hereditárias e sesmarias, não se tratava de

propriedade privada plena, mas de concessões de uso subordinadas ao poder da Coroa portuguesa. Até a promulgação da Lei de Terras de 1850, a Coroa mantinha o monopólio sobre o domínio fundiário e estabelecia as regras de acesso, posse e comercialização da terra. Foi apenas com essa legislação que se instituiu, de fato, uma base jurídica para a propriedade privada da terra, moldando as relações fundiárias que permanecem vigentes até os dias atuais; pela etapa tecnológica-financeira, caracterizada pela crescente internacionalização do capital e pela intensificação da dependência estrutural das economias periféricas em relação aos centros hegemônicos. Nesse contexto, as oligarquias rurais reforçam sua posição ao articular-se com o capital externo, assumindo o controle da produção agrícola e mineral sob uma lógica voltada para a exportação e para a reprodução ampliada da dependência. A hegemonia dessas classes dominantes recusa transformações estruturais, conservando a concentração fundiária, assegurando o controle da produção agrícola e mineral; e pela etapa tecnológico-industrial, consolidada no período do pós-guerra, marcado pela transferência de tecnologias obsoletas dos países centrais para os periféricos.

Segundo Martins (2011), tal processo não visava à superação da dependência, mas à sua reconfiguração: ao impulsionar uma industrialização baseada em tecnologias defasadas e controladas por multinacionais, os países centrais mantiveram o domínio sobre os principais ramos produtivos e as cadeias globais de valor. Essa industrialização dependente não foi acompanhada por autonomia tecnológica ou fortalecimento do mercado interno, mas por uma modernização limitada, seletiva e funcional aos interesses do capital transnacional (Martins, 2011). Sem deixar de mencionar que a tendência de internacionalização do setor industrial, especialmente no segmento de produção de máquinas, concentra-se e avança vagarosamente na direção dos países periféricos, em grande medida para privilegiar e fortalecer o próprio setor primário exportador, sem fortalecer as estruturas produtivas industriais internas (Santos, 1973).

Os processos de acumulação, nos países de economia dependente, realizar-se-ão prioritariamente pelo fornecimento de produtos primários com preço estabelecido no mercado internacional (*commodities*), em busca de manter a expansão do capital e a hegemonia dos países centrais em níveis satisfatórios.

Então, os processos de acumulação de capital e o capitalismo, em países da América Latina, incluindo o Brasil, tem na exportação de produtos primários e na dependência a sua condição de existência e reprodução.

Durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, as economias periféricas ganharam destaque com o seu papel de fornecimento de excedente aos países centrais, a exemplo dos Estados Unidos, que se tornou hegemônico e instaurou o imperialismo sobre as economias dependentes latino-americanas. As condições de dependência se acirram, ainda mais, com o avanço do neoliberalismo, o investimento direto e indireto do capital privado internacional em terras brasileiras, a fixação de empresas estrangeiras em território brasileiro, a aquisição de patrimônios estatais, pelo capital estrangeiro e o desmonte dos setores sociais – saúde, educação, previdência e assistência, os quais acessam as camadas trabalhadoras e populares subordinadas à lógica de dependência. Para Xavier (2017),

As economias latino-americanas caminham, cada vez mais, para a consolidação de um padrão de especialização produtiva exportadora, aprofundando as desigualdades sociais e econômicas nas suas populações, precarizando ainda mais as relações de trabalho e ensejando, nestas economias, novas dinâmicas de dependência, agora alicerçadas, também, nos movimentos de acumulação oriundos do capital rentista. Atestando a relevância da teoria marxista da dependência para a explicação desse fenômeno, a noção de superexploração da força de trabalho continua sendo central para a compreensão da reprodução do caráter periférico das economias latino-americanas (Xavier, 2017, pp. 157-158).

A dependência vai ser determinante das contradições mais acirradas do capitalismo nas economias dependentes pela própria transferência de valores dessas economias às economias centrais. De modo geral, as transferências de valores contribuem com o desenvolvimento das forças produtivas e a produção de tecnologias avançadas nos países centrais, que passam a dominar a fronteira tecnológica global, assumindo posição de liderança nos processos de acumulação. Então, a relação com as economias dependentes vai compensar os períodos de crise, inerentes ao avanço do capitalismo, nas economias centrais (Santos, 1973).

Essas crises têm a ver, em grande medida, com as tecnologias introduzidas no processo produtivo. As tecnologias são de grande importância para melhorar a qualidade de vida e as condições de humanidade dos sujeitos sociais, porém, no

capitalismo, impulsiona a substituição de trabalho vivo por trabalho morto, eleva o desemprego e o subemprego, os quais contribuem com o aumento da exploração dos trabalhadores e remuneração abaixo do ideal. Além disso, no processo de mundialização do capital, a tecnologia como mecanismo acionado pela concorrência intercapitalista vai jogar para baixo os valores dos salários, com o objetivo central de obtenção de lucros extraordinários¹⁶ (Valencia, 2009).

A condição de economia exportadora favorece a entrada de capital financeiro nos países periféricos, o que confere certas particularidades a essas economias. Na primeira fase do ciclo do capital temos a circulação de dinheiro nacional e estrangeiro, o que explica a transferência de parte da mais-valia aos países centrais (Marini, 2012). Essa transferência também acontece porque parte do dinheiro em circulação vai ser investido em tecnologias estrangeiras que entram no processo produtivo. Ou seja, transferência feita mediante compra de inovações dos países hegemônicos (Marini, 2012). Também é importante considerar a entrada de multinacionais nos países periféricos que passam a atuar internamente, transferindo grande parte do que fatura aos seus países de origem.

O avanço do grande capital apoiado pelas corporações multinacionais inseridas nas economias periféricas impulsiona o aumento da industrialização de produtos tecnologicamente menos avançados do que nos países centrais e a exportação de produtos primários para os centros dominantes, especialmente os Estados Unidos. Essa aproximação é explicada em razão do apoio das políticas regionais empenhadas em criar mercados nacionais integrados aos mercados externos. A própria América Latina atua como um importante mercado para os produtos brasileiros (Osório, 2012).

Outra forma de transferência de valor se realiza pelas perdas decorrentes das trocas desiguais entre países que exportam matérias-primas e países que exportam tecnologias, ou seja, mercadorias mais valorizadas no mercado mundial.

Nesse contexto, consolida-se a segunda fase do capitalismo, o monopolista-financeiro. A partir do final do século XIX, observa-se a fusão entre o capital industrial e o capital bancário, que quando concentrado, passa a dominar

¹⁶ Lucros extraordinários tratam-se de ganhos excepcionais que ultrapassam os níveis normais de rentabilidade esperada pelo setor, geralmente, são resultados de monopólios e oligopólios – cobrando preços acima do normal, mudanças inesperadas ou cenários atípicos (Schumpeter, 1984).

setores inteiros da economia, por meio de monopólios, cartéis e trustes, substituindo a lógica da livre concorrência pela hegemonia econômica de grandes corporações. A burguesia financeira passa a controlar os fluxos de investimento, os meios de produção e as decisões políticas, inclusive no cenário internacional.

Lenin (2017) argumenta que a exportação de capitais se torna mais relevante do que a exportação de mercadorias, à medida que os países centrais buscam nos territórios periféricos fontes de matérias-primas, mercados consumidores e mão de obra barata. No caso dos países da periferia do sistema, como os da América Latina, essa dinâmica assume contornos de dependência estrutural. Segundo Marini (2011), o desenvolvimento capitalista nas nações centrais gera, por contradição, o subdesenvolvimento nos países periféricos.

A transferência feita a partir dessas trocas desiguais impacta na terceira fase do capitalismo, associada à circulação de mercadorias prontas, com prejuízos para a produção e a acumulação. Isso porque as trocas desiguais vão ser compensadas pelo capitalista na superexploração do trabalho, não no mercado (Marini, 2012). Superexploração que, segundo Marini (2011), se realiza pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e pela expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho ao operário, com redução do valor real do salário, abaixo do valor exigido para a reprodução mínima dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Dessa forma, a maioria das mercadorias industriais são destinadas ao consumo de uma minoria, já que o salário médio da grande massa dos trabalhadores vai ser insuficiente para acessar essas mercadorias. Segundo Osório (2012, p. 124),

A deterioração dos salários e das condições laborais em geral aponta, dessa forma, para o centro da dinâmica e da reprodução do novo padrão exportador. Assim como na segunda metade do século XIX e no início do século XX, o grande capital que opera na região está mais preocupado com o nível de vida da população dos mercados para onde exporta e com o poder de consumo dos trabalhadores que lá se encontram do que com os da população assalariada local. Para esse capital, os trabalhadores locais interessam mais como produtores do que como consumidores (Osório, 2012, p. 124).

A transferência de tecnologias, das economias centrais às economias periféricas, intensifica a transferência de valores às economias desenvolvidas e a compensação dessas perdas na superexploração do trabalho nas economias periféricas, tornando a dependência uma tendência ainda mais acirrada em tempos de neoliberalismo, que busca compensar as crises mais acirradas e permanentes do capitalismo pela busca de novos mercados (Martins, 2011).

A precarização dos rendimentos do trabalhador tende a se acirrar ainda mais em contexto de força de trabalho, desempregada e subempregada, mais abundante. Principalmente com o avanço do neoliberalismo, que justifica, por argumentos liberais, o desmonte das políticas sociais. Em grande medida, pela transferência de grande parte do fundo público brasileiro, para amortizar juros da dívida pública com os países centrais (Singer, 1998).

Com a nova divisão internacional do trabalho e a dependência, as economias da América Latina são pressionadas, externamente, a adotarem o neoliberalismo para se adequarem à nova lógica da mundialização do capital – marcada por ciclos econômicos e predomínio do neoimperialismo¹⁷ dominante no modo de produção. Nas palavras de Valencia (2009, p, 114),

o mundo do trabalho e seus protagonistas, os trabalhadores, terão de travar suas lutas em torno da restituição de suas condições de vida e de trabalho, que o capitalismo neoliberal lhes arrebatou através da imposição da desregulação e da flexibilização do trabalho. Estes últimos regimes, que abrem totalmente as portas da superexploração do trabalho, são essenciais para a sobrevivência do capitalismo como modo de produção e de exploração universal (Valencia 2009, p.114).

¹⁷ O conceito de neoimperialismo está associado a uma nova forma de dominação econômica e política exercida pelas potências capitalistas sem fazer uso de ocupação militar, mas sim utilizando os mecanismos de dependência econômica com multinacionais, intervenção política e controle cultural e ideológico de valores e padrões de consumo. Nesse sentido, Valencia (2009) reforça essa análise a partir das potências centrais do capitalismo moderno que continuam a exercer poder sobre os países periféricos, porém, de maneira mais sutil e indireta. Assim, o autor menciona que o neoimperialismo ocorre por via de uma globalização desigual onde os países utilizam organizações internacionais e corporações multinacionais para explorar recursos e trabalho dos países periféricos. Essa exploração se dá via econômica com dívidas externas e condições desfavoráveis; dependência política e disseminação cultural.

Esse período coincidiu com o maior Investimento Externo Direto (IED), realizado graças à venda de empresas públicas¹⁸ e expansão das políticas neoliberais. Segundo Osório (2012),

o Brasil e o México, com movimentos alternados marcados inicialmente pela privatização de empresas públicas e em seguida por capitais estrangeiros que privilegiam essas economias pelo tamanho de seus mercados, pela infraestrutura existente e pelos seus vínculos com outros mercados (México e seus vínculos com os Estados Unidos e o Canadá; Brasil e suas relações com os mercados da América do Sul e da Ásia), constituem as economias privilegiadas pelo IED (Osório, 2012, p. 110).

Com a expansão das empresas multinacionais nos países periféricos, as atividades econômicas nacionais passaram a se concentrar no setor de serviços, controlados pelo capital financeiro. Então, a dependência impacta na qualidade de vida dos assalariados da periferia, evidenciando o padrão de dependência e subdesenvolvimento nesses países. Nas palavras de Osório (2012, p. 105),

Com isso se sustenta a transferência de valores para os centros imperialistas e o recurso à superexploração como mecanismo de compensação de tais transferências e de suporte para o capital que opera na região enfrentar a concorrência nos mercados internacionais. Assim, é a própria dependência que se reproduz como modalidade particular do capitalismo e de inserção na acumulação mundial (Osório, 2012, p. 105).

A partir dos anos de 1960, ao mesmo tempo em que o padrão econômico de exportação atinge patamares elevados, as condições da classe trabalhadora entram em declínio. A precarização das condições gerais de trabalho e vida são resultantes da dinâmica do capitalismo, em sua totalidade, bem como de conjunturas, tendências e processos da dinâmica interna de cada país, que geram a perda de poder aquisitivo dos próprios trabalhadores, responsáveis pela produção de riquezas. Grande parte dos produtos primários, destinados aos consumidores externos, vai ser inacessível aos assalariados. Nos países periféricos, a exportação de produtos primários segue como carro chefe da economia, mesmo que às custas

¹⁸ Com a crise dos anos 1980, a dinâmica do novo padrão exportador é caracterizada pela venda de empresas públicas, enfraquecimento de empresas privadas e fortalecimento de grandes multinacionais nacionais e internacionais.

de déficits na balança comercial, dependência tecnológica e superexploração do trabalho (Santos, 1973).

A divisão internacional do trabalho impõe limitações claras no processo de autonomia dos países subdesenvolvidos, adicionando e configurando as estruturas econômicas, sociais, ideológicas e políticas desses países. Em meio a uma multiplicidade de ações e contradições, antagonismo e luta de classes, a divisão internacional do trabalho será pautada pela busca incessante por mais-valia extraordinária mediante desigualdade de poder tecnológico, financeiro e comercial em relação aos grandes monopólios. Para Valencia (2009), a transferência de valor e a extensão do regime de superexploração do trabalho, instaladas nas estruturas capitalistas do século XXI, acelera a produção de mais-valia e lucros extraordinários para o capital.

O capital financeiro possibilita aos países centrais assegurar o domínio político e econômico, através da manutenção de altas taxas de juros, exploração de pessoas e recursos naturais. Assim, ao firmar o seu papel monopolizador na economia mundial, os países centrais conseguem investir mais em estratégias de acumulação de capital e realização de excedentes, corroborando com o papel de subordinação das nações periféricas, perpetuando o padrão de acumulação e reprodução de desigualdades.

Nesse sentido, o desenvolvimento do capitalismo mundial está fadado à exportação de produtos primários, ao avanço tecnológico dos países centrais, à expropriação extraordinária de mais-valia, à ampliação de riquezas obtidas pelas economias hegemônicas, à deterioração de recursos naturais nos países periféricos e, principalmente, à expansão da fronteira agrícola.

A dinâmica mundial do capitalismo demonstra o fracasso e a fraqueza desse sistema, condicionado ao padrão de dependência tecnológica, financeira e comercial dos países dependentes e seus limites de desenvolvimento do mercado interno em razão da superexploração da força de trabalho. Portanto, o objetivo do capital internacional ao adentrar os países dependentes diz respeito à busca por zonas mais competitivas da economia mundial e à transferência de lucros. O avanço do capital mundial aprofunda ainda mais as contradições e os limites do capitalismo na periferia, uma vez que aprofunda endividamentos externos, déficits, crises e

estagnação em relação ao capitalismo central. A própria injeção de capital estrangeiro nas economias periféricas exerce papel contraditório nessas economias, na medida em que o lucro gerado pelo desenvolvimento dessa economia, condicionado ao investimento estrangeiro, precisa ser dividido, para atender interesses da burguesia nacional e prioritariamente da burguesia estrangeira.

1.3 Desenvolvimento do agronegócio

O surgimento e o desenvolvimento do agronegócio, influentes na ascensão da agroecologia, estão diretamente vinculados à expansão da produção agrária no recém-constituído capitalismo brasileiro e às alterações desse modo de produção ao longo da história, que promoveram a ascensão de uma classe essencial ao processo de acumulação: a elite agrária. Assim, antes de discorrer sobre a dialética da agroecologia (próximo capítulo), torna-se preponderante traçar, ainda que brevemente, o percurso histórico e o lugar da economia agrária exportadora brasileira, que criou condições específicas para o desenvolvimento do agronegócio e da agroecologia, trazendo os determinantes próprios da participação feminina no campo.

Para entender a origem e os impactos do agronegócio, é preciso retomar o sistema de sesmarias e capitanias hereditárias adotado por Portugal para administrar a produção no Brasil durante o período colonial. Sistema que concedeu títulos de propriedade de grandes extensões de terras, com o objetivo de transferir à Europa, produtos primários e riquezas coloniais (Stédile, 2005). A elite agrária portuguesa apropriou-se de grandes extensões de terras e assumiu o papel de latifundiário, sem pagar financeiramente por essas propriedades.

A distribuição de grandes propriedades de terras possibilitou a criação de mecanismos ideais para o comércio mundial de diversos produtos primários e, inclusive, de seres humanos. Esses aspectos são cruciais para o processo de transformação da economia mundial, da acumulação de capital na Europa e da transição ao modo de produção capitalista (Tomich, 1992). A expansão do capitalismo mercantil e a colonização das Américas a partir da Europa, mediante exploração e violência ao africano, foram determinantes do capitalismo.

A distribuição de terras e a organização da produção no Brasil, baseada no sistema de monocultura, para a exportação, foram determinantes da questão agrária e do desenvolvimento das relações sociais capitalistas no campo brasileiro e na produção urbano industrial. O capitalismo no Brasil desenvolveu-se no cerne de uma estrutura concentrada e estática de terras, que tomou a forma de reservas de valor para os detentores de propriedade. A geração de renda através do latifúndio

monocultor escravista predominou durante o século XVIII, mas tornou-se um empecilho para o ideal progressista e desenvolvimentista, entregando ao fracasso a distribuição de sesmarias no século seguinte (Tomich, 1992). De qualquer maneira, o latifúndio monocultor escravista manteve a concentração de terras nas mãos de alguns poucos representantes da elite agrária.

Não é possível determinar com exatidão o ponto de partida do desenvolvimento da questão agrária e do agronegócio no Brasil, mas é possível detectar momentos específicos que contribuíram com esse cenário.

A Lei de Terras, por exemplo, promulgada no Brasil em 1850, foi essencial para o processo de formação dos grandes latifúndios, na medida em que definiu as bases para a apropriação, ocupação e distribuição de terras brasileiras, estabelecendo parâmetros para a estrutura fundiária no país. Os ex-escravos, destituídos de posses, não puderam alcançar a condição de proprietários de terras, que foram transferidas à elite branca. Nesse processo, o racismo foi uma importante construção colonial para justificar o trabalho escravo e a não obtenção de títulos, pelos negros. O racismo construído durante a colonização das Américas foi eixo para a desqualificação, discriminação e apropriação indevida de pessoas negras e da violação de direitos desses sujeitos e de outras minorias. Em 1888, os negros escravizados foram legalmente libertos da escravidão, porém, sem qualquer apoio ou indenização. Ao trabalhador negro livre, destituído de capital, foi negado o direito de comprar terras, restando-lhe, as franjas marginais da sociedade (Stédile, 2005).

A estrutura produtiva no Brasil, herdada do período colonial, também criou terreno propício para a chegada dos imigrantes no país, ao final do século XIX. Dentre os fatores que intensificaram a entrada de imigrantes no Brasil estão, a proibição do tráfico negreiro e a necessidade de manter a produção agrícola para a exportação. Muitos imigrantes entraram no Brasil para ocupar postos de trabalho, principalmente da agricultura, apesar de existir amplo contingente de força de trabalho negra disponível. Muitos foram os esforços da elite agrária para implementar políticas de imigração e atrair imigrantes convencidos de encontrar, no Brasil, melhores condições de vida e oportunidades de trabalho (Tomich, 1992).

Muitos imigrantes vieram ao Brasil, atraídos pelas possibilidades de melhorar de vida, tendo em vista a própria condição de diversos países europeus,

devastados por dificuldades econômicas, fome e superpopulação. O interesse em atrair força de trabalho imigrante em um mercado com grande excedente de negros disponíveis, tem a ver com o desejo do Estado e da sociedade brasileira de promover o branqueamento da população, o que foi justificado pela ideologia que evidencia a suposta superioridade branca em relação ao negro, no manejo de máquinas ou na capacidade laboral. O branqueamento da população aparece como estratégia para alcançar a modernidade e civilização aos níveis de padrões europeus, evidenciando o caráter discriminatório e racista no governo brasileiro, que submeteu a população negra a um processo de segregação e marginalização (Tomich, 1992).

A concentração de terras e expansão do poder da elite agrária foi determinante do nosso capitalismo dependente caracterizado pela inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho como exportador de produtos primários na segunda metade do século XIX. Já que a transferência de produtos primários da periferia ao capitalismo central possibilitou reduzir o custo da produção industrial e incentivar a transição de mais-valia absoluta à mais-valia relativa, nos países que apropriavam dessas riquezas. Sobre a mais-valia relativa, entende-se como o processo de exploração do sistema capitalista no qual os capitalistas centrais aumentam a produtividade e extração de mais valor a partir da inserção de tecnologia (Marx, 2013), o que propicia a acumulação máxima do capital e lucros extraordinários (Marini, 2022).

A produção agrícola no Brasil, então, cresce estruturada a partir da concentração de terras, da desqualificação institucionalizada da força de trabalho negra e da inserção de imigrantes no processo de produção de mais-valia. O monopólio da terra favorece a expansão do setor brasileiro de exportação, a modernização da produção no campo e o surgimento dos primeiros trabalhadores assalariados nas áreas rurais, para atender demandas de acumulação de capital e desenvolvimento industrial nos países centrais. A produção rural passou a contar com o trabalho livre e o trabalho escravo que ainda coexistem (Bambirra, 2013).

O lugar de destaque da produção para a exportação e o poder da elite agrária serão o pivô da própria modernização conservadora no Brasil. O capital que originou a indústria brasileira foi gerado da exportação de produtos primários e

tecnologias estrangeiras que o Brasil, na condição de agroexportador, ajuda a desenvolver. Segundo Oliveira,

(...) a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo (2003, p. 39).

Os interesses das indústrias brasileiras que se desenvolveram no século XX era de atender demandas da produção rural e de consumo do trabalhador rural. A indústria buscou produzir mercadorias necessárias para o campo, em vista do crescimento e do desenvolvimento do setor agrícola, para a produção de produtos primários mais competitivos no processo de expansão do capitalismo mundial (Bambirra, 2013).

Assim, a indústria tem a sua expansão a partir de 1930, para continuar atendendo demandas da produção rural, dos trabalhadores assalariados do campo e dos demais trabalhadores do urbano em expansão. O desenvolvimento industrial do Brasil é acompanhado pela ascensão do proletariado e das classes médias urbanas, aumentadas pelas vias da modernização conservadora, que introduziu mudanças sem superar o poder da elite agrária privilegiada pela estrutura agrária de latifúndios monocultores. Elite agrária que continuou a administrar e a monopolizar as terras produtivas, para a prática da exportação sob a forma de agronegócio. A mudança na base produtiva e econômica não alterou a real situação das classes, afinal, o poder continuou concentrado nas mãos dos proprietários de terras e toda a produção da indústria era destinada à supressão das necessidades do campo exportador (Stédile, 2005). A ascensão do capitalismo no Brasil pelas vias da modernização conservadora foi crucial para a manutenção do Estado patrimonialista, com o poder nas mãos da elite agrária subordinada ao domínio do capital externo.

O desenvolvimento urbano industrial no Brasil foi acompanhado da intensificação das atividades rurais e conseqüentemente, fez emergir debates a respeito da reforma agrária a qual passou a ser defendida como estratégia para o desenvolvimento da economia brasileira. A reforma agrária tem sido historicamente

apresentada como uma medida fundamental para a redução da concentração fundiária e da existência de terras improdutivas, as quais representam um entrave à geração de empregos e ao desenvolvimento econômico nacional. No entanto, é importante salientar que, no caso brasileiro, não se pode afirmar que houve, de fato, uma reforma agrária nos moldes clássicos. Conforme observa Stédile (2005, p. 178)¹⁹, o que se implementou ao longo das últimas décadas foi uma política de assentamentos rurais, limitada e fragmentada, que não altera estruturalmente a lógica de concentração da terra no país, tampouco enfrenta os interesses da elite agrária e do agronegócio. Ressalta-se, contudo, que tal iniciativa não era respaldada pelos setores da alta elite brasileira, mas, sim, por grupos de esquerda e movimentos progressistas. Com o advento do golpe de 1964, entretanto, todas as possibilidades de implementação de uma reforma agrária efetiva foram abruptamente interrompidas (Mafort, 2021).

Foi em favor do desenvolvimento do capitalismo que o movimento de reforma agrária ganhou força e também perdeu ímpeto. Foi com a modernização e expansão da produção agrícola, sob a designação de agronegócio, que a reforma agrária retrocedeu. Durante a Ditadura Militar no Brasil, a monocultura produzida em grandes extensões de terras pelo agronegócio conseguiu, mediante apoio de capital estrangeiro, alcançar elevados patamares (Mafort, 2021). A proposta de desenvolvimento da agricultura vai ser determinante da lógica do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, que mantém a exportação de produtos primários mediante modernização do campo voltada para a produção de monocultura em grandes extensões de terras.

O agronegócio, como parte da formação sócio-histórica do Brasil, vai ser determinante do desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Inclusive a permanência da exportação de produtos primários, ressignificada como agronegócio, mesmo em meio à industrialização, explica a condição de desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo nas economias periféricas. A dependência dos países

¹⁹ A “reforma agrária” não corresponde às experiências históricas de países que realizaram transformações profundas na estrutura fundiária visando a democratização do acesso à terra. O que se observa no Brasil é a implementação de uma política de assentamentos rurais, limitada em sua abrangência, alcance e profundidade. Segundo Stédile (2005, p. 178), esse movimento trata-se de uma resposta pontual do Estado aos conflitos fundiários localizados, com caráter compensatório. Os assentamentos realizados frequentemente carecem de infraestrutura adequada, políticas públicas integradas e garantias efetivas de acesso a crédito, assistência técnica e mercados.

periféricos, mais aprofundada a partir do século XIX e XX, segundo Xavier (2017, p. 155), vai ser diretamente influenciada pelo papel relevante do agronegócio na economia, do agronegócio em expansão e associado ao imperialismo, que reproduz a dependência²⁰ para atender demandas do mundo.

Nesse cenário, a reprodução do agronegócio nos países da periferia, vai ser essencial para o avanço do imperialismo dos países centrais sob os países da periferia, e o avanço do subimperialismo²¹ da periferia sob outras economias. Os produtos do agronegócio são responsáveis pelo expressivo número de exportações²² e pela constituição da maior parte do Produto Interno Bruto (PIB) das economias periféricas. Por outro lado, essas economias precisam contar com a importação de produtos com maior base técnica. O que significa posição desfavorável da América Latina, no mercado mundial e aprofundamento da dependência econômica desses países subdesenvolvidos.

O agronegócio brasileiro, a expansão de monoculturas e as ocupações de territórios, orientados por interesses do capital financeiro, aprofundam a dependência na medida em que oferta, no mercado mundial, produtos economicamente mais desvalorizados do que os produtos industriais. Ao invés de compensar as perdas dessa troca desigual no mercado, o capital busca essa compensação por meio da superexploração da força de trabalho e na geração de mais-valia absoluta. O capital busca elevar os lucros mediante barateamento da força de trabalho.

O aumento da produtividade do agronegócio cresce muito no Brasil entre as décadas de 1950²³ e 1970, em especial a partir da Revolução Verde, com a inserção de tecnologias na agricultura, em busca de manter o superávit comercial e financiar/apoiar o desenvolvimento dependente. No Brasil, essas modificações

²⁰ Estabelece uma relação de capital industrial e bancário através da ascensão do capital financeiro e dependência econômica (Xavier, 2017, p. 155).

²¹ Através do aumento de produção de *commodities*.

²² Grandes economias realizam o Investimento Estrangeiro Direto, o qual fomenta o setor ligado à extração mineral ou aquisição direta de recursos naturais.

²³ Período de grande avanço dos movimentos sociais e da Reforma Agrária. Em caso de sucesso, segundo Xavier (2017, p. 155), possibilitaria “um processo de industrialização dotado de maior autonomia e teria impedido, portanto, uma associação, ao capital estrangeiro, altamente deletéria aos interesses nacionais”. O autor evidencia que a reforma poderia permitir integração entre os setores econômicos e favorecimento da indústria nacional, desde o fornecimento de matérias-primas, a alimentação do trabalhador.

implementadas sem modificar a estrutura fundiária tradicional do País se fez mediante associação de interesses nacionais e internacionais, que, por sua vez, aprofundou o padrão de dependência e o subimperialismo latino-americano. O percurso²⁴ dos países periféricos fundamenta-se através da injeção de um novo capital financeiro condicionado à hegemonia do agronegócio, que, por sua vez, pode ser analisado pela ótica da teoria marxista da dependência, realizando, assim, uma análise a partir do princípio da totalidade, fundamentada na teoria do valor e da *Lei Geral da Acumulação Capitalista*.

Em decorrência das crises, como medida de proteção e instabilidade de suas moedas, os grupos econômicos centrais recorreram à aplicação em ativos “terra, minérios, matérias-primas agrícolas, água, territórios com elevada biodiversidade, investimentos em setores produtivos e na produção agrícola e também no controle de fontes de energias renováveis, como hidrelétricas ou usinas de etanol” (Stédile, 2012, p. 23) nos países periféricos. Essa movimentação resultou em uma elevada especulação de mercado e transformação do dinheiro em outras mercadorias (Stédile, 2012).

A partir desse processo, houve a concentração do controle da produção e do mercado mundial de produtos agrícolas, com destaque aos grãos e laticínios. Além disso, é preciso enfatizar o destaque dentro da produção de itens pertencentes a cadeia produtiva de insumos e máquinas utilizados pela agricultura. A acelerada centralização do capital foi acompanhada pelo controle da empresa na linha de produção, comércio e outros setores da economia (Stédile, 2012). Nesse processo, destaca-se a elevada produção de insumos, como “fertilizantes químicos, venenos, agrotóxicos, máquinas agrícolas, fármacos, sementes transgênicas e uma infinidade de produtos oriundos da agroindústria, seja ela alimentícia, de cosméticos ou de produtos supérfluos” (Stédile, 2012, p. 24).

O preço desses produtos e insumos agrícolas é controlado em nível mundial, as empresas deste ramo sofrem um processo de simbiose em seu ambiente interno, fundindo o capital industrial, comercial e financeiro. Apesar do controle dos preços ser baseado no tempo de trabalho médio necessário para

²⁴ É importante salientar que o desenvolvimento das economias nos países centrais, periféricos – com ênfase aos latino-americanos transcorre dentro de um processo histórico revolucionário desigual.

satisfazer a relação de “produção X consumo”, o controle da oligarquia desses produtos mantém o preço acima do valor necessário e, segundo Stédile (2012, p. 24), “as empresas obtêm lucros extraordinários, levando à falência os pequenos e médios produtores, que não conseguem produzir nos mesmos níveis de escala que as empresas internacionais controlam”.

Em função da expansão científica nessas empresas, há maior demanda de pesquisa, recursos, tecnologias agrícolas, que, por consequência, instaura o modelo tecnológico da chamada “agricultura industrial”, dependente de insumos produzidos fora da agricultura” (Stédile, 2012, p. 24). Desse modo, o modelo é apresentado como forma mais barata de produzir na agricultura, sem levar em consideração o saber popular, maneiras alternativas de cultivo e a agroecologia. Nesse processo de inserção de ciência e tecnologia, há uma imposição do domínio da natureza, modificando sementes e fontes de recursos naturais, como a água (Stédile, 2012).

O incessante desejo de privatização de recursos e domínio dos recursos naturais se intensificam sob os territórios dos países do hemisfério sul, concentrando neles, a maior parcela de produção de insumos agrícolas que são destinados ao mercado externo. Segundo (Stédile, 2012, p. 25), “No caso do Brasil é ilustrativo, onde cerca de 10% de todos os estabelecimentos agrícolas do país controlam 80% do valor da produção”, o País tem uma pequena parcela de proprietários de terras com produção ativa e que estão vinculados a empresa, ou seja, há grande concentração de riqueza e produção nas mãos dos pequenos proprietários. Desse modo, é necessário destacar que há uma tendência a padronização dos alimentos humanos e animais, pondo em risco a biodiversidade e a diversidade alimentar. Comida tornou-se mercadoria com alto valor injetado, demandando consumo intenso, rápido e em grande escala. Para o autor, “Isso traz consequências incalculáveis para a destruição dos hábitos alimentares locais, da cultura, e riscos para a saúde humana e dos animais” (Stédile, 2012, p. 25).

Há um processo generalizado em todo o mundo de perda da soberania dos povos e dos países sobre os alimentos e o processo produtivo em decorrência da desnacionalização da propriedade das terras, das empresas, das agroindústrias e do comércio, da tecnologia, colocando em risco a soberania nacional como um todo. Já existem mais de 70 países que não conseguem mais produzir o que seus povos precisam para se alimentar (Stédile, 2012, pp. 25-26).

A soberania dos povos citada por Stédile se relaciona com o conceito de soberania alimentar, o qual consiste no direito de os povos definirem suas próprias políticas e estratégias de produção, distribuição e consumo de alimentos, garantindo que sejam baseadas em suas necessidades e culturas locais. Esse conceito foi formulado pelo movimento internacional Via Campesina em 1996, como uma alternativa ao modelo agroindustrial dominante e à segurança alimentar²⁵ dependente do comércio global. A soberania alimentar engloba e enfatiza quem produz, como produz e para quem produz, priorizando: agricultura familiar e camponesa; produção agroecológica e sustentável; direito à terra, sementes e territórios indígenas; autonomia frente às grandes corporações do agronegócio (Nyéléni, 2007).

Ainda sobre o padrão agrícola latifundiário, Stédile (2012, pp. 25-26) ressalta a existência de

(...) grandes extensões de cultivos de árvores homogêneas em plantações industriais de eucalipto, pinus, palma africana etc., destinados à produção de celulose, madeira ou agroenergia, que estão afetando gravemente o meio ambiente pela destruição total da biodiversidade e alteração dos lençóis freáticos.

Desse modo, foi consolidada uma forte aliança entre os países periféricos e os grandes proprietários de terras latifundiárias, transformando a agricultura industrial se transformando rapidamente. Nesse processo, há a concentração de propriedades de terra destruindo e inviabilizando a agricultura camponesa. Esse modelo de cultivo utiliza-se de agrotóxicos, intensa mecanização, diminuição da absorção de mão de obra, elevação dos números de imigrantes do meio rural (Stédile, 2012).

Com essa “nova divisão internacional da produção e do trabalho” (Stédile, 2012, pp. 25-26), os países periféricos tornam-se apenas uma fonte de matérias-primas agrícolas e minerais. Esse padrão de fornecedor é forjado no

²⁵ Segundo a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN), Lei nº 11.346 de 2006, Art. 3º define SAN como: a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis.

capitalismo e reafirmado por grande parte dos governos, de modo a conduzir as ações e manipulações para servir aos interesses. As políticas agrícolas conduzem de modo subalterno aos interesses das empresas transnacionais, ignorando o possível controle estatal sobre “a agricultura e aos alimentos, as políticas públicas de apoio aos camponeses e à soberania alimentar e a preservação do meio ambiente local” (Stédile, 2012, pp. 25-26).

O agronegócio ganha função econômica, contribuindo com o capital financeiro, ampliando saldos comerciais e reservas cambiais que, por consequência, atrai os capitais especulativos para o País. Assim, esse avanço do agronegócio há atraso no processo de obtenção de terras para a reforma agrária, permitindo o bloqueio e proteção de terras não produtivas para uma futura expansão dos negócios (Stédile, 2012).

O desenvolvimento do capital dependente ao exterior organiza a produção nos moldes do agronegócio, trazendo mudanças na estrutura, nos trabalhadores e na própria produção. Houve a priorização de investimentos (nacionais e internacionais) de determinados tipos de cultivos monocultores, melhoramento dessa produção a partir da transformação da matéria prima e importação de metais, condicionando o setor agroindustrial (de capital estrangeiro e nacional) ao comércio de *commodities*.

Houve uma crescente centralização do capital que atua na agricultura: uma mesma empresa controla sementes, fertilizantes, agroquímicos, o comércio e a industrialização de produtos agrícolas. Nos últimos dez anos, houve um processo acelerado de concentração da propriedade da terra (Stédile, 2012, p. 28).

A produção monocultora está em posse de grandes e médios proprietários que “representam o agronegócio controlando 85% das terras e praticamente toda a produção de *commodities*” (Stédile, 2012, p. 29). Além disso, há o destaque para a concentração de produtos do meio agrícola, quando “em 2010, 80% das *commodities* e das terras por elas utilizadas se destinavam à soja, milho e cana” (Stédile, 2012, p. 29). Nesse processo, é possível perceber a intensa desnacionalização em razão da intensa ocupação das terras por empresas estrangeiras. A expansão do capital na agricultura é sumariamente superior em

áreas da região Centro-Oeste (em áreas de cerrado), Norte (região sul da Amazônia) e no complexo Pré-Amazônia – MATOPIBA (Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia). Entretanto, essa expansão enfrenta dificuldades em razão das determinações do Código Florestal, áreas de comunidades de povos tradicionais como quilombolas e indígenas (Stédile, 2012).

O agronegócio exerce um domínio ideológico utilizando-se da comunicação em massa e divulgando-se como a única alternativa possível, moderna e insubstituível para a economia e fornecimento de insumos. Segundo Stédile (2012, p. 30) “(...) há uma simbiose entre os grandes proprietários dos meios de comunicação, as empresas do agronegócio, as verbas de publicidade e o poder econômico”.

O padrão de superexploração do trabalho agrícola submissa ao modelo do agronegócio desenha o padrão de inferioridades dos salários em relação aos países centrais que também comercializam *commodities* agrícolas. Esse modelo de exploração se expande para suprir as necessidades da indústria e não como alimentos consumidos pela população. A necessidade de o agronegócio expandir a sua produção para atender demandas externas, implica em desafios para a agricultura familiar responsável pela subsistência da população nacional. Já que essa produção realizada em menor escala acaba sendo impactada pela introdução, no agronegócio, de sementes geneticamente modificadas, agrotóxicos e formas de cultivo muito diferentes dos métodos tradicionais empregados por pequenos produtores. O avanço do agronegócio com consequências para a concentração de terras, a exploração da força de trabalho e a destruição do meio ambiente gera rebatimentos sociais e ambientais para a questão agrária brasileira e, conseqüentemente, para o pequeno agricultor (Stédile, 2012).

O avanço do agronegócio incide diretamente nas condições do trabalho rural da mulher, absorvidas preferencialmente pelas atividades que se desenvolvem nos moldes não capitalistas (Saffioti; Ferrante, 1983). Os impactos do agronegócio para a agricultura familiar e para a mulher como importante força de trabalho dessa produção agrícola de pequeno porte está diretamente relacionada com as construções de gênero e a divisão sexual do trabalho. Nessa direção, a agroecologia se coloca como forma de resistência, como tratado em seguida.

2 PROCESSO DE TRABALHO, AGRICULTURA FAMILIAR E TRABALHO FEMININO

O presente capítulo discute a agroecologia a partir de uma perspectiva dialética, analisando suas contradições dentro do capitalismo. Destaca-se a agroecologia como resistência ao agronegócio, mas também sua inserção no capitalismo dependente. Nesse processo, é retomada a relação entre agricultura familiar e superexploração do trabalho, especialmente no contexto da divisão sexual do trabalho. As mulheres desempenham um papel central na agroecologia, contribuindo para a segurança alimentar e a resistência ao modelo capitalista. Por fim, são apresentados os dados referentes ao Assentamento Olga Benário, destacando o papel da organização política e a contribuição econômica para as mulheres que produzem e/ou comercializam alimentos agroecológicos.

2.1 Agroecologia em uma perspectiva dialética

Dominique Guhur (2015), orientado pela crítica da economia política, realiza um debate da agroecologia a partir da abordagem materialista dialética. Para esse autor, discorrer sobre a agroecologia a partir da dialética implica em problematizar contradições dessa proposta no capitalismo e, com isso, potencializar aspectos políticos da agroecologia na direção da emancipação humana²⁶.

Esse debate reconhece a importância das variadas formas da produção agroecológica, praticadas como resistência ao modelo predatório do agronegócio, que exclui o trabalhador para beneficiar o capital estrangeiro e manter o capitalismo dependente no Brasil. Nas palavras de Foladori (2001, p. 188 *apud* Guhur, 2015, pp. 288-289):

O avanço das fronteiras agrícolas sobre solos “virgens”, com a apropriação de terras pertencentes ao Estado ou a comunidades tradicionais, merece ser analisado mais atentamente: ao avançar sobre terras “virgens”, “sem

²⁶ O conceito de emancipação humana refere-se à libertação dos indivíduos das condições de dominação e alienação impostas pelo capitalismo. Corresponde a uma libertação nas formas mais profundas, envolvendo a superação da alienação do trabalho e da divisão de classes, permitindo o pelo desenvolvimento humano (Marx; Engels, 2007).

dono”, (...) as empresas madeireiras se apropriam da fertilidade histórica do planeta, uma renda diferencial de ‘fundação. A superoferta de uma determinada mercadoria faz com que seu preço de mercado caia a um nível que não permite a realização da taxa média de lucro; as consequências são a destruição de mercadorias, o abandono de estruturas produtivas e a subutilização de terras agrícolas. Entretanto, a destruição ou o desperdício não são problemas do ponto de vista do capital (Guhur, 2015, pp. 288-289).

Foladori (2001, p. 188), como Guhur (2015, p. 290), reconhece a necessidade de se analisar criticamente os debates de algumas correntes teóricas que se apropriam de “argumentos moralistas” para defender e fortalecer a agroecologia, sem problematizar limites da emancipação humana no capitalismo produtivista, o que o referido autor reconhece como uma contradição.

Para Guhur (2015), o debate sobre agroecologia fica esvaziado quando se considera apenas o potencial da produção e do comércio mais sustentável, em contraposição ao agronegócio, sem problematizar a agroecologia no capitalismo. Guhur (2015) procura evidenciar a complexidade do capitalismo, em busca de problematizar os debates que evidenciam, na agroecologia, apenas valores e aspectos técnicos positivos da produção.

Guhur (2015, p. 285 *apud* Coggiola, 2006, p. 15), para defender que sem se posicionar politicamente o debate reforça a agroecologia como uma produção homogeneizada e “mito reacionário à degradação ecológica”, como se toda a humanidade que realizasse a agroecologia tivesse “unida por laços indissolúveis de interesses comuns de sobrevivência”.

Para Guhur (2015, pp. 285-286 *apud* Augustín; Almeida, 2006), a discussão da agroecologia não pode perder de vista “as bases materiais do desenvolvimento humano”, para “superar o idealismo subjacente a grande parte do pensamento verde”. Não se pode desconsiderar que a depredação aumenta com o maior desenvolvimento das forças produtivas²⁷ (Guhur, 2015).

²⁷ Para a teoria marxista, as “forças produtivas” tratam-se de elementos que determinam a capacidade da sociedade de produzir bens e serviços. Desse modo, as forças produtivas incluem os meios de produção (máquinas, ferramentas e infraestrutura); força de trabalho humana e tecnologias. No contexto de contradição das relações de produção, as forças produtivas estão relacionadas, configurando a forma como a sociedade se organiza na propriedade e controle de produção e a partir da intensificação dessa contradição, as transformações societárias se realizam (Marx, 2013, p. 113). “O modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, o seu ser social que determina a sua consciência.” (Marx, 2011, p. 21)

Não se pode perder de vista que “na sociedade capitalista é o tremendo desenvolvimento das forças produtivas que tem permitido uma pilhagem da natureza em grande escala, a um ritmo muito maior do que em qualquer período anterior e numa amplitude planetária” (Foladori, 2001 *apud* Guhur, 2015, p. 286). Nas sociedades que antecederam o capitalismo, a expropriação da natureza era feita para a satisfação das necessidades humanas e, no capitalismo, se faz para as necessidades insaciáveis de acumulação de lucro, que se sobrepõe às necessidades humanas: “Os limites do capitalismo e, portanto, sua irracionalidade intrínseca, não são outros que a necessidade do capital de sobreviver e reproduzir-se” (Guhur, 2015, p. 286).

A agricultura desempenha um importante papel no processo de reprodução do capitalismo, afinal, faz uso de tecnologias estrangeiras que conseqüentemente influenciam na manutenção do capitalismo dependente (Oliveira, 2003). Ou seja, para continuar mantendo superávit da balança comercial exportar grandes quantidades de produtos primários, obtidos por meio do agronegócio, e importação de tecnologias. Nessa troca desigual, de produtos menos desvalorizados por tecnologias mais valorizadas, os países dependentes acabam perdendo e transferindo valores, aos países centrais, tecnologicamente mais avançados. E, para compensar essas perdas, os países dependentes superexploram a totalidade dos seus trabalhadores. Superexploração que, segundo Marini (2012), se realiza pela intensificação do trabalho, pelo aumento da jornada de trabalho e pela expropriação de parte do trabalho necessário para repor sua força de trabalho ao operário, com redução do valor real do salário abaixo do valor exigido para a reprodução mínima dos trabalhadores e das trabalhadoras.

Assim, a agricultura familiar realizada nos países dependentes será fundamental para a reprodução dos trabalhadores urbanos a baixos custos, uma vez que a cesta básica da classe trabalhadora urbana é composta em sua maioria por produtos que vêm da agricultura familiar. Em contrapartida, os produtos de origem agroecológica, em geral, não são alcançados por este público em decorrência dos altos preços. A superexploração do trabalho, ainda mais acirrada no campo, reduz custos dos alimentos da cesta básica e possibilita reduzir os salários calculados a partir do preço desses alimentos (Oliveira, 2003). Conforme Oliveira (2003, p. 42), a

agricultura familiar, com importante papel na redução do custo da força de trabalho urbana, assume a função de “suprir as necessidades de bens de capital e intermediários de produção externa, antes de simplesmente servir para o pagamento dos bens de consumo”.

A agricultura de subsistência, marcada por uma intensificação da superexploração do trabalhador rural, cumpre um papel estratégico na lógica do capitalismo periférico ao garantir, por meio da produção de alimentos de baixo custo, a manutenção do consumo e da reprodução mínima da força de trabalho urbana. Essa dinâmica é funcional ao capital, pois permite reduzir os custos salariais nas cidades enquanto direciona a produção de commodities – majoritariamente oriundas do agronegócio exportador – para o mercado externo, reforçando a dependência econômica do país em relação às demandas internacionais (Oliveira, 2003). Assim, “a agricultura deve suprir as necessidades das massas urbanas, para não elevar o custo da alimentação, principalmente e secundariamente, o custo das matérias-primas, e não obstaculizar, portanto, o processo de acumulação urbano industrial” (Oliveira, 2003, p. 42). O capitalismo não tem a agricultura familiar e a agroecologia como necessidade objetiva para a sua manutenção, apesar de estarem inseridas no contexto do capitalismo dependente e superexploração do trabalho. A necessidade de produzir em base mais sustentável foi originada por uma demanda da humanidade.²⁸

²⁸ A agricultura familiar é caracterizada predominantemente pela utilização da força de trabalho da própria família, pela gestão direta da unidade produtiva e pela posse limitada da terra. Conforme definição da Lei nº 11.326/2006, no Brasil, enquadram-se como agricultores familiares aqueles que exploram área de até quatro módulos fiscais, cuja renda é majoritariamente oriunda da atividade agrícola e que utilizam predominantemente mão de obra familiar. Essa forma de agricultura pode produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, com distintos níveis de inserção nas cadeias produtivas (Brasil, 2006). Por sua vez, a agroecologia constitui um paradigma técnico-científico e político que transcende a produção agrícola em si, articulando saberes tradicionais e científicos com princípios ecológicos, justiça social e soberania alimentar. Trata-se de uma abordagem que busca transformar os sistemas agroalimentares em direção à sustentabilidade ecológica, à equidade social e à valorização da cultura camponesa. A agroecologia promove práticas como a diversificação de cultivos, a não utilização de agrotóxicos e a autogestão coletiva da produção, distribuição e consumo (Altieri e Nicholls 2009). Já a agricultura de subsistência refere-se a uma lógica produtiva voltada primordialmente para o autoconsumo das famílias rurais, com baixa ou nenhuma inserção nos circuitos de comercialização. Caracteriza-se pela utilização de técnicas tradicionais, baixo uso de insumos externos e limitada mecanização. Embora muitas vezes coincida com a agricultura familiar, a agricultura de subsistência é uma categoria mais restrita, pois implica produção voltada exclusivamente para a sobrevivência, sem excedentes regulares para venda (Abramovay, 1992).

Na perspectiva de Guhur (2015, p. 296), a agroecologia não está destituída “na atualidade, da perenidade das condições de reprodução social de certas classes, de certos povos e até mesmo, de certos países, principalmente, aqueles da periferia do capitalismo” (Chesnais; Serfati, 2003, p. 1 *apud* Guhur, 2015, p. 296).

Sem tratar diretamente dos problemas ambientais do nosso tempo, Marx, “chama a atenção para a existência de uma tendência à conversão, no quadro das relações capitalistas, das forças potencialmente produtivas em forças destrutivas” (Chesnais; Serfati, 2003 *apud* Guhur, 2015, p. 292). Para Guhur (2015, p. 291), não se pode perder de vista, ao tratar da agroecologia, que “no pensamento marxiano, a ideia de progresso está subordinada à de revolução”; à superação do capitalismo e “à libertação do ser humano das amarras sociais” desse modo de produção. Nas palavras de Marx; Engels, (2007, p. 41 *apud* Guhur, 2015, pp. 291-292):

Numa passagem de *A ideologia alemã*, Marx observa que: “no desenvolvimento das forças produtivas advém uma fase em que surgem forças produtivas e meios de intercâmbio que, no marco das relações existentes, causam somente malefícios e não são mais forças de produção, mas forças de destruição (maquinaria e dinheiro) (...) (Guhur, 2015, pp. 291-292).

Essa discussão reforça a necessidade de debates que iluminam a práxis da agroecologia, não perdendo de vista a organização política dos trabalhadores contra a “riqueza fetichizada” que tem como “objetivo final o lucro” (Guhur, 2015, p. 296). O referido autor evidencia a importância da agroecologia para a inclusão produtiva de agricultores excluídos pela concentração de terras no Brasil, mas mantendo o foco no potencial da agroecologia, associado à organização política dos agricultores, em favor de superar o capitalismo. Pensar o importante protagonismo da agroecologia com potencial para a satisfazer as necessidades concretas dos trabalhadores, sem perder de vista o potencial dessa forma de produção para articular grupos organizados em favor de superar o sistema capitalista.

Com esses apontamentos, Guhur (2015, p. 296) enfatiza o importante papel da agroecologia na construção de “uma sociedade de produtores livremente associados” e comprometidos com “a sustentação de toda a Vida” e a “satisfação das necessidades humanas” sem perder de vista a “emancipação humana”. Nas palavras de Foster (2005, p. 229 *apud* Guhur, 2015, p. 296):

Pensamos que é esta a contribuição específica que pode trazer a (agro)ecologia: por meio da reconstrução ecológica e cultural da agricultura, contribuir para a restauração da fratura metabólica, numa forma adequada ao pleno desenvolvimento humano; algo que, entretanto, só pode ser plenamente alcançado numa ordem social qualitativamente orientada, que supere as relações capitalistas, uma vez que governar racionalmente esse metabolismo excede completamente as capacidades da sociedade burguesa (Guhur, 2015, p. 296).

Nessa direção, os debates em torno da agroecologia e dos diversos conceitos dessa produção não podem perder de vista a proposta de politização dos trabalhadores da Via Campesina. Em busca de fortalecer o processo de “construção de outro projeto de campo” (Guhur, 2015, p. 287). Guhur (2015, p. 285) vincula agroecologia e Via Campesina²⁹ para reforçar a importância de se pensar a agroecologia como forma de inclusão produtiva e organização política estratégica, com potencial para lutar em favor da superação do capitalismo.

De acordo com Tardin (2015 *apud* Guhur, 2015, p. 296):

a Via Campesina vem amadurecendo uma posição cada vez mais coerente”, em busca de localizar a agroecologia “como modo de vida, no interior dos antagonismos, das contradições e dos conflitos com a forma hegemônica do capital sobre o campo (o agronegócio) e a humanidade planetariamente (o capitalismo).

A agroecologia deve ser compreendida como um campo multidimensional que articula, de modo inseparável, dimensões científicas, políticas e epistemológicas. Diferentemente de uma simples técnica de produção ou de um conjunto de práticas sustentáveis, a agroecologia propõe uma reconfiguração estrutural das relações entre sociedade, natureza e trabalho, o que a aproxima de uma crítica ampla ao modo de produção capitalista no campo.

²⁹ A Via Campesina teve sua origem em abril de 1992, quando vários líderes rurais da América Central, América do Norte e da Europa reuniram-se em Manágua, Nicarágua, no âmbito do Congresso da União Nacional de Agricultores e Pecuaristas (UNAG) (Vera, 2011, p. 17). A Via Campesina é formada por movimentos sociais nacionais e regionais cuja autonomia é cuidadosamente respeitada, estando organizada em nove regiões do mundo: África do Sul, África do Norte, América do Norte, América do Sul, América Central, Nordeste e Sudeste da Ásia, Sul da Ásia, Cuba e o Caribe e Europa. Representando mais de 200 milhões de camponeses e camponesas, a Via Campesina autodenomina-se como uma organização autônoma, pluralista e multicultural, que vem buscando tecer, juntos a outros sujeitos políticos coletivos, uma proposta ideológica e política como contraposta à hegemonia do grande capital (Vera, 2011, p. 17).

Na perspectiva de Guhur (2007), a agroecologia não se reduz à aplicação de técnicas agrícolas ecológicas, mas deve ser situada como um projeto histórico e político de transformação social, vinculado à emancipação dos povos camponeses e à construção de uma nova racionalidade produtiva. Para Guhur (2015), a agroecologia pressupõe o rompimento com a lógica do capital no meio rural e a valorização dos saberes populares, da autogestão e da solidariedade. Do ponto de vista marxista, a agroecologia é interpretada como uma resposta histórica à "questão agrária" no contexto do capitalismo dependente e periférico. Os modelos agrícolas industriais não apenas degradam o meio ambiente, como também reproduzem relações de dominação de classe, exclusão social e dependência tecnológica (Altieri, 2009). A agroecologia é indissociável das lutas sociais e dos movimentos populares do campo, pois não se trata apenas de propor práticas sustentáveis, mas submeter o conhecimento científico às necessidades históricas dos trabalhadores do campo.

Esse debate reforça a necessidade de analisar dialeticamente a agroecologia, ou seja, de problematizar a agroecologia no capitalismo. De entender a agroecologia como potencial de geração de renda, em contexto que tem penalizado cada vez mais os trabalhadores, mas também como espaço com grande potencial para a organização política em favor da superação do capitalismo. Então, essa discussão possibilita refletir a agroecologia com expressiva participação feminina como espaço de empoderamento das mulheres, na medida em que garante inclusão produtiva e rendimento e favorece resistências, politicamente mais organizadas, para lutar em favor de melhores condições de vida e contra as opressões de gênero que as colocam em condição de submissão na divisão sexual do trabalho. Então, com esse debate evidenciamos a análise da agroecologia por uma perspectiva dialética que reconhece avanços dessa produção sem deixar de considerar seus limites no capitalismo.

2.2 Agricultura familiar e divisão sexual do trabalho

A divisão sexual do trabalho, historicamente construída, naturaliza funções próprias de homens e mulheres e atribui valor a essas funções. A separação de funções que cabem aos homens e mulheres e a atribuição de valores distintos a

essas funções segue um processo de legitimação com base na ideologia que vincula gênero³⁰ e papéis exercidos na sociedade aos padrões biológicos. A naturalização da noção de gênero na ordem social capitalista determina a socialização dos corpos, impõe o lugar que os corpos devem ocupar e alicerça o trabalho (Nascimento, 2016). A cultura patriarcal contribui com a divisão sexual do trabalho, na medida em que justifica e naturaliza a superioridade e o domínio do homem em relação às mulheres, inserindo-as em funções de menor relevância.

Na divisão sexual do trabalho, os homens são responsabilizados pelo trabalho no espaço da produção, com valor social agregado, e as mulheres responsabilizadas pelo trabalho no espaço da reprodução (Kergoat, 2003). Para Nascimento (2016, p. 3),

A divisão sexual do trabalho sustenta e estrutura as relações desiguais de gênero; essas desigualdades entre os sexos, geradas pela sociedade, são incorporadas pelo capital como mecanismo de elevação dos lucros e domínio ideológico e social (Nascimento, 2016, p. 3).

Em decorrência da própria superexploração do trabalho no capitalismo dependente, no entanto, muitas mulheres são obrigadas a ingressar no mercado de trabalho para complementar a renda familiar, sempre em posições piores e mais mal remuneradas do que os homens. As construções de gênero e a divisão sexual do trabalho submetem mais as mulheres do que os homens aos postos de trabalho mais desqualificados socialmente, aos menores salários e também ao desemprego. As mulheres estão fora de muitos espaços do mercado de trabalho, pela própria obrigação de ter que conciliar trabalho remunerado realizado fora do domicílio e trabalho reprodutivo, e enfrentar duplas e até triplas jornadas de trabalho (Nascimento, 2016).

As construções de gênero que reforçam a desqualificação das mulheres para certos trabalhos são determinantes para o capitalismo. Na medida em que justifica o elevado índice de desemprego, principalmente, no capitalismo dependente, que não dá conta de incluir toda a força de trabalho disponível e porque

³⁰ Trata-se de uma categoria de análise histórica que enfatiza as diferenças entre homens e mulheres são provenientes das práticas e discursos sociais. Segundo estudos feministas, "gênero" é resultado das construções sociais, culturais e históricas, as quais geram influências nas relações de poder e socialização (Beauvoir, 2009).

naturaliza o espaço do domicílio como feminino, garantindo, assim, a reprodução da força de trabalho. O desenvolvimento das relações de produção e reprodução social precisa contar com a demarcação e naturalização das funções de homens e mulheres, conforme o “conceito sociocultural de feminino e masculino”, atravessado “por questões de gênero, classe e raça/etnia” (Nascimento, 2016, p. 3).

O trabalho reprodutivo vai ser crucial para a reprodução da força de trabalho no capitalismo dependente, considerando a precarização dos direitos sociais e das instituições públicas que deveriam assumir as funções de reprodução da força de trabalho. O que reforça que a divisão do trabalho doméstico não foi alterada e a mulher continua sendo responsabilizada pelo trabalho de reprodução. Nas palavras de Hirata e Kergoat (2007, p. 148),

a atividade feminina continua concentrada em setores como serviços pessoais, saúde e educação. Contudo, a tendência a uma diversificação das funções mostra hoje um quadro de bipolarização: num extremo, profissionais altamente qualificadas, com salários relativamente bons no conjunto da mão-de-obra feminina (engenheiras, arquitetas, médicas, professoras, gerentes, advogadas, magistradas, juízas, etc.), e, no outro extremo, trabalhadoras ditas de “baixa qualificação”, com baixos salários e tarefas sem reconhecimento nem valorização social. Essa bipolarização não surge apenas nos países europeus desenvolvidos, mas também em países semi-industrializados como o Brasil (Kergoat, 2007, p. 148).

Após o processo de reestruturação produtiva do capital e as diversas mudanças da na organização do processo de trabalho para aumentar a produtividade e a lucratividade do capital, houve um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho, porém, ainda ocupando postos precários, principalmente porque a presença maior de mulheres ocupando postos remunerados de trabalho vem acompanhada pela crescente precarização do trabalho no capitalismo, que desqualifica mais as mulheres do que os homens (Hirata; Kergoat, 2007).

Esse debate reforça a resignificação da divisão sexual do trabalho na dinâmica do capitalismo e contribui para refletir o próprio trabalho na agricultura familiar, geralmente realizado pelos membros das unidades familiares, para a manutenção e sobrevivência da família, pressionada pelo avanço do agronegócio e da especulação financeira da terra. Do agronegócio como atividade econômica de

grande investimento do Estado, que favorece a abertura de linhas de crédito para os grandes proprietários de terras, em busca de manter o superávit da balança comercial, excluindo deste projeto, os pequenos agricultores. Agricultores que, para reinventar formas de sobrevivência, adotou alternativas em relação ao modelo de agricultura convencional e precisou contar com o apoio de todos os membros de sua família para continuar sobrevivendo. As mulheres participam como importantes protagonistas desta produção, como mostrará os estudos abaixo.

De qualquer maneira, para continuar participando da produção agrícola, a mulher precisa conciliar esse trabalho com o trabalho doméstico e de reprodução dos membros de sua família. Em alguns casos, contar com o apoio de outra mulher da família. Já que ainda são elas as principais responsáveis pelo trabalho no domicílio, principalmente considerando a presença do patriarcado forte no âmbito rural (Medeiros; Ribeiro, 2003).

Segundo Medeiros e Ribeiro (2003, p. 5), não há uma modificação profunda das “relações de gênero no meio rural”, visto que nesse espaço ainda permanecem entre as famílias de agricultores “valores culturais” que naturalizam a família tradicional e as “relações hierárquicas” na divisão sexual do trabalho.

Para dar conta do trabalho reprodutivo, as mulheres geralmente dedicam menos tempo à produção agrícola do que os homens, por isso o trabalho das mulheres com a agricultura tem sido considerado “ajuda”, “complemento” ao trabalho produtivo dos homens (Medeiros; Ribeiro, 2003).

No conjunto de atividades sem reconhecimento e valorização, a participação feminina na agricultura as coloca em um lugar subestimado da produção. Para a sobrevivência da família, a mulher assume atividades tidas como masculinas, entretanto, ainda é marcante o papel subalterno da ajuda na produção rural. As mulheres se envolvem na produção agrícola sem abrir mão do trabalho social de mãe e esposa (Medeiros; Ribeiro, 2003).

Ainda de acordo com Medeiros e Ribeiro (2003, p. 3), “para suprir as necessidades da família ou grupo, a agricultura camponesa cria estratégias a fim de que sejam mantidas as condições de reprodução ao longo das gerações”. Nesse contexto, cabe a elas atividades que envolvam a reprodução da força de trabalho – como cozinhar, limpar, cuidar da força produtiva –, sendo considerada atividade

improdutiva, porque não produz mercadorias nem entra diretamente no circuito da acumulação de capital.

Sob a égide do patriarcado, as mulheres historicamente foram atribuídas à esfera do lar, onde executam tarefas naturalizadas como parte de sua "vocação feminina". Essa divisão sexual do trabalho opera como uma engrenagem oculta da reprodução capitalista, externalizando custos e transferindo para o âmbito doméstico, de forma gratuita, grande parte do trabalho necessário   manutenção da forçá de trabalho.

Como argumenta Federici (2017), o trabalho doméstico não remunerado das mulheres foi essencial   acumulação primitiva e continua sendo uma condição invisibilizada da acumulação capitalista contemporânea, onde a ordem capitalista e patriarcal se beneficia de uma estrutura que as mulheres realizam gratuitamente ou por baixos salários os serviç os de cuidado e manutenção da vida. O patriarcado, nesse sentido, não é uma instância separada do capitalismo, mas um elemento funcional e articulado   sua dinâmica, mantendo a hierarquia de gênero como forma de baratear a reprodução social. O acesso das mulheres ao trabalho assalariado, por exemplo, ocorre frequentemente em posições precárias, mal remuneradas e subordinadas, espelhando a divisão sexual do trabalho doméstico. Assim, mesmo quando inseridas no mercado formal, muitas mulheres continuam exercendo funções vistas como extensões do cuidado.

Na agricultura familiar, a organização do núcleo familiar   definidora da organização da forçá de trabalho, da responsabilização das mulheres pela reprodução social, bem como da subordinação da mulher aos homens como principais provedores da família.

Os distintos papéis destes espaç os, que são ao mesmo tempo complementares e opostos, concretizam o verdadeiro antagonismo existente na sociedade patriarcal: o masculino-feminino. O espaç o de produção – como áreas de cultivo, pastos, curral –   masculino, onde o pai de família coordena as atividades a serem desenvolvidas. O espaç o de consumo – casa e quintal –   considerado feminino, pois é a mãe quem orienta as tarefas, geralmente com a cooperação das filhas moç as e crianç as. Cada membro do grupo ocupa um espaç o de acordo com o sexo e idade: a mãe, as crianç as e filhas pertencem à esfera doméstica, apesar de frequentemente realizarem atividades no espaç o de produção. Já os filhos homens, a partir de 12 anos, trabalham nas lavouras com o pai, podendo eventualmente executar algum trabalho individual, a fim de garantir recursos

para seu próprio uso. O espaço de consumo não tem razão de ser se não há o espaço de produção; por isso há subordinação das atividades domésticas e de seus arredores àquelas relacionadas com a produção. Além disso, os menores preços dos produtos oriundos do quintal (frutas, verduras, frangos e ovos) em relação aos produtos das lavouras (milho, feijão, farinha) reforçam o caráter secundário do trabalho feminino. Como é o homem quem deve suprir a casa (unidade de consumo) com os alimentos necessários para a família, ele fará isso através de seu trabalho direto nas áreas de cultivos ou ainda através da venda e compra de mercadorias. Assim, o espaço público, onde acontecem as relações comerciais, é também masculino (Medeiros; Ribeiro, 2003, p. 4).

Por causa das construções de gênero e da divisão sexual do trabalho que naturaliza lugares de homens e mulheres, menos trabalhadoras tornam-se proprietárias de terras e recebem terras como herança. O direito de acessar a terra como propriedade muitas vezes é negado à mulher. E quando acessam esse direito, ficam reféns da mediação de homens. A herança muitas vezes é entendida como uma compensação ao trabalhador que esteve envolvido na terra do pai (Medeiros; Ribeiro, 2003):

Nas falas sobre o trabalho e a reprodução familiar nessas sociedades o espaço da mulher é segregado. Relaciona-se à ideia do não trabalho das mulheres, ou de que seu trabalho é leve, que apenas representa uma ajuda; em oposição há o trabalho pesado dos homens; por isso toca às mulheres a não herança e a não (ou menor) remuneração (...) (Medeiros; Ribeiro, 2003, p. 4).

O tipo de atividade que as mulheres desenvolvem na agricultura depende dos padrões culturais e sociais existentes para um determinado grupo. Mas, em geral, sua maior participação ocorre nas lavouras, pecuária, horticultura, criação de aves e pequenos animais, destinados sobretudo ao autoconsumo da família. Em Minas, as mulheres atuam expressivamente nas lavouras temporárias, lavouras permanentes, na produção mista e na pecuária (Medeiros; Ribeiro, 2003, p. 5).

Em muitas situações, contudo, as mulheres conseguem manter o seu lugar de grande protagonista e têm ressignificado construções de gênero, pela própria participação na produção agroecológica, como mostram os trabalhos apresentados em seguida e os dados levantados nessa pesquisa.

Nessa direção, Naves e Fontoura (2021) apresentam resultados da pesquisa qualitativa que realizaram entre 2017 e 2018, com mulheres que participaram do movimento agroecológico brasileiro, informando sobre a história do movimento agroecológico brasileiro e a luta dessas mulheres. Conforme as referidas autoras,

historicamente, em países desiguais, a mulher é posta em uma posição subalterna aos demais em virtude da “colonialidade do gênero”. Por isso reforçam a necessidade em se compreender e validar as lutas das mulheres rurais, em razão das mudanças provocadas por elas, dentro do cotidiano individual e coletivo (Naves; Fontoura, 2021).

Ainda de acordo com Naves e Fontoura (2021), a agroecologia tem grande potencial para criar relações de diálogos e trocas de experiências entre mulheres, mais organizadas politicamente. O que contribui para aumentar a resistência das mulheres aos mandos e desmandos da sociedade capitalista.

Alguns artigos tratam da produção agroecológica como forma de resistência da mulher em favor da segurança alimentar de suas comunidades. Com essa proposta, temos o artigo de Sgambato *et al.* (2022), que reforça o quanto a agroecologia tem reduzido condições de subalternidade das mulheres no trabalho rural, mediante a participação mais ativa dessas mulheres nos papéis de liderança e na construção de comunidades sustentáveis. Mulheres empenhadas em transformar os sistemas alimentares, o manejo de recursos naturais e nas relações sociais dentro das comunidades rurais.

Com esses argumentos, os referidos autores defendem que através do acesso a recursos produtivos, capacitação e oportunidades de liderança, as mulheres com maior autonomia econômica e social podem resistir aos padrões de desigualdade e discriminação de gênero, enfrentando barreiras e preconceitos historicamente impostos. Então, o maior protagonismo da mulher no âmbito do rural não apenas contribui para a construção de sistemas alimentares mais sustentáveis, mas também promove a igualdade de gênero, a diversidade cultural e o fortalecimento das comunidades rurais (Sgambato *et al.*, 2022).

Para Sgambato *et al.* (2022), a agroecologia ressignifica o modo de vida das mulheres, maior autonomia e retorno financeiro e maior oportunidade de participarem de espaços de luta e resistência, mais favoráveis aos cultivos de qualidade. Nessa direção, Sgambato *et al.* (2022) reforçam a importância da agroecologia, principalmente em contexto de pandemias, que elevam os níveis de insegurança alimentar em razão da descontinuidade de políticas de transferência de renda e programas de garantia de acesso à alimentação de qualidade.

O artigo de Owoputi *et al.* (2022) também reforça o protagonismo das mulheres na agroecologia e as lutas dessas trabalhadoras em favor da reivindicação por direitos e contra avanços do capitalismo no campo, sob a forma de monoculturas latifundiárias que demandam grandes propriedades de terra. Owoputi *et al.* (2022) ressaltam o quanto o envolvimento da mulher com a agroecologia tem minimizado os altos índices de insegurança alimentar na África Subsaariana, principalmente das famílias de pequenos agricultores chefiadas por mulheres que, em países africanos, por exemplo, durante os anos da guerra, foram excluídas do ciclo produtivo, necessitando, portanto, desenvolver alternativas de sobrevivência. Para Sgambato *et al.* (2022), a maior inclusão da mulher na agricultura contribui com a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável das comunidades rurais.

Esse debate que relaciona agroecologia praticada por mulheres e segurança alimentar foi encontrado em mais três artigos (Chipuriro, 2023; Singh; Singh e Pandey, 2013; Urriago-Ospina *et al.*, 2021). Chipuriro (2023) explora as lutas das mulheres como um ato de resistência às instituições sociais e opressivas dos sistemas alimentares africanos, cada vez mais restritos com o desenvolvimento do capitalismo.

Singh, Singh e Pandey (2013) defendem o importante protagonismo das mulheres no cultivo de diferentes tipos de alimentos, úteis para a diversificação do sistema alimentar e disponibilização de alimentos em períodos de baixa de safra. As autoras reforçam o papel fundamental das mulheres para o enfrentamento das condições adversas de cultivo, pragas e doenças, em vista do conhecimento de plantio de cultivo variado, bem como para a domesticação de plantas, a conservação dos cultivos, o desenvolvimento integrado para as necessidades alimentares e o sustento dos recursos naturais (Singh; Singh; Pandey, 2013). Com esses apontamentos, consideraram o processo sustentável de semear e propagar sementes por essas mulheres que assumem a responsabilidade de guardiãs das variedades tradicionais das culturas de cultivo e preparação de pratos culinários, com disseminação de conhecimento sobre o uso e as práticas de biodiversidade.

Urriago-Ospina *et al.* (2021) esclarecem sobre a participação das mulheres no manejo de hortas agroecológicas na África, Ásia, Austrália e América Latina. A partir de estudos desenvolvidos na periferia urbana na cidade de Ouro Preto, Minas

Gerais reforçam a importante participação das mulheres, mais criteriosas com o manejo dos ambientes e a diversificação dos cultivos de subsistência em favor da soberania e segurança alimentar. Nesse debate, evidenciam o papel de guardião de conhecimentos das mulheres que atuam como importantes protagonistas na manutenção da tradição e diversidade nos cultivos.

Outros debates encontrados nos artigos analisados discutem e inter-relacionam agroecologia, gênero e identidade, para evidenciar a importância dos saberes das mulheres no cuidado com o meio ambiente. Nessa direção está o estudo de Diprete Brown *et al.* (2020), para os quais a adoção de práticas de organização coletiva pelas mulheres inseridas no sistema agroecológico possibilita dar voz aos seus conhecimentos e saberes, o que contribui para potencializar a equidade de gênero (Brown *et al.*, 2020). Então, a inclusão e valorização das mulheres por meio da agroecologia, segundo Diprete Brown *et al.* (2020), permite romper com estereótipos de gênero arraigados e promover a igualdade, a diversidade e o respeito mútuo dentro das comunidades agrícolas.

Christina, Turatti e Mejía (2021), ao pesquisarem sobre as experiências das mulheres agricultoras agroecólogas no Vale do Taquari, evidenciaram a ressignificação da agricultura a partir do sistema agroecológico que valoriza aspectos e concepções anteriormente desvalorizados. As referidas autoras ressaltam mudanças nas relações socioambientais, resgate de conhecimentos e fortalecimento da cidadania ambiental.

Conforme Christina, Turatti e Mejía (2021), ao dar voz às mulheres e reconhecer seus conhecimentos, habilidades e experiências, é possível promover a sustentabilidade ambiental, a resiliência das comunidades rurais e a segurança alimentar, bem como a preservação dos conhecimentos tradicionais relacionados à agroecologia e à segurança alimentar (Christina; Turatti; Mejía, 2021). Essas mudanças implicam na transformação de atitude dos cidadãos, uma vez que ressignifica a relação da sociedade e natureza (Christina; Turatti; Mejía, 2021).

Para Christina, Turatti e Mejía (2021), as mulheres desempenham um papel fundamental na preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais e práticas agrícolas sustentáveis. E suas experiências e saberes acumulados ao longo das

gerações são fundamentais para a manutenção da diversidade cultural e valorização dos modos de vida rurais.

Owoputi *et al.* (2022) vão defender que o envolvimento das mulheres como principais protagonistas da agroecologia se coloca como uma alternativa para agricultura tradicional, na medida em que essa produção tende a minimizar o uso de insumos tóxicos, integrar conhecimentos tradicionais e otimizar o uso de recursos, como a água.

Ao inter-relacionar resgate de tradição e produção agrícola sustentável, Owoputi *et al.* (2022) descrevem a agroecologia como uma alternativa que fortalece os sistemas naturais, o uso de materiais orgânicos, a promoção da agrobiodiversidade, bem como o compartilhamento e as trocas de saberes e sementes em favor da segurança alimentar.

Esse debate também está no artigo de Urriago-Ospina *et al.* (2021). Para esses autores, a diversidade agrícola cultivada por mulheres não apenas enriquece a oferta alimentar, mas também protege a cultura e a identidade das comunidades rurais, preservando práticas ancestrais e fortalecendo laços com o território. Além disso, a participação das mulheres no cultivo agroecológico de variedade alimentos e sementes crioulas fortalece a visibilidade e o reconhecimento das identidades femininas no meio rural (Urriago-Ospina *et al.*, 2021).

Foram encontrados estudos que relacionam agricultura, gênero e políticas de incentivo à produção rural. Nessa direção está o estudo de Ferreira, Barros e Bevilacqua (2020), que, ao analisarem a divisão sexual do trabalho em áreas da Zona da Mata Mineira, argumentam que historicamente as mulheres são deixadas à margem das políticas de desenvolvimento rural, mesmo quando são responsáveis pelas atividades agrícolas.

Ainda nesse sentido, defendem a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica, lançada em 2012, a fim de reduzir a desigualdade no campo e promover a autonomia feminina. Esse debate apresentado anteriormente reforça a agroecologia como processo de empoderamento das mulheres, na medida em que potencializa possibilidades de inclusão produtiva e rendimento das mulheres, politicamente mais organizadas. A partir desse diálogo, que informa sobre a maior participação da mulher na produção agroecológica, em grande medida, pelo seu

envolvimento político, buscou-se analisar a realidade do Assentamento Olga Benário.

2.3 Agroecologia e divisão sexual do trabalho no Assentamento Olga Benário

A agroecologia tem sido debatida na perspectiva de dentro do capitalismo dependente como uma forma de resistência ao modelo do agronegócio. Nos capítulos anteriores, houve a discussão sob uma perspectiva dialética, aliada aos desafios dentro da divisão sexual do trabalho. Diante desse contexto, este capítulo busca aprofundar a análise a partir da realidade do Assentamento Olga Benário. A experiência desse assentamento destaca a organização política das mulheres e desafios enfrentados por mulheres que atuam na produção e comercialização de alimentos agroecológicos

Esta parte da dissertação trata da agroecologia na perspectiva das cinco mulheres entrevistadas que foram nomeadas neste trabalho, por Ana, Bia, Carla, Dalva e Elen. Essas informantes, moradoras do Assentamento Olga Benário, no município de Visconde de Rio Branco/MG estavam ou estiveram envolvidas em algum processo de produção e/ou comercialização de alimentos agroecológicos.

As informantes com idade média de 39,6 anos, solteiras (duas informantes), divorciadas (duas informantes) e em união estável (uma informante) não tinham, na maioria dos casos (quatro informantes), ultrapassado o ensino médio. Uma (Ana) dessas mulheres não tinha completado nem o ensino fundamental, e apenas uma (Elen) estava cursando o ensino superior (Tabela 1).

Tabela 1 – Perfil das Mulheres Envolvidas na Agroecologia

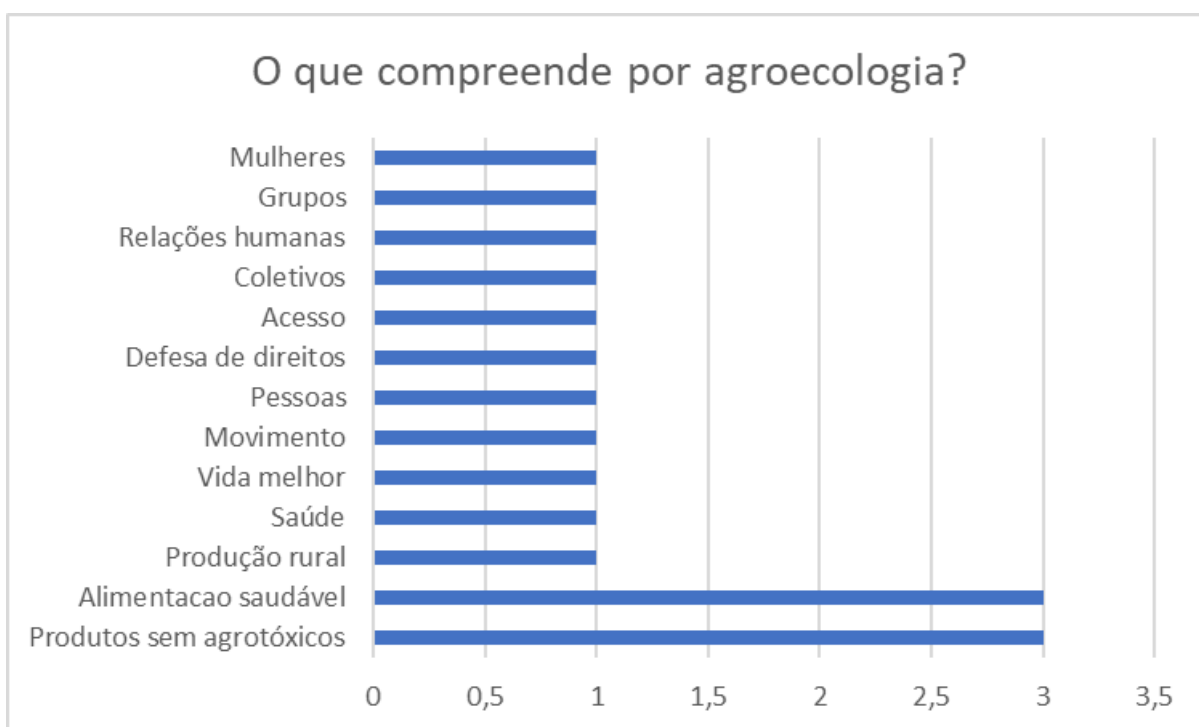
Identificação	Sexo	Idade	Escolaridade	Estado Civil
Entrevista 1 Ana	Feminino	63	Ensino Fundamental Incompleto	Divorciada
Entrevista 2 Bia		32	Ensino Médio Completo	União Estável
Entrevista 3 Carla		30	Ensino Médio Incompleto	Solteira
Entrevista 4 Dalva		45	Ensino Médio Completo	Solteira

Entrevista 5 Elen		28	Ensino Superior Incompleto	Divorciada
----------------------	--	----	-------------------------------	------------

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para essas mulheres, a agroecologia estava relacionada à alimentação saudável (três casos), sem agrotóxicos (três casos) e que garantisse saúde (dois casos). Outras mulheres associaram agroecologia com produção rural (dois casos); pessoas (dois casos); grupos (dois casos); coletivos (dois casos); mulheres (dois casos); movimento (dois casos); acesso (dois casos); e defesa de direitos (dois casos) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – O que compreende por agroecologia?



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Esses discursos reforçam a importância do protagonismo do coletivo de mulheres na luta em defesa de uma alimentação saudável e de direitos. Nas palavras de duas informantes:

Produtos sem agrotóxicos. Produto que faz bem para a saúde. É um alimento saudável, tanto para a gente quanto para os animais. Porque a

partir do momento que os animais também comem dos produtos que a gente também come, eles também têm uma boa vida de saúde e passam também uma alimentação boa para a gente também. A família, que é a saúde também deles, tanto quanto para a gente (Dalva).

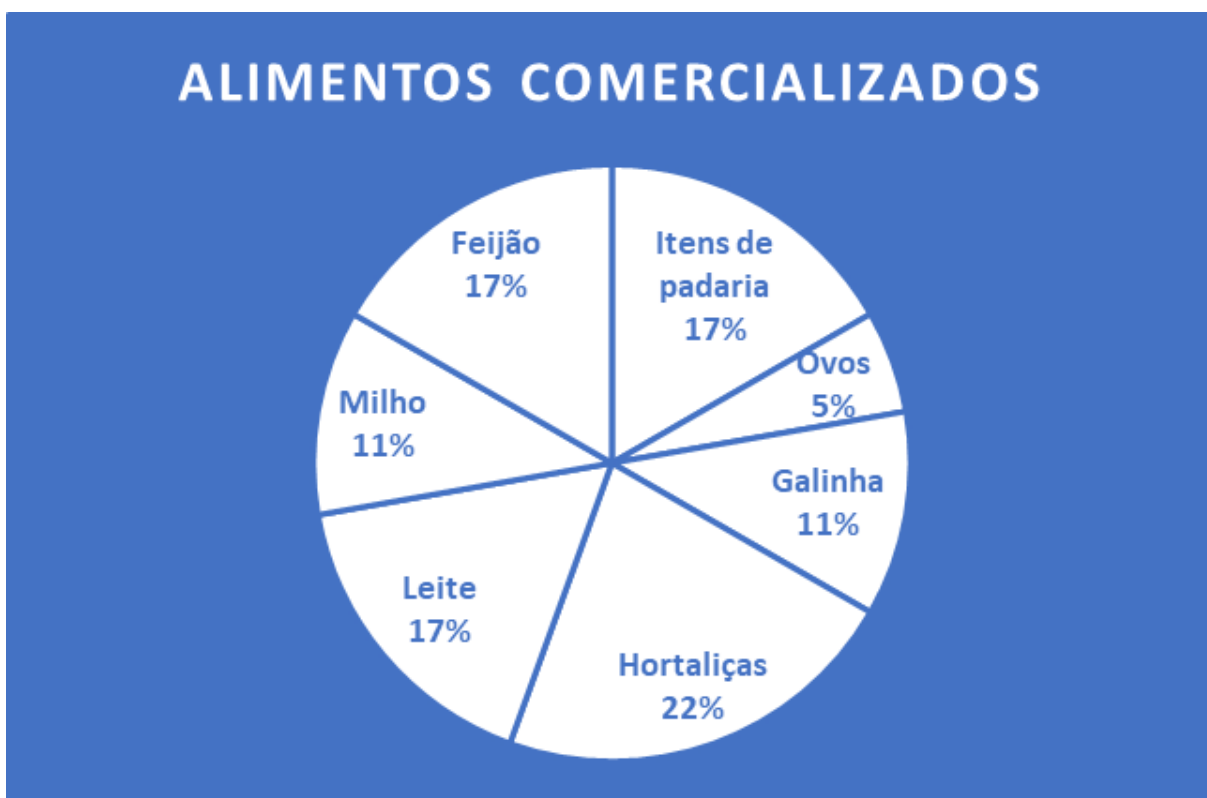
(...) A forma de lidar no dia a dia com as pessoas. Eu acho que está vinculado a esse processo da agroecologia, a defesa dos direitos, do acesso ao alimento saudável, sem utilização de veneno. Mas também que, de fato, existe esse acesso para as famílias que estão na zona urbana, que passam fome, inclusive. Eu acho que as relações humanas e como que a gente lida no dia a dia com os coletivos, principalmente com a turma cooperativa, já há mais de dez anos aqui. A gente acaba lidando com vários grupos, diferentes personalidades, diferentes atuações produtivas. Tem o coletivo de mulheres, que está vinculado às quitandas, o coletivo de feijão, o coletivo de leite. Cada um tem a sua peculiaridade e cada um a gente tem uma forma de lidar. Então, eu acredito que a agroecologia também está vinculada a isso. Não só a produção sem veneno (Elen).

Todas as mulheres consideram importante a produção e comercialização de alimentos agroecológicos. De acordo com duas falas:

Esses alimentos são importantes, pois, “Porque a gente, além de a gente estar nessa busca de se alimentar saudável, a gente está comercializando para outras pessoas, né? Porque o que tem no mercado hoje, a grande maioria são com defensivos, né? Com venenos. Então a gente vai estar colocando no mercado um alimento mais saudável (Bia).

Sim, claro. Tudo que a gente vê... Ontem a gente teve uma criança... Eu vou render, porque a gente... é importante falar, né? Ontem teve uma criança aqui na cooperativa para imprimir sobre um trabalho da escola sobre depressão. Quando eu tinha oito anos de idade – a menina tem oito anos de idade –, eu não ouvia falar e nem criança estudar sobre esse tema. Lógico que está vinculado à saúde mental. Mas hoje, tudo que a gente se alimenta, que está vinculado ao veneno, existem pesquisas que comprovam o quanto isso é prejudicial à nossa saúde e o quanto isso gera várias doenças. Então, de dez anos para cá, isso aumentou. Estou dando um exemplo da depressão. Mas que existem outras doenças que estão matando a população, matando os agricultores que acabam sendo refém de produzir com veneno em algumas regiões, que dependem do trabalho para as grandes produtoras de commodities que usam muito veneno e acabam tendo câncer e outras doenças ou até deficiências e morrendo (Elen).

Todos os alimentos produzidos e comercializados pelas famílias do Assentamento Olga Benário são, conforme as cinco informantes, agroecológicos. Dentre os alimentos produzidos nesse assentamento, eram destinados ao comércio, hortaliças, leite, feijão, itens de padaria, milho, galinha e ovos, conforme Gráfico 2.

Gráfico 2 – Alimentos comercializados

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Parte das hortaliças, comercializadas em maior proporção, são destinadas às instituições participantes do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) à qual o assentamento está vinculado.

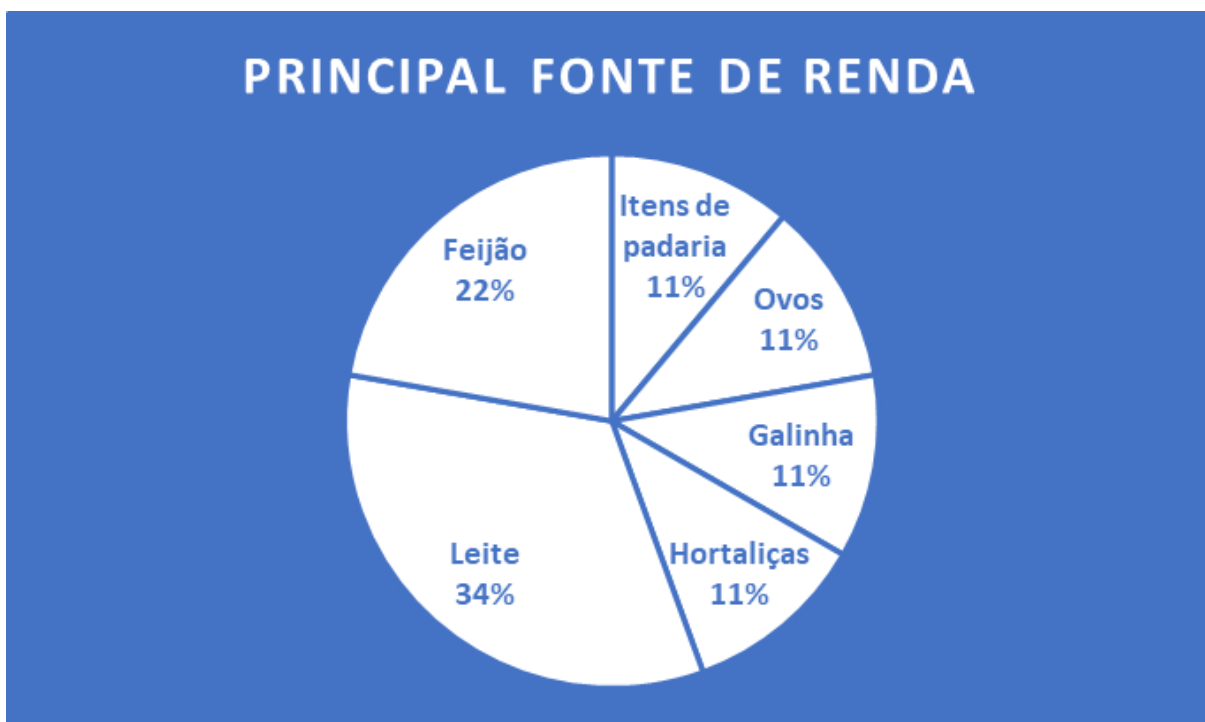
No dia 30 de agosto de 2024, o Assentamento Olga Benário realizou a II Festa da Colheita do Feijão na Zona da Mata Mineira para destacar a produção agroecológica de feijão que está entre os produtos comercializados em maior proporção por esse grupo. O leite, comercializado na mesma proporção que o feijão, tem sido destinado, fora e dentro do assentamento, à produção de requeijão³¹ e produtos de padaria, como bolo, biscoito e pães. Esses alimentos fabricados sob encomenda também são comercializados na mesma proporção que o feijão.

De acordo com as informantes, o comércio de leite e feijão tem se destacado como principal fonte de rendimento das famílias do Assentamento Olga

³¹ Anexo, requeijão produzido com o leite oriundo do assentamento.

Benário, com renda familiar média de R\$ 300,00 a R\$ 4.000,00 por semana, e renda familiar média de R\$ 2.500,00 por mês (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Principais Fontes de Renda



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

O comércio desses produtos agroecológicos destinados à alimentação saudável tem, conforme todas as informantes, garantido a sobrevivência de suas famílias. Esse rendimento responsável por manter a dignidade dessas famílias tem significado, ainda segundo as informantes, possibilidade de ascensão social e econômica. Isso reforça o papel de relevância desses alimentos que têm contribuído para satisfazer necessidades humanas, tanto do comerciante quanto do consumidor. Nas palavras de Bia e Elen:

A renda, né? É a sobrevivência, né? A gente vende para poder comprar.
(Bia)

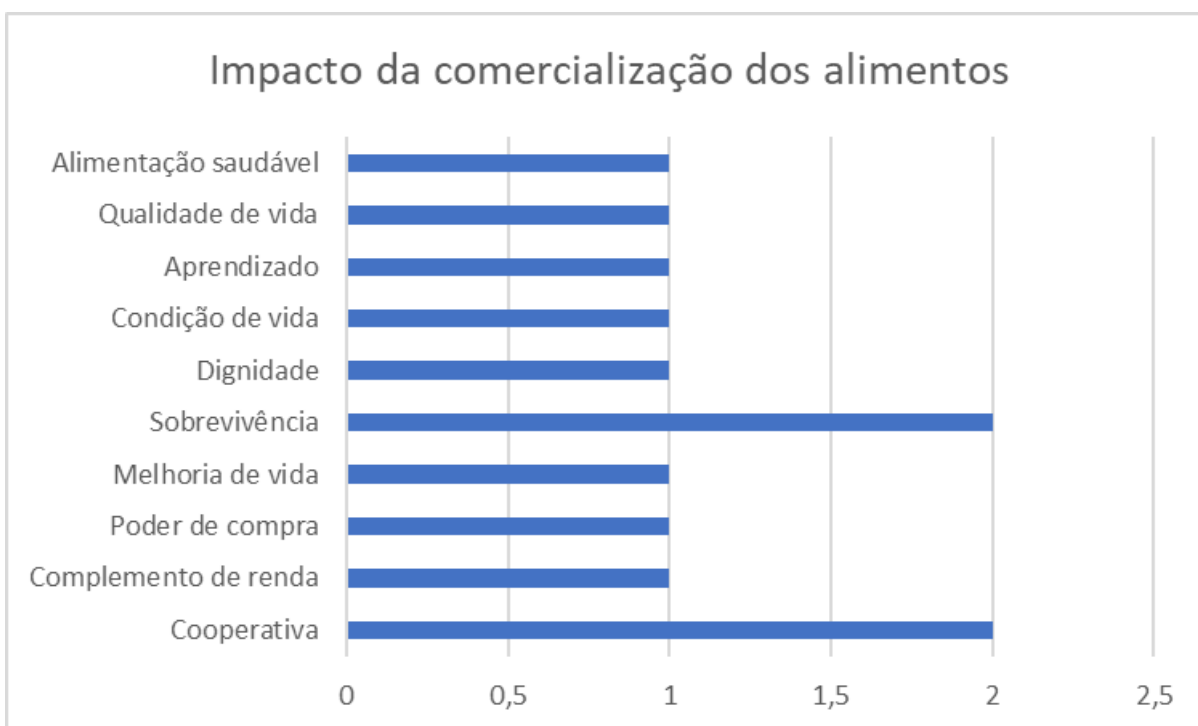
Melhoramento de vida. Melhoramento, porque antes as coisas eram mais difíceis, né (Carla).

Hoje, assim, tem mais de 10 anos que eu atuo aqui na cooperativa. No escritório. E fazendo as outras atividades também. Então, hoje eu vejo que

a nossa vida é totalmente ligada. É como se fosse uma mãe grávida de um neném que depende de o alimento da mãe para o neném poder crescer. Então, eu vejo a cooperativa hoje um pouco nesse sentido, assim. A importância que tem as ações comerciais da cooperativa para a sobrevivência mesmo. Dignidade, para que a gente possa ter o mínimo de condição de vida (Elen).

Os termos sobrevivência e cooperativa aparecem com maior frequência nas falas das informantes, para descrever impactos do comércio de alimentos agroecológicos na vida dos assentados (Gráfico 4).

Gráfico 4 – Impacto da comercialização dos alimentos



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

A cooperativa foi usada para evidenciar o quanto esse coletivo tem contribuído para impulsionar o comércio de produtos agroecológicos.

Conforme as mulheres entrevistadas, as feiras organizadas³² às quartas-feiras por famílias do Assentamento Olga Benário foram fortalecidas pela associação iniciada em 2005 e pela cooperativa criada em 2012 a partir da

³² A informante Bia relatou que antes da pandemia, semanalmente, os agricultores comercializavam os produtos do assentamento em uma feira local, na cidade de Visconde do Rio Branco/MG.

associação. E todas essas mudanças foram, na perspectiva dessas mulheres, fruto de grande luta do coletivo que, apoiado pelo MST, evitou que o Incra se apropriasse dessas terras. Conforme o Bia:

A associação foi [criada] em 2005. Cooperativa, em 2012. Regularizou, foi logo em seguida, em 2005, acho que 2006, porque aqui já foi um lugar que já estava cedido para o INCRA, sabe? Então, era um espaço que já estava certo, que o MST viria e já ia ser regularizado, né? Mas não tira a luta que teve por fora, que teve que passar por outros acampamentos para poder chegar aqui. Em 2005, desde a chegada das famílias já começaram a produzir e sair e vender, né? De porta em porta, teve o PAA lá atrás. Nós tivemos um período na Feirinha, que era onde juntava a produção de todos, né, que tinha interesse em comercializar, e a gente ia, fazia parte da Feirinha na quarta-feira. E aí a gente parou, entrou a pandemia, a gente parou uma feirinha e seguiu a comercialização de casa em casa, né, que é a cestas que a gente fala, as pessoas pedem pelo WhatsApp, a gente vai, entrega, e os programas, né? (Bia)

Dentre as entrevistadas do Assentamento Olga Benário, três mulheres começaram a comercializar produtos agroecológico de maneira independente. Nesse grupo, Ana e Bia quem iniciaram a venda de produtos agroecológicos em 2005, mas posteriormente decidiram praticar esse comércio por meio da cooperativa. Elen em 2014 e Carla em 2019. Apenas a Dalva começou, em 2021, a vender sozinha seus produtos, e optou por manter seu comércio dessa forma. As comerciantes Carla e Elen sempre comercializaram com a cooperativa, e Ana e Bia iniciaram a venda de forma independente, mas posteriormente se associaram à cooperativa (Quadro 1).

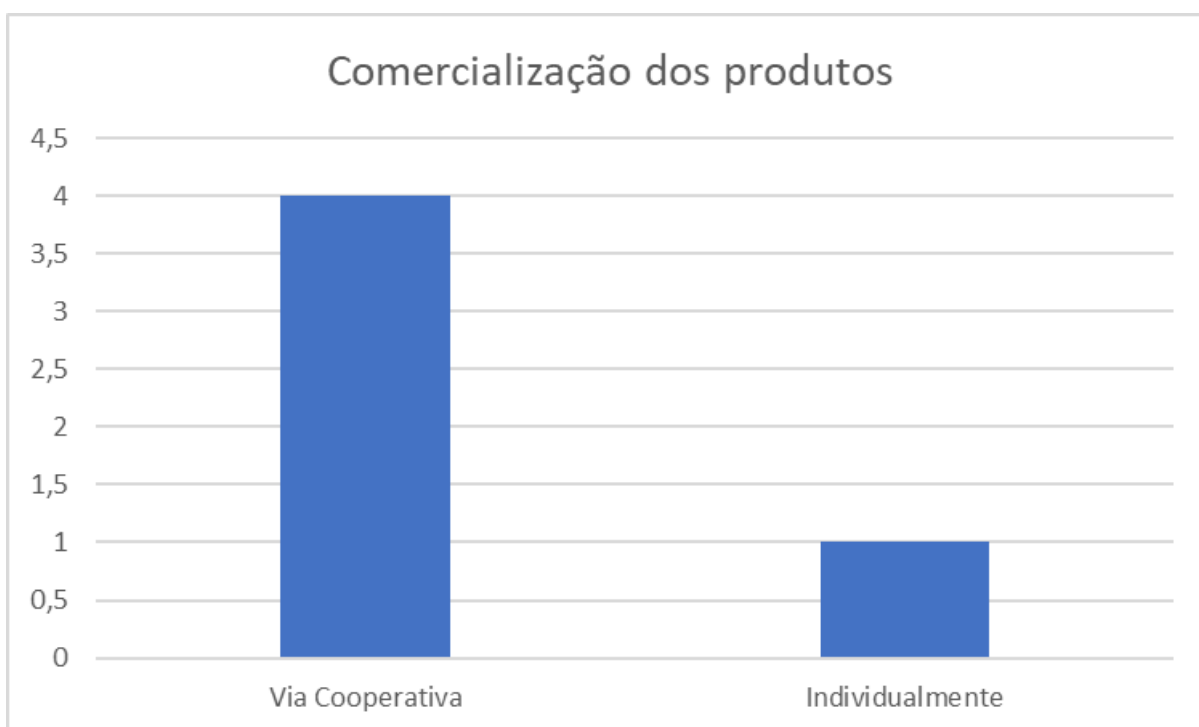
Quadro 1 – Forma de comercialização inicial

ENTREVISTADO	ANO DE INÍCIO	FORMA DE COMÉRCIO
Ana	2005	Independente
Bia	2005	Independente
Carla	2019	Via cooperativa
Dalva	2021	Independente
Elen	2014	Via cooperativa

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Os comerciantes autônomos começaram vendendo os produtos de porta em porta³³ aos atravessadores de regiões vizinhas a Visconde do Rio Branco. Apenas uma mulher continua comercializando sozinha os produtos agroecológicos que ela própria produz (Gráfico 5).

Gráfico 5 – Comercialização dos produtos



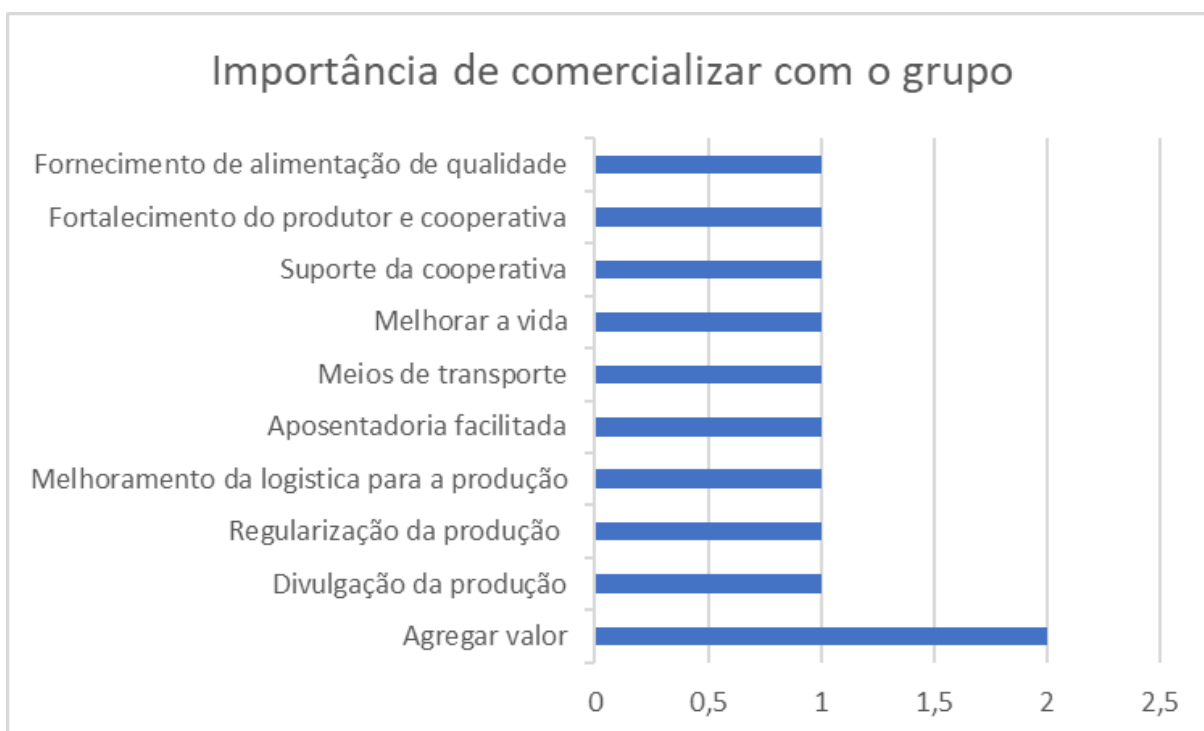
Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A maioria das entrevistadas (quatro casos) reconhecem a importância de comercializar juntamente com outros membros da cooperativa, ou seja, com pessoas desta organização que, segundo as informantes, agrega valor aos produtos, aumenta o preço dessas mercadorias, facilita o escoamento da produção e faz com que os produtores deixem de ficar à mercê de interesses dos atravessadores. As entrevistadas também reconhecem a importância da cooperativa

³³ Segundo Silva (2020, p. 57), a comercialização de mercadorias porta a porta é uma das práticas mais antigas existentes no mundo. Essa atividade comercial existe desde a era medieval, em que os vendedores saíam nas vilas e locais mais distantes dos aglomerados das cidades levando mercadorias em pequenas quantidades. As pessoas que realizavam seus serviços nessa modalidade comercial ficaram conhecidas em muitos lugares por mascates.

para melhorar a qualidade das mercadorias agroecológicas vendidas, melhor divulgar esses produtos, favorecer a logística de negociação desses produtos, bem como para garantir acesso mais facilitado a direitos como o de aposentadoria (Gráfico 6).

Gráfico 6 – Importância de comercializar com o grupo



Fonte: Elaborada pela autora (2025).

Para essas mulheres, vincular-se à cooperativa e comercializar através dela agrega valor ao produto. Nas palavras de Ana e Bia,

Quando a gente passou pela associação, começamos a agregar valor no nosso produto. Aí, é nós que dava o preço do produto, não com a associação. E, em cima desse produto, nossa associação tinha uma porcentagem que era de 5% para manter, né? E é o que faz até hoje. Associação, cooperativa, emprego (Ana).

São várias, várias questões. Primeiro, porque é melhor preço, né? Porque se passar um atravessador na sua casa, ele vai te dar o preço, né? Você vai ter que aceitar ou não, se você quiser vender. E muitas vezes a pessoa tá perdendo o produto, então ela vai vender. Outra coisa, logística, né? E hoje, tipo, a cooperativa, ela consegue emitir a nota pro produtor, isso gera... A gente faz a nota fiscal, o produtor tem o recolhimento de 1,5%, que facilita pra aposentadoria. Então a gente conseguiu, né, via cooperativa, a gente

conseguiu dar uma declaração no INSS pra ajudar na aposentadoria que tem facilitado. Então são vários cooperados que a gente conseguiu, né, dessa ajuda aí. Então é importante ser cooperado, sabe? E sem contar, né, não é benefício não, porque a cooperativa é dos cooperados, né? Então a gente trabalha em conjunto, a gente consegue os carros, né? A hora que precisar, usa pra entregar produtos úteis dos carros. Então tem sido legal, né? E a gente tá ainda numa crescente, né? (Bia)

Melhoramento [para] a minha vida mesmo. Porque ajuda muito, né? Igual tem hora que você não tem para onde entregar. A cooperativa vem, nós damos um jeito, corremos atrás (Carla).

Quando a gente passou pela associação, começamos a agregar valor no nosso produto. Aí, é nós que dava o preço do produto, não com a associação. E, em cima desse produto, nossa associação tinha uma porcentagem que era de 5% para manter, né? E é o que faz até hoje. Associação, cooperativa, emprego (Elen).

Na verdade, eu não sabia fazer nada disso, né? Porque... Na cidade grande, eu aprendi a trabalhar com os empresários. Então, tudo que eu sei é de lá. Claro que o que eu aprendi lá, eu também desenvolvo aqui, no meio da zona rural, né? Que é também um meio de sobrevivência. Só que... É o que eu te falei, mexendo com as broas, com os ovos (Dalva).

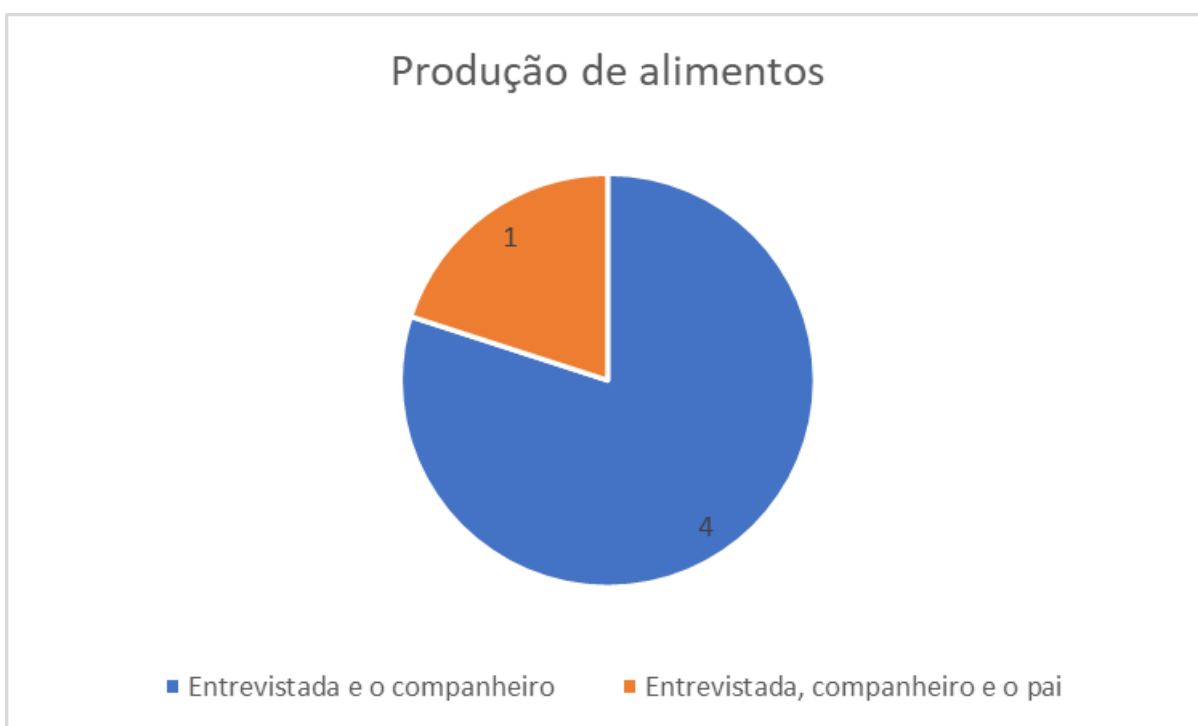
Duas mulheres não identificaram desafios na produção e no comércio de produtos agroecológicos. Uma comerciante (Dalva) negocia a venda de seus produtos por conta própria, sendo a única assentada que ainda não tem produção vinculada à cooperativa, mas participa ativamente das decisões do assentamento em decorrência do movimento político. As demais mulheres têm o apoio da cooperativa. Para Bia, o maior desafio estava em produzir sem apoio do poder público. Para ela, que participa da cooperativa, o maior desafio está em trabalhar coletivamente, porque as pessoas diferentes têm dificuldade de dialogar. Nas palavras de duas informantes:

Então, primeiro, nós estamos no desgoverno do nosso município. Antes era nacional, né? Hoje nós estamos no nosso município, ele é um bolsonarista. Então isso tem dificultado muito. Por exemplo, nós, há quatro anos atrás, a gente conseguiu uns microtratores, de emenda na parlamentar, e até hoje ele não passou pra gente. Por quê? Por política, né? Porque nós somos do MST. Eram dois microtratores que ajudaria aos que produzam hortaliça dos canteiros, né? Então isso dificultou muito, sabe? Então nós, enquanto cooperativa, enquanto produtor, sentimos isso, né? Aí a gente conseguiu os tratores, mas isso muito em função da lavoura maior, né? Que aí a gente consegue fazer a colheita do feijão, essas coisas. Mas isso é uma dificuldade. Ainda sobre isso, tem dificuldade no PNAE mesmo. Porque não pega todo o valor. Todo o projeto que a gente manda, eles não pegam, né? E ainda colocam que pega. E a outra questão é a dificuldade de pagar. Às vezes dois, três meses sem pagar, então às vezes... Às vezes a gente consegue no empréstimo, né? (Bia).

Eu acho que, como eu falei no início, são várias pessoas e alguns grupos, cada um com características diferentes. E como a gente atua... Em vários deles, né? Seja com as mulheres, na padaria, seja no leite ou no feijão. Acho que o desafio maior é as relações humanas mesmo. De entender e... A hora que eu devo falar e respeitar o outro. A hora que o outro deve respeitar a minha vontade. E a gente ir construindo essas relações em conjunto. Hoje, acho que uma das questões maiores de lidar com o coletivo é isso. E o externo, né? Fora de compreender quem que nós somos enquanto movimento social. Que também produz, né? Que também vende, se desafia aos mercados institucionais hoje. Que é a merenda escolar. De 10 anos para cá que a gente conseguiu dar um salto. De entregar em mais escolas e ser reconhecido como, de fato, um agricultor. O coletivo que produz. Inserir outros produtos. Então, não é um negócio que foi de repente, né? Foi uma construção de alguns anos de trabalho e dedicação. Para que hoje a gente pudesse ter as portas que a gente tem abertas para a venda (Elen).

A maioria das mulheres informantes (quatro casos) conta apenas com o seu parceiro para a produção. Apenas uma mulher conta, ainda, com o seu pai (Gráfico 7).

Gráfico 7 – Produção de alimentos



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Duas informantes realizam, além do trabalho de produção e comercialização de produtos agroecológicos que demandam, em alguns casos, envolvimento com a cooperativa, outros trabalhos como, *freelancer*, venda de roupas e outros produtos. Ou seja, trabalhos informais que estão de fora do regime de Consolidação de Leis de Trabalho (CLT) (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Outros trabalhos



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

É, e tem uma atuação aqui de meio período na cooperativa, né? Como gestora e estudante. O [companheiro], ele mora e atua também na cidade. Então, ele tem um trabalho de *freelancer* na cidade. E o pai tira o leite, cuida do arroz (Elen).

A maioria das informantes (3 casos) se dedicam também à militância realizada por meio da participação em organizações políticas, como o próprio Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) (Gráfico 9).

Gráfico 9 – Participação em organizações políticas

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Para as mulheres entrevistadas, a própria participação na Cooperativa e Associação implica em engajamento político. Nas palavras de Bia:

Militância. A gente fala militância, né? Do movimento, de estar em busca de uma vida melhor pra nós e pros nossos filhos. Então a gente sempre tá nesse caminho, né? Então isso demanda tempo. É bom, mas demanda tempo da gente estar, né? Dedicado, porque não é fácil (Bia).

A associação foi criada no Olga Benário, em 2007, dois anos após as famílias chegarem nesse assentamento. Para as informantes, esse coletivo se coloca como primeira representação jurídica das famílias. E quando a Lei reconheceu as associações como entidades sem fins lucrativos e a Lei nº 11.127/05 reforçou a necessidade de adequação dessa mudança, até 2009, as famílias do assentamento criaram também a cooperativa para continuar comercializando. A associação funciona como representação política do assentamento nas instâncias públicas, e a cooperativa, criada em 2012, respalda o comércio. De acordo com Elen:

É difícil separar, assim, no dia a dia, digamos, na prática, né? Mas, formalmente dizendo, a associação surgiu primeiro. Surgiu em 2007. As famílias vieram pra cá em 2005. Então, foi o primeiro instrumento jurídico, ferramenta jurídica de representação que as famílias criaram na época. Iniciou um processo de comercialização via associação. Só que aí, em 2009, não podia mais comercializar pelas associações. Elas tinham outra finalidade, a legislação mudou. E aí, em 2012, criou a cooperativa. Hoje, a associação tem uma representação das famílias junto aos governos, ao INCRA, às entidades. A Energiza, por exemplo, a gente precisa solicitar que venha fazer uma ligação de alguma luz. Ou que venham as contas de energia, por exemplo, entregue só na cidade. A gente tinha que solicitar que todos do assentamento fossem entregues num lugar só. Então, é uma representação das famílias, né? Então, hoje, a associação cumpre mais esse papel de representação. E a cooperativa, mais essa questão econômica, de geração de renda, de busca de mercado, melhoria de estrutura e agroindústria para a produção. Um pouco assim (Elen).

Segundo as informantes, a associação foi mantida porque, por meio dessa organização política, as famílias têm conseguido avançar no próprio comércio de produtos agroecológicos. Nas palavras de Ana e Bia:

O papel da associação é muito importante para os assentados, pois, somente através desse vínculo, é possível que os produtores tenham acesso ao tanque de leite, tratores, carro, programas de compra e venda de alimentos através de emendas parlamentares. Através da associação é possível fornecer instrumentos que serão utilizados no processo produtivo (Ana).

Buscar uma melhor vida, né? Pra nossas famílias... Pra nossa família e para as famílias assentadas. Que não é só a gente estar aqui hoje, trabalhar aqui. Mas a gente também... As ações que a gente faz aqui hoje também refletem em outros acampamentos, em próximos acampamentos, né? Então, tudo tá interligado quando a gente tá num movimento político, né? Um movimento que é muito conhecido, então, tudo fica interligado. Então, se a gente faz, eu acho que tá nessa parte (Bia).

Das quatro mulheres inscritas na associação e na cooperativa, duas (Bia e Elen) estavam participando mais diretamente da administração da cooperativa, ou seja, estavam na condição de presidente e representante dessa associação, o que reforça a representatividade feminina nas instâncias coletivas criadas no Olga Benário. É importante ressaltar que além das mulheres, os homens também desempenham papéis importantes, como o exemplo de Conselheiro Fiscal.

Durante a entrevista foi possível identificar a participação ativa de algumas mulheres do assentamento Olga Benário, no Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra. De acordo com essas informantes, foi por meio dessa militância que as

famílias garantiram as terras onde foi instituído o assentamento e tem garantido suas subsistências. Nas palavras de Bia:

É o que dá, tudo junto e misturado. É fácil, não. Na verdade, talvez, é porque... É junto e misturado porque eu e [nome do companheiro] hoje fazendo parte desse movimento e estamos no dia a dia, assim, o dia inteiro buscando o nosso sustento e militando, sabe? Então, às vezes, a gente chega em casa e fala, 'não, vamos arrumar isso, vamos cuidar dessa vida', mas acho que a gente nasceu pra isso, então, no outro dia, a gente levanta e vai de novo. É. Não tem como. E as pessoas, como é hoje, a gente tá à frente. Então, a gente tem que construir pessoas pra depois substituir, gente (Bia).

Quando se perguntou sobre desafios enfrentados pelas famílias do assentamento Olga Benário, a maioria das informantes (Ana, Bia, Dalva e Elen) mencionou o que tem sido entrave para o grupo. Apenas para Carla, vinculada à associação e cooperativa do assentamento, o grupo não tem enfrentado desafios ou dificuldades. Já que todos têm conseguido equipamentos e insumos para a produção, bem como ofertar no mercado produtos agroecológicos com bons preços e fazer escoar a produção.

Para Bia e Elen, os maiores desafios da cooperativa são a qualificação dos membros da cooperativa, que enfrentam dificuldades para inserir e manejar tecnologias no processo produtivo, bem como para operacionalizar ferramentas empresariais que possam potencializar a produção e o comércio dos produtos agroecológicos. Outros desafios citados foram a necessidade de: mais parcerias e apoios; expandir mercados e encontrar novos locais para a venda dos produtos agroecológicos, que têm sido negociados via WhatsApp e programas como o PNAE; garantir pontos comerciais e a dificuldade enfrentada com a mudança do tempo que tem feito as famílias perderem muitos produtos.

Nada [de desafios ou dificuldades]. Oxe, tudo que a gente conseguir produzir aqui... Tudo é vendido. A gente tem campo, tem feijão. A gente pode produzir à vontade aqui (Ana).

Agora, por enquanto, não está. Porque antigamente o desafio era a vaca adoecia. Você não tinha um veterinário, não tinha nada. Agora, graças a Deus, eles conseguiram conciliar um veterinário aí. Uma das maiores dificuldades é isso. E a comercialização, graças a Deus, está tranquilo (Carla).

Eu acho que sempre vão ter desafios, né? É mais um apoio, né? Ter o apoio de outras pessoas. Isso. E a Formulário 05 "Porque a gente está 100%

ligado às ações da cooperativa. Então, acaba que o limite individual é um limite coletivo também. A gente não consegue vender mais, porque a cooperativa infelizmente não tem mais pontos para comercialização. Estamos avançando aos poucos. Eu acho que ainda temos. Ainda temos, porque a gente, além de... Por mais que a gente tenha os programas, né? E o governo. Mas eu acho que a gente pode buscar e colocar os nossos alimentos nos mercados convencionais. E eu acho que isso a gente tem dificuldade porque a gente não entender ainda, eu acho, né? O processo como que é, né? Mas a gente tá buscando (Bia).

Eu acho que, hoje, o principal desafio é a gente aprender a lidar com algumas ferramentas que grandes empresas têm, profissionais multicapitados, digamos assim. Por exemplo, a emissão de nota. Teve um período que a gente teve que aprender aqui como fazia. Então, são os desafios. E eu acho que de ter mais gente nesse campo formativo para que a gente possa qualificar melhor os trabalhos profissionais no dia a dia, tanto da cooperativa quanto da associação. E ampliação de mercado para a cooperativa em si, para a gente conseguir vender mais, alcançar outros mercados. Que ainda é um desafio também (Elen).

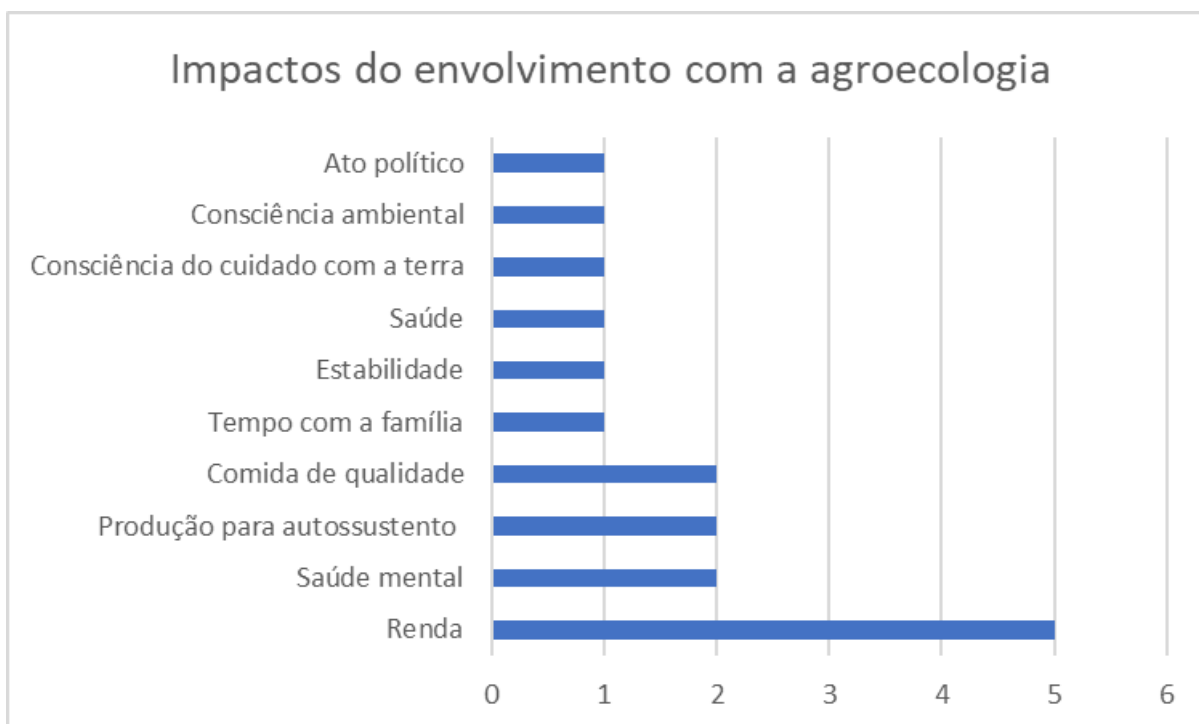
Por exemplo, o plantio de feijão. Que ainda é muito dificultoso a gente conseguir 100% que ele seja no processo de agroecologia. Por conta do clima que a gente está vivendo. Por conta do terreno que a gente planta já há algum tempo. A própria conservação do feijão depois que colhe também. Ainda é um desafio muito grande de a gente não perder o feijão. Porque passam uns três meses e ele já começa a querer dar caruncho. Então acho que esses são uns exemplos mais claros. Que a gente ainda tem que ter mais tecnologia para isso. Não falo tecnologia computador... Tecnologia popular mesmo, de conseguir avançar (Elen).

Quando perguntadas sobre os principais desafios e dificuldades enfrentadas pelo grupo na produção e comércio de produtos agroecológicos, as mulheres que produziam (4 mulheres) se dividiram em dois grupos: duas das entrevistadas não tinham desafios e toda a produção delas era comercializada via cooperativa; em contrapartida, duas delas alegaram haver desafios, mas relacionados à expansão de mercados.

Na perspectiva das entrevistadas, participar da dinâmica do assentamento Olga Benário tem impacto positivamente as suas famílias. Na medida em que essa participação tem, segundo as cinco informantes, elevado renda familiar e estabilidade financeira, também tem, conforme essas mulheres, possibilitado às famílias melhorar a saúde de seus membros; acessar alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos; se autossustentarem; elevar a qualidade de vida dos envolvidos que conseguem conviver mais tempo com a família e participar ativamente da criação dos seus filhos; ter mais compromisso com a terra e o meio

ambiente; e participar politicamente das organizações desse assentamento, de movimentos sociais e de outras organizações públicas (Gráfico 10).

Gráfico 10 – Impactos do envolvimento com a agroecologia



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Uma informante enfatizou que a produção agroecológica como ato político é um dos objetivos do movimento dentro do assentamento, bem como dos princípios basilares da reforma agrária e do MST. No que tange à consciência ambiental e ao cuidado com a terra, as entrevistadas ressaltam a importância de manter as boas condições do território do assentamento, visto que é local de moradia e trabalho.

Porque aí a gente come bem, né? O que a gente não precisa comprar, a gente come bem. Eu acho que vai ser um impacto, né? Comercialização, eu acho que ainda não tem agregação de valor agroecológico. Se fosse com certificado orgânico, eu acho que talvez ainda, né? Aumentariam em valores, aí a gente conseguiria maior renda para as famílias, né? Mas a gente não tem essa certificação ainda, então tem essa diferença, né? Ele é orgânico, a gente não usa, né? Defensivos, nada, só esterco da vaca. Mas a gente sabe que a gente tá comendo esse alimento saudável. Mas olhar em vias de comercialização, de agregação de valor, ainda não... (Bia).

Melhora a vida demais. Melhorou muito a vida. Vamos colocar? Porque antigamente nós trabalhávamos fichados na empresa, né? Hoje em dia,

você trabalhar pra você é totalmente diferente. Você está construindo algo pra você. E não pra enricar o patrão ali, né? Você não vai enricar, mas melhora muito a vida. Você tem como você ficar com seus filhos. Coisa que quando você está trabalhando pros outros você não tem. Igual dos meus outros meninos, dos mais velhos, eu trabalhava fichado. Tipo, chegava quatro meses, eu não voltava pra empresa não, não. Estou fora. Mas depois você via a falta que aquele dinheiro que você trabalhava antes fazia, né? E agora não. Tipo assim, eu não estou ajudando muito meu esposo, mas ele se vira lá. Na hora que eu puder voltar. E não muda a renda, porque é a mesma renda. E na empresa não. Na empresa, se tiver um trabalhando, só é diferente. (Carla)

Com certeza. Eu acho que é a questão da saúde, em primeiro lugar. De a gente ter uma condição, hoje, de se alimentar com produto que eu sei que não vai me intoxicar. Que eu sei onde foi produzido, acho que isso é uma questão. E a relação com a terra. Porque eu acho que o movimento também, como eu cresci praticamente desde a organização do MST, a gente tem essa relação de cuidado. Eu acho que isso tudo faz também ser quem eu sou. Eu acho que está vinculado a mim também (Elen).

Para as mulheres entrevistadas, a agroecologia significa forma de resistência, na medida em que produz e comercializa alimentos saudáveis, sem agrotóxicos. Ou seja, para a entrevistada, é possível realizar a produção sem uso de insumos, em respeito à natureza e, principalmente, ao manejo adequado, buscando alternativas do conhecimento particular e valorizando o conhecimento individual.

O povo chegou aqui e falou assim, por causa da agroecologia. Eu disse, 'Não. Você planta uma carreira de repolho, planta uma carreira de couve'. Eu falei 'Gente, isso aqui é para evitar a praga. Se a praga que vai dar na couve, não ataca o repolho'. Então, aqui nós temos um problema sério com abelha-cachorro³⁴. Então, eu planto desse jeito. Aí o povo falou assim, 'muito interessante essa horta, senhor. Um pedaço de coentro, de salsa, cebola de cabeça, cebolinha'. Então, aí a mulher falou assim, 'engraçado... Se fosse eu, plantava um canteirão...'. Eu falei, 'não' (Ana).

Sim. Porque hoje os grandes, né? Uma resistência e uma luta porque a gente tem que produzir saudável, né? E hoje os grandes, as grandes multinacionais, produz muito, mas nada saudável, né? Então a gente entende que a gente tem que produzir saudável e comer saudável. Então a gente sempre vai estar nesse impasse, né? Porque a gente, como que a gente vai colocar? Mudar, pelo menos, uma parte, uma vírgula da sociedade. A gente tem que falar que eles estão comendo errado, né (Bia).

Porque o ser humano, ele só pensa em agro. Não tô falando aqui da zona rural. Tô falando no torno geral. Se você ligar a televisão, o pessoal só

³⁴ Nome científico: *Trigona Spinipes*. Essa espécie de abelha é agressiva e pode atacar outras abelhas sem ferrão. Com o intuito de invadir a colmeia em busca de alimentos, ocasiona a morte da colônia. Além disso, destrói botões florais, constrói seu ninho com a utilização de fibras vegetais, ataca flores, folhas, casca e tronco da planta para extrair a resina. Ao invadir as flores das plantas, a abelha faz um orifício nos botões, o que compromete a frutificação e retardar o crescimento das plantas. Seus principais alvos são plantas cítricas, bananeira, mangueiras e outros (Oliveira, 2013).

pensa em água. As coisas assim, pro grande, eles fazem pra adquirir dinheiro. Pra gente, não. Pra gente, pequenos agricultores, familiar, pessoa mais baixa renda. Isso aqui é benção de Deus. Você cuidar da saúde, respirar. Se a gente for olhar o mundo em si, tá doente. É por isso que as pessoas de cidade grande têm doença tipo câncer. Os velhos, as pessoas de terceira idade morrem mais rápido. Porque não tem alimentação saudável. É tudo com veneno, tudo enlatado. Tudo cheio de veneno. É galinha que produz menos de dois meses e já tá matando ela. Então, assim, isso vai veneno nelas. Ninguém em cidade grande, se for olhar, não tem a saúde igual a gente do campo, não. E a gente planta o que a gente come. A gente colhe o que a gente come. A gente planta o que a gente come da terra. A gente cria os bichos da gente e é a alimentação que a gente dá. Que é o que a gente passa pra estar à frente e pra gente mesmo. Então, o mundo tá doente, se você for olhar. A questão de saúde, que tudo que a gente come é saúde. Então, a gente tá comendo o que? É o que eu comia anteriormente. Eu não comia coisa saudável, eu comia coisas porqueira, né? Cheio de veneno (Dalva).

Sim, de viver bem. E com o que a gente produz, né? Não ficar dependendo de... Lá de fora, vamos colocar assim. Subsistência. Acho que é a palavra melhor. Subsistência própria." E para a Formulário 05, "Porque muitos não acreditam nesse processo de produção agroecológica. E que exista esse método de produzir (Carla).

De acordo com as mulheres entrevistadas, homens e mulheres trabalham juntos na produção e comercialização de produtos agroecológicos no Assentamento Olga Benário exercendo as mesmas funções. O que tem a ver, segundo elas, com a luta permanente das mulheres, que, apesar de toda discriminação de gênero na sociedade capitalista expressa, por exemplo, na diferença dos salários, têm conseguido ocupar espaços considerados femininos. Nas palavras de três informantes:

Isso antigamente tinha, hoje eu sinto que não existe mais isso não, porque as mulheres hoje estão empoderadas, é que eu diga, nós mulheres estamos na frente de muita coisa na política, na comercialização, nas vendas, na roça, na plantação, no tirar leite, no fazer inseminação, nós estamos na frente mesmo, e isso eu não falo só na parte rural não, na parte urbana, isso dentro de casa, na verdade (Dalva).

De acordo com as mulheres entrevistadas, homens e mulheres estão em todas as funções da produção e comercialização de produtos agroecológicos, inclusive envolvidas ativamente em decisões da associação e da cooperativa do assentamento. Cada um contribuindo de acordo com as características próprias de cada gênero consegue melhores resultados no coletivo. Para as entrevistadas, os homens contribuem com a força, e as mulheres, com o seu potencial de cuidar.

(...) eles são muito braçal, mas nós somos muito cabeça, então se a gente não usar a cabeça, nós mulheres somos coração e cabeça, eles são braçal, porque se for olhar nos homens. (...) eu acho que o homem e a mulher, os dois tem que andar juntos, se for um pro lado, o outro pro outro, isso nem dá certo não, tá meio aguado, entendeu, então um é o cumprimento do outro (Dalva).

Eu acho que sim, vamos puxar, por que a mulher é mais cuidadosa, eu acho, mas, na produção e comercialização. Na verdade, assim, a gente tenta puxar, mas o conjunto é legal. Eu acho que é um conjunto. Aqui de manhã, a gente junta toda segunda feira para organizar para entregar, mulher e homem junto, vai, por exemplo, a gente faz uma escala e tem dia que vai fazer entrega. A gente tem dois carros, cada um vai pra um lugar. Acho que é o conjunto. Mas as mulheres são mais cuidadosas, no sentido geral de limpeza, talvez, de organizar, né? Se é cuidado, né? (Bia).

A gente defende a participação dos dois. Mas acaba que as mulheres têm um processo de organização e de tomar a frente de alguns processos um pouco maior que os homens. Acho que a partir do momento que foi se dada a oportunidade das mulheres, por exemplo, sumiram alguns cargos. Acho que na sociedade em geral foi se provando o quanto as mulheres são competentes e capazes. Aquele discurso de que as mulheres não tinham, acho que vai se apagando. Acho que aqui não é diferente. Todos os coletivos que eu citei têm mulheres envolvidas. Então acaba que é importante. Não que os companheiros não façam, não dediquem também. Tem muitos que dedicam e respeitam também a participação das mulheres. Acho que isso também tem a diferença no movimento. Respeitar a participação das mulheres nos espaços. Que não são em todos os lugares que a gente consegue ter isso, infelizmente ainda. Então acho que aqui tem essa diferença também (Elen).

Apesar da distribuição igualitária de homens e mulheres nas atividades de produção e comercialização de produtos agroecológicos, ainda são as mulheres as principais responsáveis pelo trabalho no domicílio, o que implica em maior sobrecarga de trabalho para as mulheres.

Quando questionadas sobre a participação igualitária de homens e mulheres na comercialização, as entrevistadas responderam de forma unânime.

Para a Ana, homens e mulheres participam igualmente, inclusive destacam a importância da representatividade das mulheres nos aparatos do assentamento, com a presença delas na presidência da cooperativa e da associação. Para a Carla, aqueles que estão vinculados à produção participam igualmente.

Talvez tenha... Na produção, talvez, consegue. Mas hoje, grande parte da produção de hortas, aqui do Assentamento, é mulheres. Antes também era. Por exemplo, eu cuidava da horta, a Ney cuidava das vacas, ainda saía na militância, e eu cuidava mais das vacas dos meninos, da horta... Hoje, é a

horta praticamente [responsabilidade da Ney] sozinha, dela e a irmã dela. Tem a Giane, tem a Flávia, [a] maioria são hortas... Femininas. Femininas, né? Eu acho que, talvez, na produção, sim, as hortas com as mulheres. Olhando hoje para o assentamento no geral, a porcentagem maior são mulheres, né... (Bia)

Ah, eu acho que sim. Porque a maioria está vinculada à família, né? Então é o grupo familiar. E aí a gente tem, o diferencial hoje tem uma agroindústria que é tocada pelas mulheres. Que aí tem uma renda fora do que tem na propriedade em si. Que é a renda da agroindústria (Elen).

Desse modo, é importante destacar que os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados, tornando possível entender o papel da mulher no processo de produção no assentamento. A entrevista aplicada possibilitou a verificação das condições de vida dessas mulheres, e elas sentiram-se à vontade para contextualizar as suas diversas histórias de vida.

Durante as entrevistas, algumas mulheres relataram como o seu processo de fixação no assentamento foi favorável, possibilitando-a uma vida mais tranquila e afastada dos grandes centros urbanos. Outra entrevistada destacou que foi possível estar mais próxima do cuidado com os filhos pequenos, exercendo a maternidade mais intensamente, sem que precisasse voltar ao trabalho com o fim da licença e sem comprometimento da renda familiar.

Em linhas gerais, todas elas mencionavam a participação política (dentro do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra – MST) como algo de grande valia e importância, para si, para a comunidade e como essa ocupação de locais improdutivos poderia garantir renda, autonomia e proporcionar atividades que respeitassem o meio ambiente.

Algumas teorias expostas nesta dissertação foram comprovadas a partir dessa coleta de dados, demonstrando as graves consequências dentro do capitalismo dependente e como este fragiliza o processo produtivo em base agroecológica em detrimento do agronegócio. A ausência de apoio municipal, estadual e federal aos pequenos agricultores ainda se mostra como um fato de relevância para a produção agroecológica, em especial nos assentamentos de reforma agrária. Por fim, é importante salientar os prejuízos ambientais e climáticos que interferem no processo produtivo dos pequenos agricultores e comprometem as lavouras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação intitulada “Agroecologia no Capitalismo Dependente: Condições de Trabalho e Vida das Mulheres no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco/MG)” tinha como objetivo principal analisar os impactos da organização política sobre as condições de trabalho e vida das mulheres envolvidas na produção e comercialização de alimentos agroecológicos.

Partindo de uma abordagem qualitativa e do método histórico-dialético marxista, a pesquisa buscou compreender a agroecologia como um espaço de resistência e luta dentro das limitações impostas pelo capitalismo dependente. Esta pesquisa permitiu compreender que, apesar dos desafios impostos pela estrutura agrária brasileira e pela divisão sexual do trabalho, a agroecologia tem se apresentado como uma alternativa viável para a promoção da autonomia feminina e para a construção de um modelo de produção mais viável.

Dividida em dois capítulos, o primeiro abordou o trabalho e o padrão exportador de reprodução do capital no capitalismo dependente, contextualizando o imperialismo e a forma como a divisão internacional do trabalho tem consolidado uma relação desigual entre os países centrais e periféricos. A expansão do agronegócio é destacada como um fator que aprofunda a exploração da força de trabalho, especialmente no setor agropecuário, onde a lógica da superexploração é mantida para garantir a competitividade no mercado global.

Ao fundamentar o debate, os textos trouxeram uma perspectiva histórica sobre a forma como o capitalismo dependente reverbera nas economias periféricas, mantendo-as em uma condição subordinada através da transferência de riquezas para os países centrais. Essa dependência se reflete na precarização do trabalho rural, na concentração fundiária e na fragilidade das políticas de apoio à agricultura familiar. A partir disso, foi possível entender como o agronegócio se estrutura não apenas como um modelo econômico, mas também como um sistema político que perpetua desigualdades, mantendo-se excludente.

No segundo capítulo, a discussão foi aprofundada a respeito do processo de trabalho, da agricultura familiar e do trabalho feminino. A partir dos textos, foi possível entender que a agroecologia é analisada sob uma perspectiva dialética,

sendo apontada como uma alternativa de resistência ao modelo hegemônico do agronegócio. Foi possível destacar como a divisão sexual do trabalho ainda persiste no meio rural, relegando às mulheres um papel secundário na produção e na tomada de decisões econômicas e políticas.

As pesquisas mostraram que, apesar dos avanços na inclusão das mulheres na produção agroecológica, ainda existem barreiras estruturais que limitam sua autonomia econômica. A relação entre trabalho doméstico e produtivo continua sendo um fator de sobrecarga para as mulheres, as quais acumulam funções sem o devido reconhecimento político, econômico e social. Esse estudo também ressaltou que a agroecologia, apesar de suas limitações dentro do sistema capitalista, tem servido como uma ferramenta para o fortalecimento da identidade feminina no campo. A participação política das mulheres nos assentamentos agroecológicos e sua busca por maior reconhecimento são aspectos fundamentais para a construção de um modelo produtivo mais igualitário e sustentável.

A partir desses levantamentos, foi possível inserir-se na realidade das mulheres agricultoras do Assentamento Olga Benário. A pesquisa evidencia a inserção na estrutura de dependência econômica e desigualdade de gênero. Ao longo do estudo, observou-se que as mulheres desempenham um papel fundamental na organização e manutenção das atividades agroecológicas no assentamento. No entanto, esse papel ainda é atravessado por desafios estruturais, como a invisibilidade do trabalho feminino, a desigualdade no acesso a recursos produtivos e a dupla jornada de trabalho. A inserção dessas trabalhadoras na agroecologia não apenas impacta sua renda e qualidade de vida, mas também fortalece a organização política local, ampliando espaços de participação e decisão.

A pesquisa também revelou que o modelo capitalista dependente perpetua formas de exploração da força de trabalho, afetando de maneira significativa a organização da agricultura familiar e agroecológica. As políticas neoliberais e o incentivo ao agronegócio reduzem as possibilidades de financiamento e apoio às pequenas produtoras, limitando seu crescimento e consolidando um sistema desigual de distribuição de terras e recursos. Apesar disso, as estratégias de resistência desenvolvidas pelas mulheres do assentamento têm possibilitado a manutenção da produção agroecológica e a comercialização de produtos.

Outro aspecto que merece atenção é a relação das mulheres com o mercado de trabalho. Historicamente, o trabalho feminino no campo tem sido invisibilizado, sendo muitas vezes considerado como extensão das atividades domésticas. Esse fator limita as oportunidades de reconhecimento e remuneração justa. Contudo, observa-se que a inserção das mulheres do assentamento na agroecologia possibilita um reposicionamento social e econômico.

Diante dos desafios e potencialidades analisados, esta pesquisa reforça a importância de aprofundar os estudos sobre a relação entre gênero, trabalho e agroecologia, bem como sobre as políticas públicas necessárias para fortalecer a agricultura familiar e garantir melhores condições de trabalho para as mulheres do campo. A autonomia econômica e a organização política dessas trabalhadoras são fundamentais para a construção de um modelo de desenvolvimento rural mais inclusivo e sustentável.

O Assentamento Olga Benário, em sua vasta extensão, mostra-se como um terreno fértil para novas pesquisas. Com quase 20 anos de história, ainda há poucas informações sobre sua potencialidade de desenvolvimento e suas contribuições com a comunidade acadêmica e com a sociedade. Faz-se necessário inserir com maior vigor o corpo docente e discente dos institutos de ensino, pesquisa e extensão das cidades circunvizinhas, como também investir em conhecer com maior profundidade aqueles que residem no local. Em sua gênese, o assentamento possuía 30 famílias belorizontinas e hoje, segundo os assentados, o número subiu para 33 famílias, mas ainda é preciso tornar claro quem são os sujeitos por trás de cada alimento ali produzido, alimento este que compõe a mesa de moradores das cidades que fazem divisa com Visconde do Rio Branco/MG.

Por tratar-se de uma pesquisa de mestrado, com público reduzido às mulheres e sem uma equipe considerável, não foi possível conhecer todos os assentados residentes. Outrossim, o movimento grevista de técnicos e servidores da UFV, entre os meses de abril a julho de 2024, comprometeu o tempo de coleta de dados, sendo possível apenas realizar as coletas no mês de setembro de 2024.

É preciso destacar a possibilidade de tornar pesquisas de campo ainda mais profundas e ricas em detalhes. No caso do assentamento, é palpável investir em um processo de imersão, aprofundando-se ao dia a dia daqueles agricultores.

Assim, espera-se que futuras pesquisas possam aprofundar a discussão sobre os impactos das políticas públicas no desenvolvimento da agroecologia e na melhoria das condições de vida das mulheres do campo. Com isso, é possível ampliar o reconhecimento da agroecologia como uma alternativa viável ao agronegócio, promovendo um modelo de produção mais justo, igualitário e ambientalmente responsável.

Ademais, é necessário ampliar o debate sobre os desafios e as perspectivas das mulheres na agroecologia, bem como para fortalecer iniciativas de resistência e emancipação no contexto rural. As experiências do Assentamento Olga Benário demonstram que o trabalho no campo se configura como um instrumento de transformação social e justiça de gênero no campo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.

ALTIERI, M. A.; NICHOLLS, C. I. **Agroecologia: fundamentos e aplicações**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2009.

Assembleia Geral da ONU. (1948). **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Nações Unidas. Centro Regional de Informação para a Europa Ocidental (217 [III] A). Paris. Disponível em: <https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/>. Acesso em: 26 jun. 2023.

BAMBIRRA, V. As condições e características do desenvolvimento dos países cuja industrialização foi produto da expansão e transformação do setor primário-exportador. *In*: BAMBIRRA, V. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BERING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Políticas Sociais: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2007. Biblioteca Básica de Serviço Social.

BERNADETE, Leticya. Tribuna de Minas. MST planta novo bosque em assentamento em Visconde do Rio Branco. **Tribuna de Minas**, Juiz de Fora, 23 set. 2023. Disponível em: <https://tribunademinas.com.br/especiais/biosfera/23-09-2023/mst-planta-novo-bosque-em-assentamento-em-visconde-do-rio-branco.html>. Acesso em: 15 fev. 2025.

BOAVENTURA, K. de J.; JÚNIOR, É. D. P.; VAZ, W. F. **Agroecologia: Conceito, história e contemporaneidade**. [s.d.].

BRASIL, Lei nº 11.346 de 15 de set de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 15 de setembro de 2006.

BRASIL. Lei nº 11.127, de 28 de junho de 2005. Altera e acrescenta dispositivos ao Código Civil, instituído pela Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/DF, 29 jun. 2005.

BRASIL. Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília/DF, 25 jul. 2006.

BRASIL, Lei nº 12.188 de 11 de jan. de 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER, altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. 11 de janeiro de 2010.

BRIGHAM, Eugene F.; HOUSTON, Joel F. **Fundamentos da administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2004.

CHIPURIRO, R. Vulnerabilities, power, and gendered violence in food systems. **Agenda**, p. 1-10, 2 mar. 2023.

CHRISTINA, A.; TURATTI, DRA. L.; MEJÍA, DRA. M. R. G. Forqueta Flowers: women's stories of resilience via and agroecological way of life. **Agroecology and Sustainable Food Systems**, v. 45, n. 7, p. 1007-1028, 9 ago. 2021.

DE OLIVEIRA, T. C. *et al.* Agroecologia: um caminho para a segurança alimentar e nutricional de famílias agricultoras. **Brazilian Journal of Development**, v. 9, n. 3, p. 10662-10673, 14 mar. 2023.

DIPRETE BROWN, Lori *et al.* From a three-legged stool to a three-dimensional world: Integrating rights, gender and indigenous knowledge into sustainability practice and law. **Sustainability**, v. 12, n. 22, p. 9521, 2020.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. **Os três mundos do estado de bem-estar social**. São Paulo: Edusp, 1991.

FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura). **The State of Food and Agriculture**. Roma: FAO, 2018.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas**. São Paulo: Elefante, 2017.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Os fundamentos do trabalho em Marx: considerações acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo**. 2017.

GUHUR, Dominique. Questão ambiental e agroecologia: notas para uma abordagem materialista dialética. *In*: NOVAES, Henrique Tahan; MAZIN, Diogo; SANTOS, Lais. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**. Vol. 1. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, on-line, São Paulo, n.132, set-dezembro, 2007.

KARNAL, L. *et al.* **História dos Estados Unidos**: das origens ao século XXI. São Paulo: Editora Contexto, 2017.

KERGOAT, Danièle. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. *In: Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres*: desafios para as Políticas Públicas. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

LEÃO, Marília *et al.* **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: Abrandh, v. 263, 2013.

LENIN, Vladimir Ilitch. **O imperialismo**: fase superior do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2017.

LOURENÇO, A. V.; GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. Perfil da agricultura e dos mercados de orgânicos no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 62, 27 nov. 2023.

LUCE, José. Contradições contemporâneas do capitalismo dependente no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v. 146, n. 3, p. 1-20, 2023.

MAFORT, Assis; FLEURY, Sonia. **Novo Federalismo no Brasil**: Tensões e inovações em tempos de pandemia de Covid-19. 2021.

MARINI, R. M. **“Dialética da dependência” e outros escritos**. 2. ed. Expressão Popular, 2022.

MARINI, R. M. Dialética da Dependência. *In: STEDILE, J.; TRASPADINI, R. (Org.). Ruy Mauro Marini: Vida e Obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARINI, Ruy Mauro. O ciclo do capital na economia dependente. *In: FERREIRA, Carla et al. Padrão de Reprodução do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARTINS, Carlos Eduardo. **Dependência e Desenvolvimento no Moderno Sistema Mundial**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes. São Paulo: Martins Fontes, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da economia política. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro III. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl. **Sobre a questão judaica**. Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEDEIROS, Rosa Maria; RIBEIRO, Eduardo Magalhães. O papel da mulher na agricultura familiar: dois estudos de caso. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, v. 5, n. 1, 2003.

SGAMBATO, Michele Ribeiro et al. Desigualdades na aquisição de alimentos de acordo com a renda e os perfis sociais do chefe de família no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, p. 4303-4314, 2022.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Avaliação por triangulação de métodos: abordagem de programas sociais**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização do trabalho feminino: a realidade das mulheres no mundo do trabalho. **Revista de Políticas Públicas**, p. 339-346, 2016.

NAVES, F.; FONTOURA, Y. Feminist resistance building in the Brazilian agroecology movement: A gender decoloniality study. **Gender, Work & Organization**, v. 29, n. 2, p. 408-426, mar. 2022.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução à crítica**. – São Paulo: Cortez, 2006.

NYÉLÉNI. **Declaração de Nyéléni sobre Soberania Alimentar**. Mali, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**. O ornitorrinco. Boitempo Editorial, 2003.

OLIVEIRA, Andreia. **Abelhas sem ferrão: Irapuã (Trigona spinipes)**. Disponível em: <https://www.cpt.com.br/cursos-criacaodeabelhas/artigos/abelhas-sem-ferrao-irapua-trigona-spinipes>. Acesso em: 20 dez. 2024.

OSÓRIO, Jaime. **A acumulação mundial e a superexploração do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

OWOPUTI, I. *et al.* Does Crop Diversity Influence Household Food Security and Women's Individual Dietary Diversity? A Cross-Sectional Study of Malawian Farmers in a Participatory Agroecology and Nutrition Project. **Food and Nutrition Bulletin**, v. 43, n. 4, p. 395-411, dez. 2022.

PEREIRA, L. S; CARDOSO, I. M. Centro De Tecnologia Alternativa da Zona Da Mata. **Nossa pesquisa na roça 11: Assentamento Olga Benário**. Disponível em: <https://ctazm.org.br/bibliotecas/nossa-pesquisa-na-roca-11-309.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2025.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SAFFIOTI, H.; FERRANTE, V. L. S. B. **A mulher e as contradições do capitalismo agrário**. *Perspectivas*, São Paulo, 6:67-75, 1983.

SANTOS, Theotônio dos. **Socialismo o fascismo: el nuevo carácter de la dependencia y el dilema latinoamericano**. Buenos Aires: Ed. Periferia, 1973.

SANTOS, Vinícius C. Da era fordista ao desemprego estrutural da força de trabalho: mudanças na organização da produção e do trabalho e seus reflexos. **Colóquio Internacional Marx e Engels**, v. 6, 2009.

SCHNEIDER, Clair Odete; WEDIG, Josiane Carine. “Na Agroecologia as Mulheres Vendem, Produzem e Decidem”: Análises sobre a Participação das Mulheres na Produção Agroecológica. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, socialismo e democracia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1984.

SGAMBATO, M. R. *et al.* Inequalities in food acquisition according to the social profiles of the head of households in Brazil. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 27, n. 11, p. 4303-4314, nov. 2022.

SILVA, Alessandra Keilla. Feminismo Camponês e Popular: a construção da identidade feminista das mulheres do movimento de mulheres camponesas de alagoas. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 3, 2020.

SILVA, Alice Maria Marques da. **O comércio porta a porta na cidade de Mamanguape-PB**. 2020. 132f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020

SINGER, Paulo. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. São Paulo: Contexto, 1998

SINGH, R. K.; SINGH, A.; PANDEY, C. B. (2013). Agrobiodiversidade em agroecossistemas baseados em arroz-trigo do leste de Uttar Pradesh, Índia: implicações para conservação e gestão sustentável. **International Journal of Sustainable Development & World Ecology**, 21 (1), 46-59. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/13504509.2013.869272>. Acesso em: 12 mai. 2023.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

STÉDILE, João Paulo. **A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980**. João Pedro Stedile (Org.); Douglas Estevam (assistente de pesquisa). São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, J. P. **Questão Agraria**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

TOMICH, Dale. Trabalho escravo e trabalho livre (Origens históricas do capital). **Revista USP**, São Paulo, Brasil, n. 13, p. 100-117, 1992.

URRIAGO-OSPINA, Lina Marcela *et al.* Conhecimento ecológico tradicional na gestão de um ecossistema ferruginoso: lições para diversificação do uso da terra. **Environment, Development and Sustainability**, v. 23, p. 2092-2121, 2021.

VALÊNCIA, José. **Neoimperialismo e a globalização capitalista**. São Paulo, 2009.

VERA, Hilda Maricel Alonso. **Na trama da história: a tessitura das lutas da Via Campesina**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2011.

XAVIER, Glauber Lopes. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 147-160, 2017.

ZINN, Howard. **A história do povo americano**. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. São Paulo: L&PM, 2021.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Entrevista semiestruturada

ROTEIRO DE ENTREVISTA

IDENTIFICAÇÃO _____ Formulário _____
NOME: _____

Idade _____
Escolaridade _____ Estado Civil _____

- () Feira Agroecológica e Cultural da Violeira
- () Assentamento Olga Benário

1) Caracterização do perfil

▪ **Caracterizar o perfil socioeconômico que produzem e, ou comercializam produtos agroecológicos;**

- a) O que você compreende por agroecologia?
- b) Você considera importante a produção e comercialização de alimentos agroecológicos?
- c) Os produtos que você comercializa são alimentos agroecológicos?
- d) Qual a principal fonte de renda da sua família?
- e) Qual o valor médio da renda da sua família?
 - () menos de 1 salário mínimo
 - () entre 1 e 3 salários mínimos
 - () mais de 3 salários mínimos
- f) Qual o valor médio de renda gerada com o comércio de alimentos?
- g) Além de você (entrevistada) quantas pessoas da sua família tem renda?

h) Qual é o impacto do comércio de alimentos para você e sua família?

▪ **Identificar a história de envolvimento com a agroecologia:**

k) Qual a história dessa feira? Quando e por quê ela foi iniciada?

l) Como e quando você começou a comercializar produtos agroecológicos com esse grupo?

m) Todos os produtores de alimentos agroecológicos podem comercializar nessa feira?

n) Qual a importância de comercializar produtos agroecológicos com esse grupo?

o) Quais os principais desafios enfrentados por esse grupo?

2) Participação e envolvimento

▪ **Discorrer sobre o processo de produção e comercialização desses produtos e sobre a participação nesse processo;**

a) Quem produz os alimentos que você comercializa nessa feira?

b) O comércio dos seus produtos, nessa feira, é realizado por quem?

c) Você realiza outros trabalhos além de comercializar alimentos agroecológicos? Quais?

▪ **Discorrer sobre a organização política desses grupos;**

d) Você está vinculada a alguma organização política (exemplo: sindicatos, ONG's, associações, coletivos e etc)? Se sim, quais?

o) Você enfrentou dificuldades para investir na agricultura agroecológica? Por que?

p) Além dos impactos econômicos, quais outros impactos você observa em sua vida e na comunidade como resultado do seu envolvimento na agricultura agroecológica?

q) Você acredita que tem diferença na presença de homens e mulheres na comercialização e produção de alimentos agroecológicos?

r) Você considera que homens e mulheres realizam da mesma forma a produção e comercialização dos produtos agroecológicos? Por que?

Comentário adicional da entrevistada:

Observações da pesquisadora:

APÊNDICE B – Termo de Consentimento



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Gostaríamos de convidar você a participar como voluntário (a) da pesquisa **“AGROECOLOGIA NO CAPITALISMO DEPENDENTE: Condições de trabalho e vida das mulheres na Feira Agroecológica e Cultural da Violeira (Viçosa, MG) e no Assentamento Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)”**. O motivo que nos leva a realizar esta pesquisa é **“ averiguar o que significa resistência para as mulheres dos dois grupos? Quais tem sido as estratégias de resistência dessas mulheres na agroecologia? A resistência dessas trabalhadoras pode ser favorecida pela aproximação e engajamento político em áreas de reforma agrária?”**. Nesta pesquisa pretendemos **“analisar, a partir de um estudo comparado, condições de trabalho e vida das mulheres que comercializam produtos agroecológicos, na Feira Agroecológica e Cultural da Violeira (Viçosa, MG) e no Assentamento de Reforma Agrária Olga Benário (Visconde do Rio Branco, MG)”**.

Caso você concorde em participar, vamos fazer as seguintes atividades com você: **“ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA COM DURAÇÃO, EM MÉDIA, DE 15 A 20 MINUTOS. ESTA ENTREVISTA PODERÁ SER GRAVADA, CASO VOCÊ CONCORDE!”**. Esta pesquisa tem alguns riscos, que são: **“VAZAMENTO DE DADOS, DESCONFORTO E CONSTRANGIMENTO EM RESPONDER ALGUMAS PERGUNTAS”**. Mas, para diminuir a chance desses riscos acontecerem, **“AS INFORMAÇÕES REPASSADAS SERÃO ARQUIVADAS E MANTIDAS EM SIGILO PELOS PESQUISADORES: O SEU NOME NÃO SERÁ DIVULGADO E VOCÊ PODE OPTAR POR NÃO RESPONDER ALGUMA QUESTÃO”**. A pesquisa pode ajudar **“a traçar um perfil das mulheres envolvidas na produção e comercialização de alimentos agroecológicos na Feira Agroecológica e Cultural da Violeira (Viçosa, MG) e no Assentamento Olga Benário (Visconde de Rio Branco, MG)”**.

Para participar deste estudo você não vai ter nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Apesar disso, se você tiver algum dano por causa das atividades que fizermos com você, nesta pesquisa, você tem o direito de buscar indenização. Você terá todas as informações que quiser sobre esta pesquisa e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Mesmo que você queira participar agora, você pode voltar atrás ou parar de participar a qualquer momento. A sua participação é voluntária e o fato de não querer participar não vai trazer qualquer penalidade ou mudança na forma em que você é atendido (a). O pesquisador não vai divulgar o seu nome. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão. Você não será identificado (a) em nenhuma publicação que possa resultar.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pelo pesquisador responsável e a outra será fornecida a você. Os dados coletados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos. Decorrido este tempo, o pesquisador avaliará os documentos para a sua destinação final, de acordo com a legislação vigente. Os pesquisadores tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Declaro que concordo em participar da pesquisa e que me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Viçosa, MG _____ de _____ de 2024.

Assinatura do Participante

Assinatura do (a) Pesquisador (a)

Cristiane Natalicio de Souza (Pesquisador Responsável)
Campus Universitário da UFV
Curso de Serviço Social
CEP: 36570-900
Fone: (31) 99644-1639
E-mail: Cristiane.souza@ufv.br

Rubrica do Participante de pesquisa
ou responsável: _____
Rubrica do pesquisador: _____

APÊNDICE C – Banco Imagético do Assentamento Olga Benário



35

³⁵ Feijão Vermelho produzido e melhorado no Assentamento Olga Benário.



36

³⁶ Produção de encomendas da padaria do Assentamento Olga Benário.



37

³⁷ Produção de encomendas da padaria do Assentamento Olga Benário.



38

³⁸ Vacas de leite pertencentes aos agricultores do Assentamento Olga Benário.



39

³⁹ Porco de engorda pertencente a uma assentada entrevistada.



40

⁴⁰ Requeijão produzido com leite oriundo do Assentamento Olga Benário.



41

⁴¹ Galinhas pertencentes a uma assentada entrevistada.



42

⁴² Produção de pães da padaria do Assentamento Olga Benário.



43

⁴³ Roçado de uma assentada entrevistada.



44

⁴⁴ Produção de broas da padaria do Assentamento Olga Benário.





45

46

⁴⁵ Produção de roscas da padaria do Assentamento Olga Benário.

⁴⁶ Em pé no canto esquerdo da foto, a assentada Maria Nilvânia. Sentada, a assentada Luzia – quem apresentou o assentamento. Em pé no canto direito da foto, a pesquisadora e autora desta dissertação, Sílvia.